

UFRRJ  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS  
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

DISSERTAÇÃO

A agenda educacional da frente liberal ultraconservadora: uma análise das  
propostas do Movimento Brasil Livre.

Sara Rodrigues Monteiro



**UFRRJ**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,  
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**A AGENDA EDUCACIONAL DA FRENTE LIBERAL  
ULTRACONSERVADORA: Uma análise das propostas do Movimento  
Brasil Livre.**

**SARA RODRIGUES MONTEIRO**

*Sob a Orientação do Professor*  
**Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ  
Dezembro de 2021

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico**

**Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

M772a Monteiro, Sara Rodrigues, 1996-  
A agenda educacional da frente liberal  
ultraconservadora: uma análise das propostas do  
Movimento Brasil Livre. / Sara Rodrigues Monteiro. -  
Seropédica; Nova Iguaçu, 2021.  
159 f.: il.

Orientador: Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em  
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas  
Populares, 2021.

1. Movimento Brasil Livre. 2. Frente Liberal  
Ultraconservadora. 3. MBL Estudantil. I. Lamosa,  
Rodrigo de Azevedo Cruz, 1981-, orient. II  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  
Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos  
Contemporâneos e Demandas Populares III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS  
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 105/2022 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.008119/2022-77

Seropédica-RJ, 09 de fevereiro de 2022.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS  
E DEMANDAS POPULARES**

**SARA RODRIGUES MONTEIRO**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 08/12/2021.

**Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020**, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Membros da banca:

Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa. Dr. UFRRJ (Orientador /Presidente da Banca).

Luciane da Silva Nascimento. Dra. UERJ (Examinadora Externa à Instituição).

Marco Vinícius Moreira Lamarão. Dr. IFF (Examinador Externo à Instituição).

Regis Eduardo Coelho A. da Costa. Dr. UFF (Examinador Externo à Instituição).

*(Assinado digitalmente em 09/02/2022 21:08)*  
RODRIGO DE AZEVEDO CRUZ LAMOSA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptES (12.28.01.00.00.86)  
Matrícula: 1941477

*(Assinado digitalmente em 15/02/2022 13:43)*  
REGIS EDUARDO COELHO ARGUELLES DA COSTA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 028.936.127-33

*(Assinado digitalmente em 16/02/2022 14:48)*  
LUCIANE DA SILVA NASCIMENTO  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 083.859.887-00

*(Assinado digitalmente em 15/02/2022 21:27)*  
MARCO VINÍCIUS MOREIRA LAMARÃO  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 072.004.577-01

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **105**, ano: **2022**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **09/02/2022** e o código de verificação: **91b5add487**

Dedico esta dissertação a meus pais por todo amor, carinho e investimento que tornou possível esta trajetória. Dedico também, ao amor da minha vida, meu marido, Allan Castro por todo apoio, ajuda e auxílio na pesquisa que possibilitou o melhor desenvolvimento deste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado que permitiu o desenvolvimento e aprimoramento da pesquisa.

Agradeço a Inny Accioly e Regis da Costa por toda a contribuição e questionamento inseridos na banca de qualificação, fornecendo novos caminhos à pesquisa, indicando novas leituras e resultando no melhor desenvolvimento do estudo, refinamento da análise e do recorte do objeto.

Agradeço a Luiza Colombo pela paciência e predisposição em ouvir os questionamentos da pesquisa e pelas indicações de leituras.

Agradeço ao grupo Laboratório de Investigação Estado Poder e Educação (LIEPE) por toda a contribuição à pesquisa, todo o apoio e aconselhamento dedicados desde a graduação, que possibilitaram o desenvolvimento e amadurecimento acadêmico.

Agradeço a Bárbara Evangelista, Amanda Oliveira, Camille Ferreira, Nathalia Aguiar e Jorge Rosa pelos bons momentos, conselhos e incentivos.

Agradeço a Rodrigo Lamosa por toda a orientação, paciência e profissionalismo.

O desenvolvimento da escrita da dissertação transcorreu no período da pandemia do coronavírus. Nesse sentido, registro um agradecimento especial a meu parceiro de vida, Allan Castro, por toda a compreensão, ajuda e apoio emocional.

Agradeço à minha família, por todo o apoio e carinho.

MONTEIRO, Sara Rodrigues. **A AGENDA EDUCACIONAL DA FRENTE LIBERAL ULTRACONSERVADORA: Uma análise das propostas do Movimento Brasil Livre**. 2021. 159 p. Dissertação ( Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2021.

## RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo investigar a agenda educacional da frente liberal ultraconservadora através do Movimento Brasil Livre (MBL). Identificamos, por meio da revisão de literatura, o crescimento desta frente a partir da expressão da crise estrutural do capital desencadeada em 2008, inflada pela onda de protestos mundiais. No Brasil, mapeamos a origem destes protestos em 2013, contexto no qual foi criado o MBL, e identificamos o protagonismo da Nova Direita, sobretudo a partir das manifestações ocorridas em 2015 e 2016, com o destaque do MBL, VPR e Revoltados Online. Trata-se de um trabalho qualitativo, onde foram analisados como fontes primárias: o manual para abertura de filiais do MBL, as propostas aprovadas no primeiro congresso nacional do MBL, materiais disponibilizados no site e na rede social do MBL, MBL Estudantil e UniLivres, as aulas de alinhamento disponibilizadas no YouTube, e o material divulgado no canal do MBL Estudantil. Em relação às fontes secundárias, foram utilizadas dissertações, teses e artigos de jornais e revistas que abordam o MBL. A investigação foi realizada tomando o Estado Ampliado enquanto ferramenta teórica e metodológica, partindo da investigação da atuação do MBL na sociedade civil, qualificando-o enquanto um Aparelho Privado de Hegemonia e identificando seus membros, intelectuais orgânicos, fonte de financiamento, estratégias e alianças políticas. A pesquisa constatou, ainda, a atuação dos membros do MBL em âmbito parlamentar, e investigou quais projetos educacionais foram implementados ou elaborados por eles. Atualmente, como composição da frente da guerra cultural, o MBL desenvolveu o MBL estudantil (2018), projeto de curta duração. Identificamos um projeto com a mesma finalidade, denominado UniLivres (2017), que tem por objetivo realizar oposição ao esquerdista Diretório Central dos Estudantes (DCE). Como modelo de atualização do MBL Estudantil, foi criada a Academia do MBL, visando formar os futuros membros e candidatos políticos do Movimento. Concluímos que a agenda educacional defendida pelo MBL procura representar os empresários liberais do ensino e que os novos projetos do MBL buscam fortalecer o movimento no âmbito político.

**Palavras-Chave:** Movimento Brasil Livre, Frente Liberal Ultraconservadora, MBL Estudantil.

Monteiro, Sara Rodrigues. **THE ULTRACONSERVATIVE LIBERAL FRONT EDUCATIONAL AGENDA: An analysis of the proposals of Free Brazil Movement.** 2021. 159 p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/ Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/ Nova Iguaçu, RJ, 2021.

### **ABSTRACT**

This dissertation aims to investigate the educational agenda of the ultraconservative liberal front by analyzing the Free Brazil Movement (MBL). Based on literature review, we identified the growth of this front based on the expression of the structural crisis of capital triggered in 2008, inflated by the wave of worldwide protests. In Brazil, we mapped the origin of these protests in 2013, context of creation of the MBL. However, we identified the role of New Right only in the demonstrations that took place in 2015 to 2016, with the conduction carried out by the MBL, VPR and Revoltados Online. This is a qualitative work, where the manual for opening MBL branches, analysis of the proposals approved at the first national congress, material available on the website and social network of MBL, MBL Estudantil and UniLivres, and alignment classes, available on YouTube, are analyzed as primary sources, in addition to the material published on the MBL Estudantil channel. As a secondary source, we analyzed dissertations and thesis, articles from newspapers and magazines which took MBL as their object. As a theoretical and methodological procedure, we approached the Expanded State, starting from the investigation of MBL's performance and identification of the members, organic intellectuals and funding sources. The second phase of the research sought to identify the MBL members' performance in political sphere, investigating which educational projects were implemented or designed. For a better understanding of this deprived apparatus of hegemony, we work with the concept of Expanded State and organic intellectual. Currently, as a composition of the cultural war front, the MBL developed Student MBL (2018), a project of short duration. We identified a project with the same purpose called UniLivres (2017), which aims to oppose the leftist Central Directory of Students (DCE). As a model for updating Student MBL, Academia do MBL was created to train future members and political candidates of the Movement. We conclude that the educational agenda defended by MBL seeks to represent liberal education entrepreneurs and that the new MBL projects seek to strengthen the movement in political sphere.

**Key words:** Free Brazil Movement, Ultraconservative Liberal Front, Student MBL.

## LISTA DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS

Quadro 1- Quadro de colunistas do Instituto Libercracia-----	60
Quadro 2- Quadro de “docentes” da Academia do MBL-----	146
Quadro 3- Atenas, subdivisões.....	147
Quadro 4- Esparta, subdivisões.....	147
Quadro 5- Alexandria, subdivisões.....	147
Figura 1- Quadro de funcionários do gabinete-----	114
Figura 2- Dados do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)-----	125

## **LISTA DE SIGLAS.**

ALA- Atlas Leadership Academy  
ANA- Atlas Network Academy  
ANED- Associação Nacional Educação Domiciliar  
APH- Aparelho Privado de Hegemonia  
APMF- Associação de Pais e Mestres e Funcionários  
BM- Banco Mundial  
CA- Centro Acadêmico  
CEPMG'S- Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás  
CIEE- Centro de Integração Empresa- Escola  
CONAD- Conselho Nacional Antidrogas  
CUT- Central Única dos Trabalhadores  
DARE- Drug Abuse Resistance Education  
DCE- Diretório Central dos Estudantes  
DEM- Democratas  
ENADE- Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes  
ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio  
EPL- Estudantes pela Liberdade  
ESP- Escola Sem Partido  
FAEG- Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás  
FHC- Fernando Henrique Cardoso  
FIES- Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
FIL- Fundación Internacional para la Libertad  
FMI- Fundo Monetário Internacional  
HSLDA- Home School Legal Defense Association  
IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
IEA- Institute Of Economic Affairs  
IEE- Instituto de Estudos Empresariais  
IL- Instituto Liberal  
ILIN- Instituto Liberal do Nordeste  
IMB- Instituto Mises Brasil  
MBL- Movimento Brasil Livre

MESP- Movimento Escola Sem Partido  
MP- Mercado Popular  
MPL- Movimento Passe Livre  
MRL- Movimento Renovação Liberal  
NFL- Núcleo de Formação Liberal  
PCB- Partido Comunista Brasileiro  
PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PNSD- Polícia Nacional Sobre Drogas  
PPS- Partido Popular Socialista  
PROEIS- Programa Estadual de Integração de Segurança  
PROERD- Programa Educacional de Resistência às Drogas  
PROUNI- Programa Universidade para Todos  
PRP- Partido Republicano Progressista  
PRTB- Partido Renovador Trabalhista Brasileiro  
PSC- Partido Social Cristão  
PSDB- Partido Social da Democracia Brasileira  
PSL- Partido Social Liberal  
PSOL- Partido Socialismo e Liberdade  
PSP- Partido Social Progressista  
PSTU- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados  
PT- Partido dos Trabalhadores  
PTdoB- Partido Trabalhista do Brasil  
PV- Partido Verde  
RELIAL- Red Liberal de America Latina  
SCMB- Sistema de Colégio Militar do Brasil  
SEDUCE-GO- Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás  
SESEG-RJ- Secretaria Estadual de Segurança Rio de Janeiro  
SEEDUC-RJ- Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro  
SFL- Students for Liberty  
SSP-GO- Secretaria de Segurança Pública de Goiás  
TAC- Termo de Adequação de Conduta  
TAF- Teste de Aptidão Física  
TAM- Teste de Avaliação Médica  
UNE- União Nacional dos Estudantes

UniLivres- Universidades Livres.

VPR- Vem Pra Rua

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1. CONTEXTUALIZANDO A ASCENSÃO DA “NOVA DIREITA” NO BRASIL</b> .....	20
1.1 A Crise Estrutural do Capital .....	20
1.2 Neoliberalismo e a inserção do social liberalismo .....	28
1.3 Precarização do trabalho, crise estrutural de 2008 e ascensão da extrema direita no Brasil .....	40
<b>2. A “NOVA DIREITA” E APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA DOUTRINÁRIOS</b> .....	54
2.1 Instituto Liberal (IL) .....	55
2.2 A atuação do Instituto de Estudos Empresariais (IEE) e o Fórum da Liberdade -	64
2.3 Atlas Network, Students for Liberty (SFL) e Estudantes pela Liberdade (EPL) -	68
2.4 Formalização do Movimento Brasil Livre (MBL) .....	81
<b>3. O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA “NOVA DIREITA”</b> .....	98
3.1 A agenda educacional do Movimento Brasil Livre (MBL) .....	98
3.2 Projeto de militarização das escolas .....	110
3.3 Projeto Escola sem Partido .....	117
3.4 Experimentos da “Nova Direita”: estratégia de formação para o consenso .....	124
<b>CONCLUSÃO</b> .....	149
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	156

## INTRODUÇÃO

A elaboração desta dissertação deve-se à conjuntura política materializada no país nos últimos anos, especialmente nas acirradas disputas eleitorais ocorridas em 2018. A elaboração do projeto de dissertação ocorreu no segundo período de 2018, momento em que identificamos grande protagonismo do Movimento Brasil Livre (MBL) na tentativa de direcionar o debate político nas eleições. A construção do objeto de estudo deu-se após participação como pesquisadora no Laboratório de Investigação Estado Poder e Educação (LIEPE), onde se analisava a atuação da Frente Liberal Ultraconservadora no Brasil. Este trabalho se diferencia ao investigar a atuação desta frente por meio de um dos seus aparelhos privados de hegemonia (APH).

Para a elaboração da pesquisa, foi realizado, no dia 10 de outubro de 2019, um levantamento bibliográfico no catálogo de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), examinando como palavra-chave “MOVIMENTO BRASIL LIVRE”. Ali, encontramos o total de 15 trabalhos: quatro no ano de 2016, seis em 2017 e cinco em 2019, todos eles dissertações de mestrado, nas áreas de comunicação, ciências sociais, ciência política, sociologia e sociologia política, serviço social, linguística, teoria literária e crítica da cultura. Este conjunto procura analisar os novos atores sociais, identificar os discursos e mapear os novos movimentos que surgiram a partir de junho de 2013. Por meio deste mapeamento, identificamos a dissertação de Silva (2016), trabalho fundamental que analisa a atuação da Rede Estudantes pela Liberdade (EPL), que originou o MBL.

Evidenciamos, portanto, a importância acadêmica da presente pesquisa, visto que não encontramos na plataforma CAPES nenhum material sobre a atuação do MBL nas formulações de políticas no âmbito da educação. Acrescentamos a relevância social ao desvendar o modo de atuação de um dos APHs da “nova direita” no campo educacional, que interfere diretamente na formação da classe trabalhadora.

Apresentamos como objeto de estudo o MBL e, como objetivo geral do trabalho, nos prestamos a analisar as propostas políticas aprovadas para a área da educação. Como objetivos específicos, elencamos: 1) compreender a ascensão da Nova Direita no Brasil; 2) analisar a ligação do MBL com as organizações internacionais Atlas Network e Students for Liberty; 3) identificar os membros do MBL e seus intelectuais orgânicos; 4) investigar as fontes de financiamento e formas de parcerias; 5) verificar se os membros do MBL estabelecem relações

com outros movimentos da Nova Direita, tais como o Instituto Liberal (IL), o Instituto de Estudos Empresariais (IEE) e o Instituto Mises Brasil; 6) investigar a atuação do MBL, por meio de seus membros, no âmbito da sociedade política; 7) identificar quem o MBL apoiou nas eleições em 2018 e quais candidatos foram eleitos; 8) identificar qual é o projeto político do MBL Estudantil; 9) investigar se existe relação do MBL com a UniLivres; 10) identificar que demanda individual e coletiva o movimento procura representar. Devido à pandemia do coronavírus, acrescentamos como objetivo específico: 11) identificar qual é o projeto educacional proposto pelo MBL para este contexto.

Levantamos a hipótese de que o MBL encaminha o conjunto de propostas políticas educacionais por meio de seus parlamentares eleitos, responsáveis por sua implementação no âmbito político, enquanto na sociedade civil a organização atua difundindo esses projetos, travestindo-os de interesse público numa conjuntura em que a ideologia ultraconservadora se fortalece e se enraíza no senso comum.

Para compreendermos a ascensão da Nova Direita, tomamos como início do recorte sócio-histórico o ano de 2008, contexto de uma nova crise estrutural do capital. Este processo tem origem nos Estados Unidos e se alastra para os demais países, afetando a dinâmica interna de acordo com a relação com o mercado internacional e com as dinâmicas de luta de classe particulares de cada um deles. Como resultado dessa crise, identificamos uma série de protestos globais, presentes na Grécia, Portugal, Inglaterra e nos Estados Unidos, reivindicando melhores condições de trabalho (ANTUNES, 2020). O desdobramento dessa onda de protestos foi a ascensão da direita no cenário político, como constatamos com a vitória eleitoral de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016.

Nesse sentido, delimitamos como recorte sócio-histórico os anos de 2008 a 2020. Em 2008, os efeitos da crise no Brasil ainda eram baixos. Seu ápice se inicia entre o final de 2014 e o começo de 2015, mas os efeitos da degradação das condições de trabalho já eram perceptíveis entre a classe trabalhadora desde o ano anterior, resultando em uma série de protestos conhecida como “jornadas de junho de 2013” (ANTUNES, 2020).

A compreensão do contexto das manifestações, segundo Antunes (2020), é elucidada a partir da identificação de três fatores: o primeiro, a onda de protestos globais; o segundo, a constatação da insuficiência promovida pelas políticas desde 1990; e o terceiro, a própria conjuntura do país, que se torna sede de “megaeventos” internacionais esportivos, como a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, e aplica o dinheiro público na preparação destes, em vez de promover a reparação dos serviços públicos.

Identificamos o surgimento do MBL neste contexto histórico das jornadas de junho de 2013. Segundo entrevista realizada por Amaral (2015), o movimento surgiu como desdobramento do Estudantes pela Liberdade (EPL), grupo que não poderia participar de manifestações políticas por conta de doações financeiras realizadas pela organização estadunidense Students for Liberty. Diante desta impossibilidade e por iniciativa de membros do EPL, foi, então, criada a marca MBL em uma página da rede social Facebook.

Em 2013, o movimento se identificava como apartidário (BARBOSA, 2017) e utilizava a rede social para realizar a divulgação e as convocações para as manifestações. Com o fim delas, o MBL se reestruturou, redefinindo-se como “suprapartidário”. No mesmo sentido, a condução do movimento foi desvinculada do EPL, e elaborou-se uma estratégia de expansão com o objetivo de ampliar seu raio de atuação, a partir da criação de filiais no país e da difusão de cursos de alinhamento político.

Em novembro de 2015, foi realizado o primeiro congresso nacional do MBL, tendo como resultado a sistematização e a aprovação de um conjunto de propostas para as áreas da educação, saúde, sustentabilidade, reforma política, economia, justiça, transporte e urbanismo. É por meio deste documento que analisamos o conjunto de propostas aprovadas pelo movimento para o campo educacional. A partir de 2016, observamos a ação do MBL no cenário político, passando a projetar membros e a apoiar simpatizantes para cargos políticos. Esses parlamentares eleitos pelo MBL são responsáveis por elaborar os projetos de leis defendidos pela agenda do movimento.

Como desdobramento do MBL para o campo educacional, em novembro de 2018, durante o quarto congresso nacional da organização, foi lançado o MBL Estudantil. A nova organização tem por objetivo representar estudantes nas instituições de ensino básico e superior, além de contrapor a representação estudantil existente nas escolas e universidades. Segundo o argumento apresentado pelo MBL, essas representações passaram a ser utilizadas como instrumento político por partidos de esquerda, sendo hegemônicas por ideologias comunistas, socialistas, anarquistas e sexistas. Além da formação de filiais do MBL Estudantil nas escolas e universidades, a organização visa a “instruir” os alunos por meio de apostilas, vídeos e uma intensa campanha nas redes sociais. Contudo, sua existência durou pouco tempo. No site do movimento, encontramos apenas uma apostila, que foi analisada nesta dissertação.

Mapeamos uma organização similar ao MBL Estudantil, denominada Universidades Livres (UniLivres), criada em julho de 2017. Essa entidade visa a representar estudantes universitários e realizar oposição à União Nacional dos Estudantes (UNE) e aos centros

acadêmicos e diretórios de esquerda, com base no mesmo argumento utilizado pelo MBL Estudantil: ambas defendem que tais instituições buscam representar interesses políticos esquerdistas e não os interesses dos estudantes.

Recentemente, como forma de atualização do MBL Estudantil e das aulas de alinhamento<sup>1</sup>, o MBL desenvolveu a Academia do MBL. Lançada no final de 2020, a Academia visa a funcionar como uma escola de formação de militantes, “formando” os futuros candidatos políticos e ativistas que, ao término do curso, devem ingressar como membros e parlamentares do MBL. No início de 2021, ocorreu o ingresso da primeira turma, com formatura prevista para o próximo congresso nacional do movimento.

Esta dissertação deriva de uma análise qualitativa sobre as seguintes fontes primárias: 1) manual para abertura de filiais do MBL; 2) as propostas aprovadas no primeiro congresso nacional; 3) material disponibilizado no site e nas redes sociais do MBL e do MBL Estudantil; 4) aulas de alinhamento disponibilizadas no canal do YouTube; 5) apostila “O que é iluminismo?”; 6) conteúdo dos vídeos disponibilizados na plataforma YouTube do MBL Estudantil; 7) materiais disponibilizado na rede social da UniLivres. Apresentamos como fontes secundárias dissertações, teses e artigos de jornais e revistas que tratam do MBL.

Compreendemos o MBL enquanto APH, caracterizado por buscar o consenso em torno de seus projetos políticos. Para compreensão deste APH, utilizamos o “Estado Ampliado” não apenas como ferramenta teórica, mas também como metodologia, iniciando a análise pelo mapeamento das organizações que detêm o protagonismo na sociedade civil numa determinada conjuntura, a atuação de seus intelectuais orgânicos, seu projeto de hegemonia e sua atuação no interior das agências do Estado restrito.

Na sociedade civil, identificamos a formação desse conjunto de APHs que têm por objetivo difundir seus projetos falseados de interesses universais, portanto desinteressados. No contexto das jornadas de junho, identificamos o protagonismo de três APHs. São eles: “Vem pra Rua”, formado em 2014; o MBL, formado em 2013; e o Revoltados Online, fundado em 2006, mas que adquiriu grande notoriedade a partir das “jornadas de junho” de 2013 e, sobretudo, da campanha pelo golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016 — quando a organização chegou a defender o “golpe militar”.

Nesse sentido, os primeiros passos da pesquisa foram realizados por meio da investigação do MBL. Identificamos seus intelectuais orgânicos, seus projetos e estratégias. O estudo buscou, ainda, identificar a existência de disputas em torno dos projetos entre os APHs

---

<sup>1</sup> Trata-se de aulas ministradas pelo professor Ricardo Almeida, disponibilizadas no canal do you tube.

da “Nova Direita”. No entanto, não encontramos elementos que nos permitissem realizar conclusões definitivas. Por outro lado, este aspecto não deve ser negligenciado, sobretudo diante dos últimos meses. As tensões no interior da frente liberal ultraconservadora são grandes e podem aumentar ainda mais com a queda dos índices de aprovação do governo do presidente Jair Bolsonaro. A ruptura do MBL com o governo é uma importante sinalização dessa tendência, que só poderá ser confirmada no próximo período.

O segundo passo da pesquisa foi a investigação da atuação do movimento no contexto parlamentar. Sendo assim, mapeamos os membros do MBL e simpatizantes eleitos com apoio declarado da organização. Após esse levantamento, investigamos quais projetos com referência ao campo educacional foram elaborados por estes parlamentares e quais foram aprovados.

Trabalhamos com o conceito de intelectual orgânico, formulado por Gramsci. Segundo o socialista italiano, todo grupo social, buscando manter a função de hegemonia, concebe um conjunto de intelectuais responsáveis por produzir a uniformidade do grupo, formar a consciência dos seus membros e sistematizar as agendas e estratégias dessa mesma organização. Sendo assim:

Os intelectuais são “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso espontâneo dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa da sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina do grupo que não “consente”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda sociedade na previsão de momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2011, p.208)

Como método de exposição, a dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro é destinado à investigação do contexto histórico de ascensão da Nova Direita. Partimos da investigação da crise estrutural do capital desenvolvida a partir de 1970: identificamos a forma de desenvolvimento da economia antes da crise, investigamos as principais modificações produzidas para recuperar o padrão de desenvolvimento e levantamos as principais justificativas para o processo que possibilitou a implementação do neoliberalismo. No segundo tópico deste primeiro capítulo, verificamos as principais características do neoliberalismo e os aspectos que tornaram imperativa sua atualização para o social-liberalismo em 1990. Por fim, identificamos a atualização da crise estrutural do capital em 2008, que deu origem a manifestações globais — contexto em que constatamos o fortalecimento da direita.

O segundo capítulo tem por objetivo caracterizar a Nova Direita e investigar alguns APHs de cunho doutrinário. Trabalhamos com o termo “frente liberal ultraconservadora”,

criado por Colombo (2018) para caracterizar o avanço conservador com forte aliança com setores religiosos. Este capítulo é subdividido em quatro partes: a primeira busca analisar a atuação do Instituto Liberal (IL), destrinchando sua forma de atuação; a segunda, investigar a forma de atuação do Instituto de Estudos Empresariais (IEE); a terceira, identificar os vínculos estabelecidos pela organização Atlas Network e Students for Liberty com o movimento Estudantes pela Liberdade (EPL); a última, analisar a formalização do Movimento Brasil Livre (MBL).

O último capítulo tem por objetivo examinar o conjunto de propostas educacionais aprovadas no primeiro congresso nacional do MBL, realizado em 2015. Esse capítulo está subdividido em quatro partes. A primeira evidencia o conjunto de propostas aprovadas e as compara com as recomendações formuladas pelo Banco Mundial. Neste subtópico, foram analisadas as medidas de cunho gerencialista, as propostas de sistema educacional por voucher e a proposta da educação domiciliar. O segundo e o terceiro tópicos têm por objetivo analisar as propostas ultraconservadoras da frente liberal ultraconservadora. No segundo, analisamos a proposta de militarização nas escolas; no terceiro, o projeto Escola Sem Partido. Por fim, identificamos as estratégias da Nova Direita para a formação da juventude. Neste tópico, analisamos um conjunto de 29 videoaulas de alinhamento produzidas pelo MBL e destinadas a membros do movimento. Identificamos a inserção da organização no âmbito educacional por meio do MBL Estudantil, da Academia do MBL e da UniLivres.

Espera-se com esta dissertação adensar o valoroso trabalho de um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores que, dedicadamente, vêm realizando investigações que buscam compreender e analisar a atuação da classe dominante no Brasil e, mais especificamente, na educação brasileira. Antes de concluir esta introdução, é fundamental pontuar que este trabalho, iniciado na elaboração do projeto em 2018, foi em parte realizado num contexto histórico marcado pela pandemia da Covid-19 e por um genocídio que já matou mais de meio milhão de mulheres, homens e crianças, vitimando, sobretudo, as trabalhadoras e trabalhadores mais pobres do país. Embora a pesquisa não tenha este tema de investigação, não é possível dizer que ela não tenha sido enormemente impactada por essa conjuntura, bem como a pesquisadora responsável por este trabalho.

## CAPÍTULO I

### CONTEXTUALIZANDO A ASCENSÃO DA “NOVA DIREITA” NO BRASIL

Este primeiro capítulo tem por objetivo analisar o contexto histórico da ascensão da “Nova Direita” no Brasil. Identificamos este processo como um desdobramento da última grande expressão da crise estrutural do capital, datada do ano de 2008. Dividimos o capítulo em três tópicos. O primeiro visa a investigar o histórico da crise, desencadeada a partir de 1970, e a consequente recomposição burguesa realizada nas décadas seguintes. O segundo busca analisar a ascensão e a implantação do neoliberalismo, num primeiro ciclo da recomposição burguesa, e do social-liberalismo, expressão de uma “social-democracia sob nova direção”. Aqui, dialogamos com um importante conjunto de trabalhos que utilizamos como referências — Gurgel (2003), Anderson (1995) e Castelo (2013) — e buscamos identificar as características do modelo neoliberal, as modificações produzidas nas funções sociais do Estado e do fundo público, as morfologias do mundo do trabalho, os limites da recomposição burguesa, suas redefinições e a implementação do social-liberalismo a partir de 1990.

Por fim, no terceiro tópico, tratamos da versão recente da crise estrutural do capital, desencadeada a partir de 2008, e seus desdobramentos: intensificação da precariedade do trabalho, protestos mundiais e ascensão da direita liberal ultraconservadora. No Brasil, como já sinalizamos, este processo se materializa a partir de 2013, no contexto histórico das jornadas de junho, momento em que identificamos o surgimento do Movimento Brasil Livre (MBL) e o crescimento das organizações “Vem pra Rua” e “Revoltados Online” (CALIL, 2013, 2016).

#### **1.1 A crise estrutural do capital.**

O crescimento da ofensiva liberal ultraconservadora no Brasil, expresso na criação de diversos APHs, dentre eles o Movimento Brasil Livre (MBL), pode ser apontado como um dos desdobramentos da crise estrutural do capital, desenvolvida a partir da década de 1970. Este fenômeno se evidencia com a manifestação mais recente desta mesma crise: o colapso econômico desencadeado no ano de 2008 nos Estados Unidos, que se alastrou para diversos outros países, inclusive da América Latina.

De acordo com a análise realizada por Castelo (2013), a crise estrutural iniciada nos anos 1970 se materializa inicialmente como uma crise de hegemonia, instaurada ainda no fim da década de 1960, e se torna estrutural devido à sua dimensão econômica, sobretudo a partir dos anos 1970. Em resposta a este processo, foi desenvolvido e implementado um novo padrão

de exploração do trabalho, num amplo movimento de recomposição burguesa. Entretanto, esta substituição do modelo de produção e reprodução das condições de dominação ocorreu sem uma análise crítica das causas estruturais que desencadearam a crise, já que isto levaria ao questionamento do próprio sistema de capital. Este, aponta István Mészáros (2011), é o limite da própria recomposição burguesa.

Segundo Antunes (2011), no decorrer dos últimos cinquenta anos foram produzidos diversos trabalhos científicos que abordam a crise do capital reforçando suas expressões: crise financeira, crise bancária, crise especulativa, crise fiscal, crise monetária. Entretanto, as causas da crise do capital não serão compreendidas por análises fenomênicas. Diferente das crises conjunturais que caracterizaram a expansão do capitalismo durante todo o século XX, a que se inicia no fim da década de 1960 tem dimensões muito mais profundas: está relacionada à própria incapacidade de realização do próprio capital e “se mostrava longa e duradoura, sistemática e estrutural” (MÉSZÁROS, 2011, p.10).

Mészáros (2011) identifica que a crise se torna estrutural a partir dos anos 1970, evidenciando que as rebeliões produzidas em 1968 e a reestruturação do modelo de produção são apenas os fenômenos deste processo crítico. A partir dos estudos produzidos por este autor, compreendemos que é própria da dinâmica de desenvolvimento do capital a instauração de crises. A novidade apresentada a partir de 1970 é a caracterização de uma crise de longa duração, com tal profundidade e gravidade que redimensiona a palavra de ordem “socialismo ou barbárie”. Diante do desenvolvimento do processo, a reação da classe burguesa produziu modificações nos âmbitos do modelo de desenvolvimento econômico e das políticas sociais, com o objetivo de eliminar qualquer caráter universalista do direito público.

A justificativa burguesa para a crise estrutural dos anos de 1970 atribuiu ao modelo de produção fordista keynesiano as razões para a queda dos índices de produtividade e investimento. Em resposta a ela, como veremos no próximo tópico, foi implementado o modelo de estado neoliberal, sobretudo a partir dos anos 1980. Mészáros (2011) identifica que, a partir da recomposição burguesa neoliberal, foi aberto um período em que a transformação das forças produtivas em forças destrutivas se acirrou enormemente. Nesse mesmo sentido, Antunes (2011) conclui que as crises nesta nova fase assumem o caráter de crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente.

A partir desta caracterização, compreendemos que a ofensiva burguesa visando recuperar os níveis de lucratividade ocorre frequentemente e, invariavelmente, gera o

encaminhamento das perdas à classe trabalhadora, a partir do aprofundamento das mais variadas formas de extração de mais valor, num movimento que intensifica o sobretrabalho e as formas de exploração. Em sua obra, Mészáros (2011) destaca que, a partir da década de 1970, para a valorização do capital, são implementadas taxas decrescentes no valor das mercadorias produzidas. Além disto, ocorre a obsolescência programada onde cada mercadoria é produzida visando o descarte, possibilitando um tempo de vida mínimo, motivando novamente o consumo. Nesse sentido, há duas consequências básicas deste processo: maior exploração do trabalhador na fabricação destes produtos e o aumento da degradação do meio ambiente. Segundo Antunes (2011),

A conclusão de Mészáros é forte: mesmo que 90% do material e dos recursos de trabalho necessários para a produção e distribuição de uma dada mercadoria comercializada — um produto cosmético, por exemplo — fossem diretamente para o lixo e somente 10% efetivamente destinada ao preparo do produto, visando os benefícios reais ou imaginários ao consumidor, as práticas obviamente devastadoras aqui envolvidas seriam plenamente justificadas, desde que estivessem sintonizadas com o critério de “eficiência”, “racionalidade” e “economia” capitalista, em virtude de lucratividade comprovada da mercadoria em questão. (ANTUNES, 2011, p.12)

Como podemos identificar pela citação, embora as parcelas descartáveis do produto sejam maiores que a porcentagem do lucro, ainda assim a produção é realizada. Mészáros, ao comparar a crise de 1970 com a crise de 1929, identifica que esta pareceria “festa no salão de chá de vigário” (MÈSZÁROS, 2011, p. 17). Sua análise prossegue enfatizando o caráter destrutivo desta nova fase de crise, que não se limita ao setor econômico, mas abrange “a vida social, econômica e política” (MÈSZÁROS, 2011, p.17).

A partir do trabalho realizado por Gurgel (2003), conseguimos identificar as características do modelo fordista e do modelo neoliberal, escolhido para conduzir a economia após a crise. Baseado em Hobsbawn (1995), o autor sinaliza que, durante a crise dos anos de 1930, havia três opções de modelos de condução políticas econômicas disponíveis. A primeira seria a implantação do socialismo — entretanto, este sistema tem por objetivo a superação do capitalismo e, por isso, jamais poderia contemplar os interesses burgueses, cujo objetivo é a maximização dos lucros. A segunda plataforma econômica disponível seria a implantação do fascismo, e a terceira, a implantação do modelo fordista de produção. Entre estas três opções disponíveis no período, visando a manter o desenvolvimento do capital, o modelo fordista foi aquele que caracterizou a expansão do capital nas décadas seguintes. Segundo Gurgel (2003), o modelo econômico selecionado contemplava diferentes vertentes e foi implementado de modo diferenciado em cada região.

Segundo as investigações de Gurgel (2003), o sistema de trabalho conduzido pelo fordismo tem origem nos séculos XIX e XX. Caracterizado por padronizar o trabalho, este modelo foi implementado na fábrica de automóveis de Henry Ford, com a introdução de linhas de montagem. O autor identifica que a primeira versão do sistema foi posta em prática em 1913, no mesmo momento em que o congresso dos Estados Unidos proibiu o uso de cronômetros na empresa, enfatizando que os dispositivos eram utilizados para aumentar a produtividade dos trabalhadores. Entretanto, ainda segundo Gurgel (2003), o trabalho passou a ser controlado com a inserção da nova máquina e com a padronização das ações de trabalho. O mesmo modelo fordista que produzia o aumento da exploração da força de trabalho camuflava-a com a política de redução da jornada, estabelecendo um período de oito horas de trabalho. Isso permitiu à indústria automobilística abrir três turnos de trabalho e aumentar ainda mais a produtividade. Nesse sentido Gurgel identifica.

Operando em três turnos de trabalho – das 8 às 16 horas, das 16 às 24 e das 24 às 8 da manhã –, sua produção chegou, em 1926, a 2 milhões de automóveis. Uma quantidade superior a toda produção das montadoras brasileiras, em qualquer ano da sua história, 75 anos depois. (GURGEL, 2003.p.102)

Numa época em que a Ford experimentava condições de quase monopólio na produção de automotores, o modelo fordista garantia o aumento da produção por meio da padronização, mas contemplava algumas concessões aos trabalhadores. Entretanto, esse modelo de organização da produção industrial sofreu perdas com a Grande Depressão, no período de 1929 a 1933. Conforme já identificamos, é nesse contexto que o planejamento industrial inspira os métodos de planejamento administrativo estatal, sob a expressão do pensamento Keynesiano. Segundo Gurgel (2003), a gestão macroeconômica keynesiana compreende como dever do Estado assegurar o emprego, como condição para a geração de demandas e consumo, produzindo impactos diretos na produção e na própria realização da economia.

A terceira expressão do planejamento, identificada por Gurgel (2003), foi a implementação de um Estado assistencialista. Como o próprio nome enfatiza, o Estado forneceria assistências mínimas aos indivíduos (o benefício de seguro desemprego, por exemplo), garantiria os serviços públicos e ampliaria o universo de funcionários do governo (médico, professores e administradores), prestando à população esses serviços, diminuindo os gastos indiretos dela e, dessa forma, aumentando os recursos para se gastar com consumo. Nesse sentido, Gurgel identifica a ampliação de serviços disponibilizados:

Essa ação social do Estado combinava-se com a ação econômica de natureza keynesiana potencializando-a. Já não eram apenas os empreendimentos de infraestrutura e o fornecimento de insumos básicos que faziam do Estado um grande empregador e grande consumidor, mas também sua prestação de serviço social. Isto significou a aquisição de bens destinados aos programas de saúde, de educação, de transporte público, de habitação popular e para outros fins, em número que variava conforme a abertura do leque de assistência social prestada. (GURGEL, 2003. p. 106)

Sob a direção de uma burguesia portadora do programa keynesiano, o Estado passou a atuar disponibilizando serviços sociais à população e regulando salários. Para tanto, foi preciso estabelecer uma administração pública capaz de organizar e gerenciar os novos serviços oferecidos, além de regulamentar as relações de trabalho. Por outro lado, fazia-se necessária a implantação de funcionários capazes de organizar as novas tarefas promovidas pelo Estado. De acordo com Gurgel (2003), a adoção deste modelo de Estado assistencialista poderia gerenciar até 65% do Produto Nacional Bruto (GURGEL, 2003.p.107). O tamanho da renda a ser gerenciada demandava um novo perfil de funcionário estatal, capaz de conduzir suas decisões de modo imparcial, visando ao benefício do Estado e do bem público. Foi a junção destas quatro vertentes, segundo Gurgel (2003), que possibilitou a saída da crise dos anos 1930 e que permitiu a criação do lucro, até a crise estrutural dos anos 1970.

No plano social, o Estado atuava gerindo os serviços; no plano econômico, promovendo o consumo em massa. O novo padrão de funcionário estatal exigia a contratação por mérito e, como destaca Gurgel (2003), deveria deixar de empregar as práticas clientelistas — que, entretanto, continuaram a funcionar e aumentaram os gastos públicos.

Gradativamente, essa legislação, associada ao sistema de organização e gestão burocrática, foi exigindo um aparato administrativo e operacional igualmente amplo, complexo, muitas vezes redundante. Nele se multiplicaram agentes prestadores de serviços (médicos, professores, enfermeiros, assistentes sociais, instrutores, atendentes, orientadores, psicólogos e fisioterapeutas), arrecadadores (cobradores, recolhedores, colhedores), fiscalizadores, técnico-administrativos, cujos custos de manutenção se levavam a cada ano. (GURGEL, 2003.p,109)

Os serviços a serem disponibilizados pelo Estado aumentaram e demandaram a admissão de novos funcionários que, além de aumentarem os investimentos públicos, seguiram a lógica clientelista em alguns casos. É importante ressaltar que este formato adotado, apesar de assegurar direitos à classe trabalhadora, tinha por objetivo manter a expansão do capital, assegurar a propriedade privada e, em última instância, defender a manutenção do domínio burguês. A crise deste sistema foi justificada pelo tamanho do “welfare state”. Ou seja, o mesmo sistema que proporcionou os lucros e a estabilidade após a crise de 1930 passou a ser apresentado como o responsável pela crise nos anos 1970. Em seu trabalho, Gurgel (2003) compreende que este processo crítico se formou em conjunto com múltiplos fatores.

Mas juntos, os gastos desproporcionais, o empreguismo, a ausência de controle e limites, as compras superfaturadas e aluguéis superfaturados, a corrupção, a crescente sonegação fiscal e o desvio orçamentário, isto tudo reunido solapou a capacidade de investimento do Estado. (GURGEL, 2003. p.109)

Parte do esgotamento do modelo foi gerada pela corrupção do sistema, por compras superfaturadas, e, nesse sentido, faltou qualquer critério de objetividade científica aos intelectuais burgueses. Outro ponto levantado por Gurgel (2003) é o aumento das aposentadorias e do seguro desemprego. O discurso keynesiano que justificava a extensão das funções estatais pelo consumo que elas gerariam não se revelou suficiente nos anos 1970. Pelo contrário, o que se verificou com a ampliação e aprofundamento da crise foi o aumento do desemprego. Gurgel (2003) identifica que este modelo foi criticado por todos, desde a classe trabalhadora, que exigia melhores condições de vida, até os setores conservadores:

Os conservadores acusam o Welfare State pelo que eles mesmos, os conservadores, fizeram com o Welfare State: o assalto do fundo público seguido de seu abandono, pela via de sonegação e combate aberto pelo que eles chamam de custos sociais. Os reformistas de esquerda acusam o Welfare State de fazer o que na verdade deixaram de fazer: ser instrumento de cooptação das camadas mais pobres e dependentes. Na verdade, essas camadas populares, na altura dos anos de 1980, tinham mais críticas ao Estado pela má assistência à saúde, pela educação precária, pelo transporte público defeituoso e humilhante, pela habitação “popular” cara e intranquilizadora. (GURGEL, 2003, p.111)

Essas razões foram utilizadas pelos neoliberais para justificar a crise. Em sua análise, Castelo (2013) identifica que ela começou como uma crise de hegemonia. A melhoria nas condições de vida da classe trabalhadora, característica das políticas keynesianas, sobretudo nos países da Europa Ocidental, esteve longe de ser universalizada. Ao contrário, a realização de tais políticas nunca foi homogênea, e em algumas regiões, como a América Latina, os processos de desenvolvimento são mais próximos de um “Estado de mal-estar social”, caracterizado por um capitalismo dependente, pela superexploração do trabalho, por ditaduras e pela manutenção das formas autocráticas que garantem a dominação burguesa em sua relação capital-imperialista (FONTES, 2010).

Esse movimento de crise, entretanto, se inicia ainda no centro do capitalismo e pode ser identificado nas rebeliões de 1968, realizadas em diversos lugares, e que tiveram em Paris o centro da sua insurreição, que logo se espalhou. Segundo Castelo (2013), este movimento, que era francamente heterogêneo, reuniu “anarquistas, trotskistas, maoístas, utópicos, romântico-revolucionários e um sem-número de organizações independentes” (CASTELO, 2013. p.152). Esse amplo conjunto de grupos reivindicava melhorias nas condições de vida, trabalho e salário:

Operários industriais e trabalhadores urbanos do setor terciário fizeram parte dos levantes, passeatas e manifestações, mobilizando bairros inteiros das cidades sublevadas. Naquele ano, a Europa registrou sua maior greve geral, uma onda de

ocupações em fábricas foi realizada, indo de encontro às deliberações orquestradas pelas direções de sindicatos e partidos de esquerda, resgatando a melhor tradição cooperativista dos Communards, dos Soviets e dos Conselheiros de Fábrica de Turim. Tais rebeliões foram uma realidade no centro, semiperiferia e periferia do mercado mundial: Paris, Córdoba, Osasco, Contagem. (CASTELO, 2013. p.154)

Neste movimento estiveram presentes trabalhadores, reivindicando melhorias de trabalho. Contudo, Castelo (2013) aponta que, devido à alta heterogeneidade, o produto destas séries de manifestações foi reduzido ao tema da liberdade. Em função disso, o saldo político dessas manifestações logo foi apropriado por movimentos conservadores, como o pós-modernismo, o pós-estruturalismo e outros “pós” que emergiram numa conjuntura de franco revisionismo.

Castelo (2013) identifica que a hegemonia dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial foi importante na formação do bloco histórico fordista-keynesiano. Impactou, por um lado, na ajuda na reconstrução dos países da OTAN e, por outro, na necessidade de combater o comunismo. Outro fator fundamental foi o estabelecimento do padrão monetário internacional. Segundo o autor, a crise no âmbito econômico, expressa no fim da conversibilidade do padrão euro-dólar em 1971, foi fator decisivo para a conquista dessa hegemonia. A extremidade dessa hegemonia, materializada e exposta na Guerra do Vietnã, por sua vez, impulsionou lutas anti-imperialistas em diferentes regiões do mundo.

Neste amplo cenário de crise ocorreu a crise bancária em 1980, provocando um cenário de instabilidade cuja expressão foi a falência das economias latino-americanas, com grande destaque para o caso mexicano. Entretanto, a crise de hegemonia dos Estados Unidos se deu por um período pequeno de tempo. Uma das reações de contraofensiva dos Estados Unidos, identificada por Castelo (2013), foi o apoio ao golpe e à ditadura do general Augusto Pinochet no Chile, onde se implantou um laboratório de experiência da gestão do neoliberalismo.

Ainda segundo Castelo (2013), uma das medidas que tinham por objetivo recuperar a hegemonia dos Estados Unidos foi produzida pelo choque dos juros, que fez com que os Estados Unidos recebessem créditos, recuperando o padrão euro-dólar nos anos de 1980 a 1990. O autor destaca o processo de industrialização nos países periféricos, que se dera a partir de empréstimos externos, realizados com a taxa de juros flutuantes. Ou seja, com o choque dos juros, o valor dos empréstimos cresceu. Como forma de auxiliar estes países, foram negociados novos empréstimos fornecidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco

Mundial (BM), mediante uma série de medidas que não apenas restabeleciam a hegemonia estadunidense, mas também tornavam imperativa nestes países a agenda neoliberal.

A reação burguesa a esta crise estrutural desenvolvida foi a modificação no modo de conduzir a economia. Neste contexto, abandonou-se o objetivo do desenvolvimento do pleno emprego e do estabelecimento de programas sociais, e procurou-se silenciar greves e sindicatos. Emerge aqui um novo padrão de acumulação denominado toyotismo, que demandava por maior flexibilização nas relações trabalhistas e pela introdução de serviços customizados, produzindo neste sistema a acentuação da precariedade das relações de trabalho e retirando a perspectiva do consumo em massa, outrora desejado na fase do fordismo.

Segundo Gurgel (2003), o novo modelo adotado identifica o desemprego como algo natural. O autor compara o desemprego a um modelo darwinista de seleção, ou seja, os melhores estariam inseridos no ambiente de trabalho. Gurgel (2003) relembra mais uma distinção importante: no modelo fordista keynesiano, o Estado era o regulador da força de trabalho, responsável por realizar a mediação entre empregador e trabalhador; aqui, a classe trabalhadora reunia forças contra o Estado por melhores condições de trabalho. Com a implantação do novo formato, o empregador passa a ser o responsabilizado.

A partir da adoção do neoliberalismo nos anos de 1980, produziu-se uma série de modificações. O Estado deveria ser reduzido; serviços outrora disponibilizados por ele passaram a ser vendidos ao setor privado, por valores abaixo do que realmente valeriam, segundo Gurgel (2023). Nessa lógica de transferir empresas estatais para o mercado, que teoricamente possuía os melhores modelos de gestão, foram repassados setores com alta lucratividade, como as telecomunicações e a energia, tal como identifica Gurgel (2003). Tornou-se possível, assim, a abertura de novas oportunidades de expansão ao setor privado.

Segundo Gurgel (2003), a partir deste cenário de maior concentração de renda, acentuação da degradação das relações de trabalho e introdução de produtos customizados é possível compreender a que parcela da população o trabalho busca atender. Abandona-se a perspectiva da padronização, visando a atender o grupo que possui a concentração de renda. Gurgel (2003) aponta aqui o papel fundamental do marketing, responsável por produzir novas demandas no mercado.

Nesta perspectiva de introdução de produtos personalizados, ocorre a diminuição do tempo de vida útil das mercadorias, haja vista que o consumo é realizado por uma parcela

pequena, que possui a concentração de renda. Através do marketing são lançados constantemente novos produtos, e, para assegurar a lucratividade deste sistema, amplia-se a exploração da força de trabalho.

Castelo (2013) destaca que uma das formas que possibilitou o aumento da exploração da classe trabalhadora foi a transferência de unidades produtivas para regiões economicamente mais viáveis, onde é possível reduzir o custo da força de trabalho, o que provocaria a diminuição do preço do produto. Dessa maneira, o custo do progresso econômico seria pago pela superexploração da classe trabalhadora nos países periféricos. A implantação deste modelo foi possibilitada com o avanço da comunicação, que permitiu articular empresas e fábricas integradas, localizadas em diferentes regiões. No tocante à acentuação da exploração, Gurgel (2003) realiza um importante balanço.

Razão por que dizemos que as novas tecnologias de gestão e produção têm um papel extremamente relevante na elevação da intensidade da exploração, na depressão dos salários e no crescimento do exército de reserva. A reengenharia, a virtualização, a terceirização, os processos de downsizing, as células de produção, a multifuncionalidade, a remuneração flexível são recursos metodológicos de gestão que promoveram reduções expressivas de cunho indireto e direto, dispersaram grande volume de mão de obra qualificada e semi-qualificada e especializada e, como consequência, pressionaram os salários para baixo. Algumas vezes, reduções puderam ser drásticas, porque os métodos e técnicas permitiram, e reverteram balanços em vermelhos em poucos meses. (GURGEL, 2003. p.132)

Em suma, a estratégia para sair da crise foi apostar na entrega de serviços e empresas públicas, com o discurso de diminuir o tamanho do Estado e melhorar os serviços disponibilizados; na retirada de direitos dos trabalhadores, produzindo o aumento da exploração da força de trabalho; na introdução de fábrica em regiões onde os sindicatos e os direitos eram menos expressivos. Essa acentuação da exploração da força de trabalho é favorecida com a política do exército de reserva produzido. É sobre esta prática que nos debruçaremos no próximo capítulo, com a introdução do neoliberalismo.

## **1.2- Neoliberalismo e a inserção do social liberalismo.**

Como desdobramento da crise estrutural do capital, e com o intuito de retomar a taxa de lucro, a classe burguesa produziu modificações nas formas de desenvolvimento do trabalho, por meio da substituição do sistema fordista de produção pelo sistema de produção flexível denominado toyotismo e a política neoliberal. Este novo modelo de condução tem início na década de 1970 a 1980. No eixo da produção, ocorre a introdução de máquinas que demandam

uma nova composição de trabalhadores, polivalentes, capazes de realizar diversas tarefas durante a jornada.

No ambiente de trabalho, são difundidas novas retóricas, como medida de convencimento do trabalhador, atrelando-se os salários à produtividade, o que dá origem à política de bonificação. Dessa maneira, o trabalhador passa a regular o seu próprio trabalho e o da equipe em que está inserido. Segundo Gurgel (2003), este formato dissemina a lógica de gestão participativa e do sindicalismo de empresa, que retira a capacidade de luta dos trabalhadores pela melhoria das condições trabalhistas e salariais.

Segundo a pesquisa de Behring (2008), no neoliberalismo ocorreu a introdução da microeletrônica digital. Toda a produção passa a ser comandada sob a ideia do estoque mínimo. Baseada em Harvey (1993), a autora identifica os diferentes tipos de trabalho, que podem incluir variações de empregos temporários e parciais. Behring (2008) também constata que nos países centrais são encontrados os melhores salários. Já o que se vê nos países periféricos são diferentes formas de trabalho, como os subcontratados, com menores direitos trabalhistas. Castelo (2013), analisando essas condições, ressalta:

No neoliberalismo, verifica-se uma brutal regressão nas configurações no mundo do trabalho com o ressurgimento de processos de trabalho artesanais, familiares, informais, autônomos do “mercado negro” (que envolve o tráfico de pessoas), muitos deles baseados em força de trabalho infantil, escrava e feminina e dos imigrantes ilegais. Nas cadeias produtivas – diretas e indiretas – das transnacionais se constata a presença de processos de trabalhos pré-capitalistas, com níveis absurdos de exploração da força de trabalho, que não encontraram qualquer tipo de proteção social ou de direitos trabalhistas, resultando do empobrecimento físico, social e psíquico dos trabalhadores, enquanto indivíduos e classe. (CASTELO, 2013 p.178)

A burguesia tem ampliado sua capacidade de obtenção de lucros, no contexto da recomposição neoliberal, por meio do aumento da exploração da força de trabalho e pela expropriação do fundo público, seja pela privatização das empresas estatais, seja pela transformação de direitos públicos em serviços “públicos não estatais”, que devem ser ofertados por organizações sociais, fundações e empresas. Castelo (2013) identifica ainda que, diante dessa recomposição, a burguesia vem radicalizando a divisão social do trabalho no mundo, ampliando, ainda mais, a relação desigual e combinada do desenvolvimento do capitalismo.

Nessa relação desigual e combinada do desenvolvimento, as economias latino-americanas, incluindo a brasileira, mantêm a combinação do arcaico e do moderno como traço característico do desenvolvimento capitalista nesta região. Segundo a análise de Marini (1973), a dinâmica interna para a realização do lucro, haja vista, a comercialização desigual com os países centrais é estabelecida por meio da superexploração da força de trabalho, materializada

em três fatores: com a intensificação do trabalho, com a prorrogação do tempo de trabalho e com a retirada de parte da força de trabalho necessária ao trabalhador. Nesse sentido,

Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho, superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. (MARINI,1973, n.p)

A opção burguesa pelo neoliberalismo, segundo os autores Dardot e Laval (2016), já era idealizada desde 1938, a partir do colóquio Walter Lippmann, ocorrido nos dias 26 e 30 de agosto em Paris, por meio do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual. Neste colóquio, foi aprovada a criação do Centro Internacional de Estudos para o Liberalismo, materializado somente em 1947 na sociedade de Mont Pèlerin. Portanto, as ideias contrárias à política keynesiana foram elaboradas no momento em que o modelo estava sendo implementado e estava gerando lucros e estabilidade política aos capitalistas. Segundo Perry Anderson (1995), a sociedade de Mont Pèlerin pode ser assim definida:

Aí se fundou a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o Keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro (ANDERSON,1995. p.9)

Logo, de acordo com o autor, o objetivo da sociedade era promover o fim do Estado keynesiano. Participavam dela Milton Friedman, Ludwig Von Mises, dentre outros teóricos. Anderson (1995) aponta que a produção que forneceu a base de ofensiva contra o estado de bem estar social foi produzida por Friedrich Hayek, em 1944, com a obra denominada “caminhos da servidão”. Ainda segundo o autor, para os neoliberais, a crise produzida na década de 1970 era explicada por dois motivos: o excesso de poder dos sindicatos e o poder do movimento operário, que reivindicava o aumento dos direitos sociais.

Outro importante teórico neoliberal pertencente à sociedade de Mont Pèlerin, que produziu críticas ao modelo de bem-estar social defendendo a implementação do livre mercado foi Milton Friedman. Em seu livro “Capitalismo e Liberdade”, o autor defende o livre mercado, mapeando as principais diferenças entre o governo gerido por ele e o governo socialista. Segundo as análises realizadas por Friedman (2002), o governo regido pelo livre mercado produziria um estado de liberdade individual com a implementação da liberdade política. Em contrapartida, um sistema socialista seria marcado pela restrição da liberdade, ou, como teria dito Hayek ainda em 1944, significaria o próprio “caminho da servidão”. Tanto Friedman

(2002) quanto Hayek (1944) admitem que pode haver o sistema de livre mercado em uma sociedade com restrição de liberdade e que esse cenário seria melhor do que uma sociedade regulada.

Friedman (2002) prossegue enfatizando as diferenças entre os dois modelos de governos. O sistema de livre mercado permitiria o sistema democrático, levando em conta que, neste governo, os membros poderiam reivindicar outros modelos de governo, enfatizando como exemplo a reivindicação do modelo do socialismo. Em contrapartida, o autor identifica que, dentro do sistema do socialismo, não haveria espaços para outras reivindicações, ou, caso houvesse, os membros em sociedade encontrariam dificuldades para reivindicar, considerando as dificuldades para divulgar suas ideias, devido à imprensa restrita.

No modelo idealizado por Friedman (2002), o Estado deveria atuar semelhantemente a um “árbitro”, ou seja, as suas ações deveriam mediar as regras, promovendo a interpretação delas e fazendo-as serem cumpridas. No entanto, ele deveria garantir os meios para modificar essas mesmas regras quando necessário. Apesar de defensor da liberdade, Friedman (2002) afirma que não há possibilidade de liberdade absoluta, daí a necessidade do Estado enquanto árbitro.

Neste modelo de sistema, o Estado deve funcionar para promover o desenvolvimento do livre mercado, fazendo cumprir as leis, possibilitando a realização das trocas de mercadorias em sociedade e garantindo a propriedade privada e as liberdades individuais. Dentro desta concepção, ele deve ser forte no sentido de garantir o desenvolvimento do livre mercado sem a intervenção do governo na relação capital-trabalho. De acordo com o argumento utilizado por Friedman (2002), sem a interferência governamental, o mercado produziria os melhores serviços à população, pois numa situação de ampla concorrência e liberdade econômica os indivíduos estariam livres para fazer as melhores escolhas e em situação de empreender.

Segundo as análises produzidas por Friedman (2002), as políticas keynesianas teriam objetivos de melhorias sociais. Entretanto, quando implementadas, tiveram resultados opostos aos esperados. O autor identifica como ações que produziram o oposto do esperado o controle de aluguel, o programa de habitação e as políticas de aposentadoria. Uma das iniciativas analisadas por Friedman (2002) é o programa de habitação. Este tinha por objetivo ajudar os mais vulneráveis. Entretanto, de acordo com o autor, o programa não atendeu às expectativas. O primeiro erro cometido no programa é o modo como os recursos são distribuídos, ou seja, em forma de casa. Segundo Friedman (2002), eles seriam melhor aproveitados na forma de

distribuição de dinheiro; desse modo, seriam melhor administrados, seja na procura por melhores moradias ou qualquer outra necessidade.

A política de habitação, na análise de Friedman (2002), teria produzido dois resultados. O primeiro é o aumento do número de famílias necessitadas desta assistência, ou seja, ela não apenas não reduzia a demanda, como também gerava o aumento de casas destruídas. Além dessas consequências, o autor (2002) ressalta que esta política era utilizada para fins privados: a seleção para áreas a serem desocupadas era realizada visando a atingir algum interesse particular, evidenciando que algumas seleções poderiam levar em conta vantagens comerciais.

Friedman (2002) acrescenta a esses pontos que o objetivo do programa era acabar com a “delinquência juvenil”. Entretanto, o autor argumenta que, em vez da diminuição, esta política produziu o efeito oposto. Segundo ele, um dos motivos que permite explicar este fenômeno está relacionado ao critério de seleção do programa. Como as seleções se baseavam nos níveis de renda, eram contempladas no programa, de acordo com o autor, “famílias rompidas”, isto é, famílias divorciadas. Com base nesta afirmação, Friedman (2002) argumenta que são estas famílias as que possuem as maiores chances de formar “crianças problemas”.

Logo, o resultado desta política seria a alocação deste conjunto de crianças no mesmo ambiente. O autor prossegue identificando que essas crianças frequentariam as mesmas escolas, que, em sua análise, encontrariam dificuldades de lidar com elas. Segundo Friedman (2002), “famílias desfeitas constituem um terço ou mais do total de famílias num projeto habitacional público” (FRIEDMAN, 2002, p.180).

Além das críticas ao programa habitacional, Friedman (2002) condena a institucionalização pelo Estado da lei do salário mínimo. Para o autor, esta é outra política que resultou no oposto do esperado. O objetivo da implantação desta medida visava à eliminação da pobreza; entretanto, em seu texto, Friedman afirma que o Estado não tem como obrigar os empresários a arcarem com tamanho custo no salário, e que esta política resultaria na demissão de funcionários que recebiam abaixo do mínimo estabelecido pela lei. Segundo ele, isto resultaria em duas situações: ou o funcionário iria procurar empregos com salário ainda mais baixos ou ficaria desempregado. Em ambos os casos, não haveria diminuição da pobreza, mas, sim, acentuação.

Outro programa que, na análise de Friedman (2002), resultou em efeitos contrários aos objetivos das políticas promovidas pela regulamentação do Estado foi o programa de assistência criado em auxílio à agricultura. De acordo com o autor, esta medida visava a atender a fazendeiros de baixa renda. Todavia, uma vez que o benefício era realizado pela venda dos

produtos, e não diretamente na renda, ele conclui que eram os fazendeiros com maiores rendas que se beneficiavam, já que possuíam a capacidade de aumentar o volume da produção. Portanto, na visão do autor, esta política disponibilizava o auxílio a fazendeiros que não precisavam.

Friedman (2002) acrescenta que este programa permitia que os fazendeiros ficassem por mais tempo sem seus postos de trabalho. Nesse sistema, prossegue ele, o trabalhador paga o custo duas vezes no mesmo produto: primeiro na forma de taxa, e, depois, na forma de valor da mercadoria. Por fim, o autor ressalta um prejuízo que não é imediatamente constatado: ao se privilegiar e incentivar a produção nacional, ocorre a estagnação dessas vendas, e os empresários são forçados a baixar o valor, impactando nos lucros.

Ainda mais densas serão as críticas de Friedman (2002) ao programa de seguro social, desenvolvido pelo *welfare state*. O primeiro argumento do autor se refere à obrigatoriedade de que o programa seja desenvolvido via monopólio do Estado. Friedman (2002) questiona se essa iniciativa seria autossustentável ou se exigiria a inserção de um novo programa no futuro. Além disso, ele argumenta que, nesta estrutura, não é possível prever o valor pago aos futuros aposentados, e por isso defende que a melhor forma de distribuição do sistema seria implementando-o via iniciativa privada.

Friedman (2002) questiona se é possível, por meio de uma concepção liberal, tornar obrigatória a implantação do sistema de aposentadoria. Uma das bases argumentativas que poderiam tornar este sistema legal do ponto de vista liberal parte do pensamento de que, futuramente, estes idosos representariam um custo social. Entretanto, para Friedman (2002), não seria necessário tornar este sistema obrigatório, visto que, como argumenta o autor, voluntariamente as pessoas procurariam uma proteção para o futuro.

Entretanto, ele argumenta que, uma vez instituído este programa estatal de previdência, deveria ser permitida a concorrência com a iniciativa privada, possibilitando maiores oportunidades de aposentadoria, desde que não obrigatória pelo governo. Friedman (2002) identifica que parte da teoria dos custos futuros dos idosos tem origem em 1930, contexto em que ocorre a Grande Depressão e que é marcado pelo desemprego. Assim, o autor relaciona a falta de proteção dos idosos à falta de emprego, e afirma que a falta de segurança dos idosos não foi algo proposital.

Como evidenciamos, Friedman (2002) foi um intelectual contrário às políticas do *welfare state*, mas que admitia uma pequena proteção via Estado, visando a atender os mais pobres. Entretanto, ele enfatiza que esta demanda não deveria afetar o desenvolvimento do livre

mercado. Para o autor, esta assistência seria melhor desenvolvida se atrelada ao imposto de renda: o benefício seria disponibilizado conforme o nível de renda do cidadão. Como exemplo, o autor estabelece o valor de 100 dólares: o indivíduo que declara o imposto de renda abaixo deste valor receberia o benefício, podendo ser acrescentada uma parcela ao pagamento, destinada a cobrir gastos não previstos, como em casos de despesas médicas.

De acordo com nossa proposta, se a renda for menos de 100 dólares abaixo da isenção mais a dedução, terá que pagar um imposto negativo, isto é, receber subsídio. Se a taxa de subsídio for, digamos 50% receberá 50 dólares. Se não tiver nenhuma renda é, para efeitos de simplicidade, nenhuma dedução, e a taxa for constante, receberá 300 dólares. Poderá receber mais que isso, se tiver deduções, já seja negativa mesmo antes da subtração de isenção (FRIEDMAN, 2002, p.192)

Dessa forma, na visão de Friedman (2002) o Estado poderá fornecer auxílio aos mais vulneráveis, mas na forma de dinheiro, pois, desse modo, não haverá interferência na dinâmica do livre mercado. O autor destaca que, com a disponibilização deste auxílio, deverá ocorrer a retirada de todos os outros ofertados pelo Estado, de modo que as despesas da União sejam diminuídas.

Segundo Anderson (1995), o Estado dentro da concepção neoliberal deveria ser forte para conter o movimento sindical e capaz de permitir o desenvolvimento do livre mercado. Ao realizar o balanço da implementação do neoliberalismo, o autor identifica que a primeira experiência do modelo aconteceu no Chile, por meio de um golpe proferido por Augusto Pinochet. Em seu texto, o historiador destaca que esta primeira experiência do neoliberalismo no Chile produziu um conjunto de reformas que foram capazes de produzir o crescimento econômico, mas que geraram “desregulamentação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos mais ricos e privatização dos bens públicos” (ANDERSON. 1995.p.9). Castelo (2013) destaca que essa experiência não conseguiu implementar por completo o receituário neoliberal, ainda que tenha produzido imenso processo de privatização, uma vez que manteve a mineração do cobre como nacional.

A partir da crise estrutural dos anos de 1970, com a queda do bloco histórico fordista keynesiano, as ideias neoliberais são utilizadas para salvar da crise desenvolvida, sendo também utilizada como plataforma de governo. Segundo o balanço realizado por Anderson (1995), a partir de 1980 ocorre o crescimento do neoliberalismo enquanto plataforma política, implementada por vitória eleitoral. O primeiro governo identificado pelo autor foi implementado em 1979 por Margaret Thatcher. Castelo (2013) aponta que, apesar do intenso processo de privatização realizado por este governo, ele não conseguiu retirar por completo as políticas promovidas pelo *welfare state*, já que a área da saúde permanece pública.

O segundo governo estabelecido via eleições é identificado por Anderson (1995) nos Estados Unidos: o do presidente Ronald Reagan, em 1980. Aqui, a implantação do modelo neoliberal apresentou um componente diferencial, pois, apesar de seguir a cartilha neoliberal ao conter os sindicatos e promover as privatizações, o governo manteve altos gastos com a indústria de guerra, com o objetivo de derrotar o comunismo.

De acordo com Anderson (1995), nos anos 1980, o modelo neoliberal parecia ser hegemônico nos países de capitalismo avançado. É possível ver a implantação deste sistema na Alemanha, em 1982, e na Dinamarca, em 1983. Segundo o autor, o neoliberalismo tinha como inimigo o comunismo; logo, a partir desta oposição, atraía candidatos políticos para sua plataforma.

Anderson (1995) sinaliza, ainda, que, enquanto nos países do norte o neoliberalismo era imperativo, neste mesmo período eram realizadas apostas em uma política de esquerda por via eleitoral, processo verificável na França, Espanha, Portugal e Itália, com o objetivo de conduzir uma política de pleno emprego. Entretanto, de acordo com o autor, a partir de 1982 e 1983 estes governos realizaram o inverso ao prometido. Assim, Anderson(1995) identifica a hegemonia da ideologia neoliberal.

Mas o governo fracassou, e já em 1982 e 1983 o governo socialista na França se viu forçado pelos mercados financeiros internacionais a mudar seu curso drasticamente e reorientar-se para fazer uma política muito mais próxima à ortodoxia neoliberal, com prioridades para estabilidade monetária, a contenção do orçamento, concessões fiscais aos detentores do capital e abandono do pleno emprego. No final da década, o nível de desemprego na França socialista era mais alto que na Inglaterra conservadora de Thatcher se gabava amiúde de assinalar. Na Espanha o governo de Gonzáles jamais tratou de realizar uma política Keynesiana ou redistributiva. Ao contrário, desde o início o regime do partido no poder se mostrou firmemente monetarista em sua política econômica: grande amigo do capital financeiro, favorável ao princípio de privatização e sereno quando o desemprego na Espanha rapidamente alcançou o recorde europeu de 20% da população ativa. (ANDERSON, 1995. p.5)

Hegemônico enquanto ideologia e um sucesso eleitoral, o neoliberalismo, entretanto, não gerou os lucros esperados, como aqueles promovidos no ciclo de ouro do capital. De acordo com o balanço promovido por Anderson (1995), duas razões possibilitam explicar o insucesso da ideologia em termos econômicos. A primeira, segundo o autor, é que as altas de lucros geradas não foram investidas em melhorias na produção, por meio da introdução de equipamentos, por exemplo, mas, sim, encaminhadas para o setor especulativo. A outra razão identificada pelo historiador refere-se aos impactos do Estado de bem-estar social. Segundo ele, apesar de os governos terem por objetivo acabar com o Estado de bem-estar social, o novo modelo não conseguiu conter as despesas em dois setores: os gastos com desemprego, política

que produz o aumento do exército de reserva, como identificamos, e os gastos com aposentadoria. Essas duas áreas teriam aumentado os gastos do Estado.

Entretanto, quando o neoliberalismo começava a demonstrar suas limitações, um choque de revitalização o alcançou, materializando-se nas vitórias eleitorais: a derrota do comunismo, que representou, segundo Anderson (1995), a vitória neoliberal. A revitalização do neoliberalismo fica evidente quando identificamos que a implementação de políticas neoliberais em lugares onde, antes, o Estado de bem-estar vigorava. De acordo com Castelo (2013), a derrota do sistema que poderia combater a onda neoliberal possibilitou sua expansão para países periféricos, sobretudo em 1989, com o Consenso de Washington.

Como já destacamos, tanto o governo de Pinochet, no Chile, imposto por meio do golpe, quanto o governo de Margaret Thatcher não conseguiram implantar o neoliberalismo de modo completo. Castelo (2013) aponta que é possível verificar durante os anos de 1980 a implementação de várias versões do projeto neoliberal. No Brasil, segundo o autor, só é possível identificar uma versão do neoliberalismo a partir de 1990, devido à resistência da classe trabalhadora e do Partido dos Trabalhadores (PT) a aderir inicialmente ao projeto.

A partir dos anos 1990, as consequências da adoção deste modelo — que, como evidenciamos, produziu maior flexibilização e a retirada de direitos conquistados — começaram a ser perceptíveis para a classe trabalhadora, com a degradação das relações de trabalho. Castelo (2013) ressalta que o desgaste nas relações trabalhistas era realidade tanto nos países centrais como periféricos. A hipótese do autor é de que a evidência na piora das condições de trabalho, a crise financeira e a luta da classe trabalhadora desencadearam a reação burguesa, que introduziu no sistema neoliberal pequenas políticas de alívio à pobreza, com o objetivo de manter a hegemonia de classe.

O bloco histórico neoliberal ocasionou uma enorme regressão social para a classe trabalhadora. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), mais de 500 milhões de seres humanos viviam com menos de 1 dólar por dia (miseráveis), e 1.374,6 bilhões com 2 dólares (pobres). (CASTELO, 2013, p. 265)

Além da degradação das relações de trabalho, Castelo (2013) compreende que as crises financeiras nos países do México, Brasil, Rússia e Argentina durante a década de 1990 produziram a nova variante do neoliberalismo, denominada de social liberalismo, ou terceira via, como foi teorizado por Anthony Giddens. Nesse sentido, Castelo (2013) afirma que esta variante do neoliberalismo não tinha por objetivo produzir melhores condições de trabalho para a classe trabalhadora, mas, sim, manter a hegemonia de classe.

A política neoliberal é denominada por Castelo (2013) como “o receituário ideal”. A partir deste modelo, foram sendo feitas pequenas concessões aos mais pobres, e se intensificou a pauta em “defesa do meio ambiente”. Como a implantação parcial do neoliberalismo foi o argumento utilizado para justificar a crise, o autor identifica que o social liberalismo pretende implementar um neoliberalismo completo, com políticas de atendimento focalizado, com o objetivo de camuflar a degradação da classe trabalhadora.

Ao analisar os dois modelos, Castelo (2003) identifica uma modificação importante. No modelo neoliberal, a desigualdade é vista como algo natural do livre mercado, e a concentração de renda estimularia o investimento, que resultaria na produção de emprego. Já na ideologia do social liberalismo, o desemprego é algo que deve ser resolvido — de acordo com Giddens (1999), por meio de uma parceria com o setor privado. Para isso, deve-se desenvolver uma cultura cívica.

Anthony Giddens, um dos intelectuais da nova variante do neoliberalismo, a denomina “terceira via”. Para este sociólogo, a terceira via configura a tentativa de conciliar a social democracia com o neoliberalismo, representando, assim, uma política sem inimigos. Segundo Giddens, é possível identificar esta ideologia nos governos de Bill Clinton, nos Estados Unidos, e Tony Blair, na Grã-Bretanha (GIDDENS, 2007, p.18).

A implantação deste novo modelo econômico tinha por objetivo restaurar a hegemonia burguesa como nos anos 1980, quando o neoliberalismo se tornou dominante. O questionamento do período não era a derrubada do capitalismo, mas quais seriam seus limites. Na análise de Giddens (1999), a política de terceira via implantava pontos do neoliberalismo, estabelecia algumas críticas ao paradigma estabelecido pelo *welfare state*, mas não visava à retirada por completo deste modelo. Ela propunha a reformulação para o “*welfare state* positivo”, que, segundo este autor, era mais adequado a esta realidade.

Este modelo procura reformular o sistema de assistência social estabelecido via Estado. Para isso, fazia-se necessário o avanço da democratização, promovendo o desenvolvimento da cultura cívica. A política de assistência social deveria ser executada por meio de uma parceria estabelecida entre o Estado e a iniciativa privada, e o Estado deveria propor parcerias privadas para produzir mudanças nas vidas das pessoas em âmbito local, pois somente a instituição local conheceria as reais demandas da população. Esta parceria poderia ser realizada por meio de isenções fiscais oferecidas pelo Estado para as empresas, que promoveriam a criação de empregos, gerando melhorias nas condições de vida em âmbito local.

Giddens (1999) enfatiza que a implantação desta política não reduziria a importância do Estado, mas permitiria a concentração dele em outras áreas que gerariam benefícios sociais, como o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a fiscalização do meio ambiente. Neste quesito, o sociólogo (1999) defende que os impactos ambientais devem ser analisados de maneira coletiva, a partir de pareceres técnicos. No entanto, as decisões sobre os riscos devem ser analisadas em conjunto com a sociedade.

Como apontamos, o desenvolvimento de alguns serviços devem ser disponibilizados por meio da parceria com o terceiro setor, ou, como Giddens (1999) conceitua, de maneira mista. Para isto, é necessário o desenvolvimento da cultura cívica, possibilitando a participação. O novo lema, segundo o sociólogo, é “não há direitos sem responsabilidades” (GIDDENS, 1999, p.75). Neste sentido, ele elabora uma crítica ao modelo do *welfare state*, pois, aqui, as políticas sociais eram identificadas como “exigência”, enquanto na nova ideologia elas devem ser vistas em conjunto com as responsabilidades.

Neste contexto político de democracia sem inimigos, o desafio imposto, segundo Giddens (1999), é possibilitar a ampliação da democracia. Para o autor, é necessária a intensificação das divulgações das informações públicas e a aplicação do modelo de gestão nas políticas. O Estado deve agir promovendo a participação do terceiro setor, inibindo o desenvolvimento de crime e capacitando a mão de obra.

Este modelo ideológico não acredita na instauração do regime baseado em meritocracia, pois os resultados dessa política seriam desiguais, dificultando a coesão social. Esta mesma explicação é utilizada quando se analisa a instauração do sistema meritocrático nos empregos. Segundo Giddens (1999), isto levaria a uma “mobilidade decrescente” (GIDDENS, 1999, p.111), gerando o mesmo impacto: a falta de coesão social. Nesse sentido, ele defende um modelo político baseado na igualdade, que promoveria a inclusão social. Neste esquema de explicação, portanto, a desigualdade representa a exclusão.

De acordo com o sociólogo, o *welfare state* isentava a participação social, fato sumariamente criticado por ele. Giddens (1999) argumenta que o Estado deveria disponibilizar serviços por meio de parcerias; em contrapartida, deveria atuar desenvolvendo programas que visassem à capacitação da mão de obra para o mercado, por meio da disponibilização de educação e treinamento.

Giddens (1999) critica também a política de implantação do benefício da aposentadoria. Para ele, não faz sentido o estabelecimento de idade mínima para a disponibilização do benefício. Esta política, onde se estabelecia a idade mínima para os aposentados, foi

estabelecida em um contexto em que a expectativa de vida era menor. Nessa perspectiva, ele defende que o estabelecimento de uma idade mínima seria o mesmo que identificar esta pessoa como incapaz.

No novo modelo, é proposta uma nova reformulação para a disponibilização do benefício. Segundo o autor, as pessoas mais velhas devem ser encaradas como um recurso (GIDDENS, 1999, p.130). Com base nisso, Giddens (1999) afirma não ser necessário estabelecer uma idade mínima, e propõe disponibilizar o valor a qualquer momento e para qualquer atividade, até mesmo, por exemplo, arcar com a educação dos filhos. Desta forma, este sistema não interferiria no desenvolvimento do livre mercado e as pessoas poderiam usufruir do benefício de modo que mais a agradarem.

Nessa lógica, não é tarefa do Estado estabelecer uma idade mínima. Ele deve atuar promovendo a capacitação de todos, sem o estabelecimento de uma idade fixa. Giddens (1999) defende a educação ao “longo da vida”, com o desenvolvimento de programas que promovam a competência socioemocional.

Em vez de assentar em benefícios incondicionais, as políticas deveriam ser orientadas para incentivar a poupança, o uso de recursos educacionais e outras oportunidades de investimento pessoal (GIDDENS, 1999, p.135)

O sociólogo argumenta, ainda, que é dever do governo capacitar a mão de obra e promover ações em favor da família, como atividades realizadas por computador. Defende a reformulação dos programas sociais, sobretudo contra os “perigos morais”, como o perigo do seguro desemprego, que estimularia, na visão dele, a pessoa a ficar mais tempo desempregada. Além disso, afirma que, apesar de ser parceiro do terceiro setor, o Estado não deve auxiliar empresas em dificuldades. Por fim, reitera que os benefícios em excesso providos pelo Estado reduzem a potência das empresas.

Na política de terceira via, são valorizados a sociedade do conhecimento, a maior qualificação da mão de obra e o desenvolvimento da cultura cívica, capazes de melhorar as condições de vida locais. Nessa lógica, o Estado funcionaria como regulador, e incentivaria o setor privado diminuindo os impostos. Castelo (2013) aponta que este modelo foi adotado tanto pela esquerda quanto pela direita. De acordo com o autor, é possível identificar o transformismo político de lideranças da esquerda a esse projeto — como exemplo disso, ele destaca as políticas implementadas pelo PT. Nesta variante, são feitas pequenas críticas ao modelo neoliberal. Castelo (2013) identifica três:

Em suma, os intelectuais do social-liberalismo tentam diferenciar das vertentes do que chamei de receituário-ideal a partir de três modos de questionamento: 1) tecendo críticas contra o liberalismo extremado da globalização, que, sem maiores critérios,

teria desregulamentado mercados comerciais e financeiros dos países frágeis do ponto de vista econômico e institucional, o que acabou por aumentar drasticamente a taxa de desemprego e, conseqüentemente, a tensão social; 2) discordando da tese do Estado mínimo, afirmando que a nova configuração global do capitalismo exigiria Estado ágil e eficiente, capaz de fazer intervenções pontuais nas falhas de mercado e nas expressões mais agudas da “questão social”; e 3) dando destaque à participação dos aparelhos privados da sociedade civil, em comunhão estreita com Estado, na formulação e implementação de políticas públicas, em especial de alívio à pobreza via transferência de renda e empoderamento dos indivíduos (CASTELO, 2013, p .264-265)

Apesar dessas pequenas desaprovações ao modelo neoliberal, são adotados os mesmos princípios. Castelo (2013), analisando ambos os projetos, conclui que se trata de um único projeto “reformista-restaurador” (CASTELO, 2013, p. 274) cujo objetivo é manter as taxas de lucros proporcionadas pela superexploração do trabalho, sinalizando como diferença os protagonistas.

### **1.3- Precarização do trabalho, crise estrutural de 2008 e ascensão da extrema direita no Brasil.**

Desde a crise estrutural do capital, desenvolvida nos anos 1970, identificamos a acentuação da precariedade das condições de trabalho em locais onde ocorre a retirada de direitos trabalhistas, sejam eles países centrais ou periféricos. Visando a acentuar a taxa de lucro das empresas, são desenvolvidas e disseminadas diferentes modalidades de flexibilização do trabalho. De acordo com o sociólogo Ricardo Antunes (2020), nessas novas modalidades de trabalhos, mesclam-se características do fordismo a outras que possibilitam a flexibilidade.

Autor de um amplo levantamento das condições de desenvolvimento do trabalho, Antunes (2020) aponta que o desenvolvimento da tecnologia e o avanço da ciência permitiram o surgimento do que ele denominou a “nova morfologia do trabalho”, que busca acentuar as formas de flexibilização. Segundo o sociólogo, é possível verificar a acentuação da precarização no Japão, onde jovens em busca de emprego deixam suas casas, migram para outras cidades e dormem no que ele chamou de “cápsulas de vidro”. A reprodução deste fenômeno é mapeada pelo autor na capital Tóquio, onde a população em busca de emprego se hospeda em “ciber-cafés”, e alternam, nestas hospedagens, entre descanso e procura por novos postos de trabalho. Estes personagens, Antunes (2020) denominou “ciber-refugiados” (ANTUNES, 2020. p.31).

Tais características de trabalhadores se encontram em conformidade com o modelo flexível. São trabalhadores autônomos, polivalentes, em busca de melhores empregos. No entanto, o que verificamos é a introdução do aumento da exploração trabalhista. O

desenvolvimento da ciência e da tecnologia, segundo Antunes (2020), desenvolveu o que ele conceituou como “servidão digital”. Um dos modelos de flexibilização mapeados pelo autor ocorre no Reino Unido, onde é possível encontrar a relação de trabalho baseada em “zero hour contract”. Trata-se de trabalhos realizados por demanda, sem horários fixos ou dias pré-estabelecidos; logo, o trabalhador é remunerado por serviços, e o empregador não precisa se preocupar com direitos trabalhistas, como férias. Segundo Antunes (2020), nestes serviços são encontrados desde trabalhadores qualificados, como médicos e enfermeiros, até os menos qualificados. (ANTUNES, 2020, p 36).

A servidão digital é uma modalidade desenvolvida a partir do desenvolvimento da tecnologia. São criadas plataformas, disponíveis para aparelho celular, que conectam empregador e trabalhador, e toda relação trabalhista é realizada por meio de aplicativo. Como exemplo deste modelo, Antunes (2020) destaca o trabalho desenvolvido pelo Uber, onde os trabalhadores, com seus próprios meios de trabalho (carros), recebem de acordo com sua produtividade. Atualmente, são elaboradas diversas plataformas que buscam seguir a mesma lógica de trabalho, produzindo trabalhadores sem nenhuma seguridade. Além de trabalhos desenvolvidos por aplicativos e modalidades mais flexíveis, o autor identifica o crescimento de trabalhadores no setor de serviços, evidenciando como exemplo as equipes de *call center*, *telemarketing* e *fast food* (ANTUNES, 2020, p.55).

Na análise do sociólogo, a precarização das formas de trabalho tornou-se a regra, com o objetivo de tornar o produto concorrente. Ao se debruçar sobre a “fenomenologia da informalidade”, Antunes (2020) identifica como este processo ocorre no Brasil. A primeira delas é classificada como “trabalhadores informais tradicionais”. Aqui, estão inseridos trabalhadores qualificados ou não, que estão em busca de uma renda provisória até encontrar um trabalho com direitos. A segunda modalidade é conceituada pelo autor como “trabalhadores informais”, e engloba trabalhadores sem direitos trabalhistas. Antunes (2020), aqui, dá o exemplo das pessoas que trabalham na produção de calçados. A terceira forma são os “trabalhadores autônomos”, grupo no qual pode ser inserido o serviço familiar ou ocorrer a contratação de um funcionário. A hipótese estabelecida pelo sociólogo é de que estas práticas aumentam o valor da mercadoria. Neste sentido, ele questiona:

Se não é assim, por que, em pleno século XXI, há jornadas de trabalho que atingem dezessete horas por dia na indústria de confecção, por meio de contrato informal de trabalhadores imigrantes bolivianos ou peruanos (ou ainda latino americanos), controlados por patrões frequentemente coreanos ou chineses, no centro da capital paulista, a mais importante região do Brasil? (ANTUNES, 2020, p.75).

Antunes (2020) faz uma analogia entre estes diferentes modos da informalidade e uma pirâmide. No topo, encontram-se trabalhadores ultraqualificados, desenvolvendo alta tecnologia. Na base, estão os trabalhadores flexíveis, e no meio, uma mistura das duas estruturas (ANTUNES, 2020. p. 81).

Com o desenvolvimento da versão mais recente da crise estrutural do capital, em 2008, as formas de degradação das condições de trabalho tornaram-se mais visíveis, resultando em uma série de protestos mundiais, identificados tanto nos países do centro quanto em países periféricos, contra o aumento da exploração. Contudo, o resultado desta onda de manifestações foi a ascensão da versão mais extrema da direita.

A crise estrutural datada no ano de 2008 é diagnosticada como uma crise financeira, que começa nos Estados Unidos e se alastra para os demais países, inclusive da América Latina. Em geral, a justificativa apresentada para crises desenvolvidas no âmbito financeiro se baseava na “falta de confiança”, que afastaria os investidores. Mészáros (2011), porém, identifica uma nova justificativa apresentada para esta crise: a “super confiança” no sistema financeiro. Nessa perspectiva, o autor identifica três argumentos para o desenvolvimento das crises financeiras: “confiança, falta de confiança e super confiança” (MÈSZÁROS. 2011. p. 18).

Segundo Mészáros (2011), a nova crise é justificada pelo excesso de confiança. O autor chega a esta conclusão baseando-se na análise realizada no programa da BBC “Andrew Marr Show”, disponibilizado em outubro de 2008. Na atração, é entrevistado Brian Pitman — que, segundo Mészáros (2011), deveria ter sido chefe de Lyods antes da crise de 1929 a 1933. Pitman é quem elabora a teoria da “super confiança”, com o objetivo de tranquilizar: segundo ele, não haveria motivos para preocupação quanto à crise de 2008, pois esta se diferenciava da de 1974, e o próprio sistema resolveria o problema.

Mészáros (2011) prossegue a análise da crise de 2008 e seus efeitos por meio de dois jornais, “The Economist” e “The Sunday Times”. O Economist, segundo ele, caracteriza-se por disfarçar o viés partidário de suas notícias. Analisando o jornal no dia 11 de outubro de 2008, o filósofo identifica que a crise está se espalhando para outros setores. Uma das características da crise estrutural, como já identificamos, refere-se à sua capacidade de adentrar outros ramos econômicos. Baseado nas informações disponibilizadas no jornal, Mészáros (2011) identifica que a crise produziu o desemprego e a diminuição dos empréstimos; além disso, constata a diminuição nas vendas de automóveis, fenômeno expresso em notícias sobre o fechamento de fábricas da General Motors. A solução apresentada pelo jornal, segundo Mészáros (2011), seria

o abandono parcial do livre mercado e a introdução de verbas públicas para salvar o sistema e diminuir, dessa maneira, o desemprego.

A economia mundial está claramente com um aspecto fraco, mas poderia ficar bem pior. Esse é o momento de colocar *dogma* e política de lado e concentra-se em *respostas pragmáticas*. Isso significa *mais intervenções governamentais* e cooperação no curto prazo *mais do que os contribuintes, políticos ou os jornais do livre mercado normalmente gostariam* (Editorial de The Economist (Londres) 11/10/2008 p.13 apud MÉSZÁRIOS, 2011. p.13)

A solução esboçada pelo jornal exigiria o abandono do livre mercado e uma introdução mais “pragmática”, permitindo a inserção do Estado para arcar com a crise. Mészáros (2011) prossegue a investigação por meio do jornal, e constata que a crise se alastrou para o setor de alimentos, resultando no aumento da pobreza. Além disso, identifica que a crise no setor especulativo já é, em si, grande, comparando-a a “550 mil vezes a idade do nosso universo” (MÉSZÁROS, 2011. p.22).

A solução apresentada exigiria a intervenção estatal; entretanto, a explicação neoliberal da crise dos anos 1970 tinha o objetivo de culpabilizar a interferência do Estado. Mészáros (2011) denomina este processo de auxílio estatal como o processo de “nacionalização da barrocada capitalista”. Contudo, para o autor, este processo de intervenção não resultaria em ganhos para a população, mas corresponderia a apenas uma parte da crise, haja vista que o Estado arcaria apenas com “a liquidez dos bancos, das companhias de hipoteca e seguros” (MÉSZÁROS, 2011, p. 23). Segundo o filósofo, a solução apresentada teria um caráter parcial, e ele levanta a possibilidade de os Estados Unidos não conseguirem arcar com a crise, que, como enfatizamos, se alastrou não apenas para outros ramos econômicos, como também para outros países. Dessa maneira, aumenta-se o desemprego e empregam-se novas formas de precarização do trabalho.

Num mundo de enorme insegurança, nada se ajusta melhor à prática de apostar quantias astronômicas e criminosamente sem garantias nas bolsas de valores do mundo – fazendo prever um terremoto de magnitude 9 ou 10 na escala Richter financeira – do que dar o nome de gerência de valores (*securities*) às empresas que aplicam a esse jogo: fato cuja importância foi marcada pela morte do Barings Securities. [...] Exatamente quando e em que forma – pois muitas são as formas, todas mais ou menos brutais –, os Estados Unidos irão deixar de honrar suas dívidas astronômicas, hoje ainda não é possível prever. Há somente duas certezas: a primeira é de que a inadimplência americana vai afetar a vida de todos no planeta; a segunda, de que a posição hegemônica dos Estados Unidos continuará a ser afirmada de todas as formas possíveis, forçando o mundo todo a pagar pela dívida americana enquanto tiver condições de fazê-lo (MÉSZÁRIOS, p 1092-3 apud MÉSZÁRIOS 2011, p.27)

Ao constatar o tamanho da dívida americana, o autor lança a hipótese de os Estados Unidos não conseguirem arcar com os custos da crise, e compara a dívida do país, interna e externamente, com as dos países latino-americanos. Mészáros (2011) identifica que a dívida dos países latino-americanos soma o valor de US\$ 350 bilhões, enquanto a dos Estados Unidos

é “contada em trilhões de dólares” (MÈSZÁROS, 2011. p. 37). Apesar disso, os países europeus continuaram a tentar salvar este sistema. Segundo Mészáros (2011), isso ocorreu por dois motivos: o primeiro, pela dependência da comercialização de determinados produtos; o segundo, pela “liquidez gerada pela dívida” (MÈSZÁROS, 2011. p. 37).

Devido às características da crise estrutural, mesmo que a crise de 2008 fosse contida, a própria lógica do desenvolvimento do capital promoveria o desenvolvimento de outras crises. Devido à dependência dos Estados Unidos, entretanto, permaneceria a tentativa de salvar o sistema. Mészáros (2011) lança a hipótese de que o sistema todo entrará em colapso quando os países periféricos não conseguirem arcar com a crise.

A partir da crise financeira de 2008, Mészáros (2011) lança a hipótese de que o sistema pode estar “se aproximando dos limites estruturais do capital” (MÈSZÁROS, 2011. p, 41). A primeira característica desenvolvida pela crise financeira é identificada pelo filósofo ao analisar a queda das bolsas mundiais em 1987. Segundo o autor, quando o capital não tem para onde expandir, decorre o aumento do desemprego. Até então, apresentava-se como justificativa para o desemprego nos países desenvolvidos o avanço da ciência e da tecnologia: o desemprego era reservado para pessoas com baixa qualificação. Com o desenvolvimento da crise estrutural, ele passa a ser geral, atingindo pessoas com alta qualificação.

Portanto, não estamos diante dos subprodutos “normais” e voluntariamente aceitos do “crescimento e do desenvolvimento”, mas de seu movimento em direção a um colapso; nem tampouco diante dos problemas periféricos dos “bolsões de subdesenvolvimento”, mas diante de uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo, que transforma até mesmo as últimas consequências do “desenvolvimento” da “racionalidade” e da “modernização” em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico. E o mais importante de tudo é que quem sofre todas as consequências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada de pessoas “desprovidas”, mas todas as categorias de trabalhadores qualificados e não qualificados: ou seja, obviamente, a totalidade da força de trabalho da sociedade (MÈSZÁROS, 2011. p.69)

Nesta nova fase da crise, não existem justificativas para o desemprego. As formas de precarização do trabalho passam a ser questionadas em forma de protestos em âmbito mundial. Segundo Mészáros (2011), este novo momento não pode ser resolvido com a expansão do mercado para a periferia. A escolha disponível é transferir o custo da crise para a classe trabalhadora na forma de desemprego e superexploração da mão de obra.

Antunes (2020) aponta que o nível de desemprego na China entre 2008 e 2009 chegou a 26 milhões de trabalhadores. Segundo este autor, é possível verificar a reprodução do desemprego nos Estados Unidos, Inglaterra e no Japão, onde as taxas “são maiores nas últimas décadas” (MÈSZÁROS, 2011, p.18).

Segundo Antunes (2020), os protestos foram realidade na Grécia, onde se levantavam contra as medidas defendidas pelo FMI, na Tunísia, em Portugal e na Espanha, onde estudantes encontravam sem perspectivas de empregos, e na Inglaterra, em Manchester e Liverpool. Todos eles reivindicavam melhorias nas condições de trabalho e no desemprego. Nos Estados Unidos, é possível verificar esses protestos por meio do movimento denominado Occupy Wall Street. De acordo com Antunes (2020), o grupo começa a questionar, em 2011, a hegemonia do capital financeiro. O filósofo constata a proporção da crise nos Estados Unidos ao verificar que a cidade de Detroit pediu falência por não conseguir arcar, ela mesma, com o pagamento de seus bombeiros (ANTUNES, 2020, p. 256).

O resultado desta onda de protestos foi a maior flexibilização do trabalho, a tentativa de retirada de direitos trabalhistas e a ascensão da extrema direita em âmbito eleitoral. No cenário internacional, Antunes (2020) identifica a ascensão da direita nas eleições dos Estados Unidos que conduziram à vitória eleitoral Donald Trump, em 2016; na Hungria, com a vitória do primeiro ministro Orbán; e na própria campanha do Brexit, no Reino Unido (ANTUNES, 2020, p, 293).

Na América Latina, segundo Antunes (2020), é possível verificar a reprodução deste fenômeno no Brasil, em 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro; na Argentina, em 2015, com a eleição de Mauricio Macri; no Chile, com a vitória de Sebastián Piñera, que havia sido presidente pela primeira vez no período de 2010 a 2014, sendo reeleito em 2018; e na Colômbia, com a vitória de Iván Duque Márquez, eleito em 2018. De acordo com Antunes (2020), tanto o presidente do Chile quanto o da Colômbia são representantes dos Estados Unidos (ANTUNES, 2020, p.293).

Uma vez que a saída identificada para a crise de 2008 foi, portanto, a eleição da versão mais extremada da direita, capaz de impor medidas impopulares à classe trabalhadora, nos questionamos se este movimento representa o fim do social liberalismo, política que, como verificamos, tinha por objetivo emplacar o modelo neoliberal e produzir programas de atendimento aos mais pobres. Seria este o momento do fim desta política?

No Brasil, é possível verificar parte do mesmo percurso histórico que transcorreu nos países centrais, segundo Antunes (2020). Pode-se constatar, afirma ele, a implantação do projeto neoliberal nos governos de Fernando Collor de Mello, presidente do Brasil em 1990, e, posteriormente, no de Fernando Henrique Cardoso, presidente no período de 1995 a 2003. Apesar de a implantação do modelo encontrar grande resistência do novo sindicalismo, é

possível ver entregue nestes governos o processo de privatização das estatais, como “siderurgia, a telecomunicação, energia elétrica, o setor bancário etc.” (ANTUNES, 2020, p.124).

De acordo com Antunes (2020), é possível identificar a implantação do social liberalismo a partir de 2002, com o presidente Luís Inácio Lula da Silva, eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Antunes (2020) identifica que, nos anos 1990, tanto o PT quanto seu presidente lutavam em benefício da classe trabalhadora. Contudo, a vitória eleitoral ocorreu no momento em que o partido já não representava os mesmos interesses. Nesse sentido o autor aponta:

O país havia se *desertificado* pelas medidas neoliberais da era FHC e o PT já não era mais um partido de classe oscilando entre resistência ao neoliberalismo e a aceitação política da moderação e da acentuação à ordem. Aproximando-se de uma política de alianças muito ampla, com vários setores de centro e mesmo de direita, o PT foi se configurando cada vez mais como um partido defensor de um programa policlassista (ANTUNES, 2020, p. 226)

Portanto, a vitória eleitoral, que deveria representar importantes conquistas para a classe trabalhadora, promoveu, na verdade, uma política de conciliação, implementando a agenda neoliberal em conjunto com medidas focalizadas de alívio aos mais pobres. Segundo Antunes (2020), é possível identificar a modificação do partido antes da vitória eleitoral por meio do documento denominado “carta aos brasileiros”, onde o candidato Lula sinalizava acordo com as políticas estabelecidas pelo FMI. Nessa posição de conciliação, é possível verificar a materialização das políticas implementadas. O autor lembra, por exemplo, que houve a liberação de uso de transgênicos, e não a reforma agrária. Nesse sentido, para Antunes (2020), o primeiro governo Lula era caracterizado por:

Sua política econômica preservava a hegemonia dos capitais financeiros, reiterando as determinações do FMI. E, mais, ao preservar a estrutura fundiária concentrada, dar incentivo aos fundos privados de pensão e determinar a cobrança de impostos dos trabalhadores aposentados, o governo Lula não alterava nenhum traço essencial de formação social brasileira. Isso significou uma ruptura com parcelas importantes do sindicalismo dos trabalhadores públicos, que passaram a fazer forte oposição, especialmente nesse primeiro mandato (ANTUNES, 2020, p 226)

As políticas promovidas durante o primeiro governo Lula, em conjunto com o processo denominado “mensalão”, afastou o governo da base mais sindicalizada. A segunda gestão deste presidente foi marcada pela tentativa de recuperar o apoio da base e ampliar a aceitação do governo. Antunes (2020) destaca que as políticas a favor do capital continuaram sendo implementadas; por outro lado, por exemplo, houve a ampliação do programa Bolsa Família, que visa a atender a população mais pobre, política esta aceitável ao projeto do social-liberalismo.

Este governo, lembra Antunes (2020), produziu o silenciamento dos sindicatos em favor das políticas implementadas, por meio da adesão de sindicalistas a cargos no governo. No contexto da crise estrutural de 2008, as políticas implementadas no segundo governo Lula visavam a fomentar a demanda interna. Foram reduzidos impostos de ramos fundamentais, como a área automobilística e de eletrodomésticos, para compensar a diminuição da demanda internacional (ANTUNES, 2020, p. 228). Com a adoção deste plano de governo, o presidente conseguiu apoio político e eleitoral para eleger uma nova candidata à presidência da República. A escolhida foi Dilma Rousseff, eleita em 2010. A política adotada pela gestão foi a de conciliação de classe, enfatizando a continuidade do governo. Antunes (2020) analisa da seguinte forma as políticas implementadas:

Em suas diretrizes econômicas mais gerais, Dilma manteve basicamente o receituário do segundo governo Lula: crescimento econômico com ênfase na expansão do mercado interno; incentivo à produção de *commodities* para exportação (favorecendo especialmente o capital vinculado ao agronegócio); redução de tributos que beneficiou os grandes capitais (industrial, construção civil, etc.), mantendo uma política financeira preservadora – em grande parte seu governo – dos juros altos, procurando garantir o apoio do sistema financeiro. Somente em alguns poucos momentos, quando as repercussões da crise internacional começaram a se intensificar no Brasil, é que o governo Dilma ensaiou uma política de redução de juros; o enorme descontentamento que encontrou no sistema financeiro fez com que voltasse rapidamente a política dos juros altos. (ANTUNES, 2020. 235)

A ascensão da extrema direita no Brasil corresponde ao semelhante processo que ocorreu nos países centrais, devido à crise estrutural de 2008. No entanto, em 2008, a crise no Brasil ainda era baixa. Segundo Antunes (2020), o auge do processo se localiza entre o final de 2014 e início de 2015, contexto de desgaste do governo Dilma.

Contudo, a precarização do trabalho e a deterioração das condições da classe trabalhadora começaram a ser visíveis em 2013, resultando em diversas manifestações, cujo conjunto ficou conhecido como “jornadas de junho”. Entretanto, esta foi apenas a primeira onda de protestos de um longo período marcado por eles, que resultaram, em 2016, no golpe de Dilma e no crescimento da extrema direita. É nesta primeira manifestação que mapeamos o surgimento do Movimento Brasil Livre (MBL).

As manifestações em 2013 tiveram como pauta a diminuição do preço do transporte público, reivindicadas pelo Movimento Passe Livre (MPL). De acordo com Antunes (2020), o MPL era formado por jovens que dependiam diretamente do transporte público, seja para estudar ou trabalhar, e que eram atingidos de imediato pelo aumento das tarifas. Trata-se de um movimento de jovens politizado, contudo sem posição partidária, nesse sentido indica a composição do MPL da seguinte maneira:

Parte desses jovens mantinham afinidades com anarquistas, autonomistas ou também partidos de esquerda, como PSOL, PSTU, PCB, entre outros. Depois somaram-se às manifestações milhares de jovens que se rebelaram e reivindicavam, como parte de suas demandas, um movimento mais horizontalizado, mais plebiscitário (ANTUNES,2020, p.253)

De acordo com esta composição e com a pauta que reivindicava, compreendemos um movimento voltado para ideologia de esquerda. Com a ampliação das manifestações e o ingresso de novas classes, foram incorporadas outras reivindicações.

Segundo Antunes (2020), os protestos tiveram início em 6 de junho de 2013. Para compreendê-los, ressalta o sociólogo, é necessário o entendimento de três fatores. O primeiro que ele identifica refere-se à compreensão de que as políticas desenvolvidas desde a década de 1990 não correspondiam a demandas da classe trabalhadora, o que gerava, assim, parte da insatisfação. De acordo com o autor, as políticas implementadas pelo governo de FHC, passando pelos dois governos do PT, produziram o processo de privatização de serviços públicos, que resultou na insatisfação motivada pelas péssimas condições dos serviços disponibilizados à população.

O segundo fator que nos permite compreender as manifestações é verificado pelo contexto histórico delas. No mesmo ano de 2013, ocorria a Copa das Confederações, marcada por polêmicas desde a constatação de que houve transferência de recursos públicos para a construção de estádios para os jogos, em vez de utilizados no investimento dos serviços públicos. Acrescenta-se que a maior parte da população não esteve presente nas partidas e foi, inclusive, impedida de praticar o comércio nos arredores dos estádios. Antunes (2020) lembra que a produção comercial tinha padrões exigentes a serem cumpridos, como maneira de atender aos interesses nacionais e internacionais.

O terceiro fator refere-se à conjuntura internacional. A precariedade das relações de trabalho identificada com a crise estrutural de 2008 possibilitou uma onda de protestos mundiais, nos quais, “em um dado momento, o Brasil deixava de ser espectador para se tornar participante ativo uma fase espetacular de rebeliões em escala global” (ANTUNES, 2020, p. 236).

A partir destes três fatores, podemos compreender as manifestações de 2013, processo desencadeado com o protagonismo do MPL e que, segundo o site<sup>2</sup> do movimento, visava a lutar pela “tarifa zero”, já que somente deste modo o espaço público seria democratizado. De acordo com o site, o movimento foi lançado em 2005, em Porto Alegre; no entanto, o movimento pela

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.mpl.org.br>, Acesso em: 10/01/2020.

luta do transporte público já existia em Florianópolis, com as Revoltas das Catracas em 2004 e 2005, e em Salvador, com a Revolta do Buzu, em 2003.

As manifestações de 2013 se tornaram de massa, segundo Calil (2013), após a criminalização e repressão policial ao movimento. Analisando como fonte as reportagens veiculadas pelo Globo News e pela Rede Globo até o dia 13/06/2013, o autor identifica que estas reportagens buscavam ressaltar que os protestos eram conduzidos por “vândalos”, que dificultavam a circulação do transporte público, além de omitir a repressão praticada por parte da força policial. Calil (2013) aponta que a modificação na retórica ocorreu após a circulação de vídeos que demonstravam a repressão policial à manifestação. O movimento passa, então, a ser identificado como pacífico, porém desvinculado de partidos<sup>3</sup>. Logo, foi a disponibilização de vídeos evidenciando a repressão que possibilitou a adesão em massa.

Com a transformação das manifestações, é possível verificar nelas o aumento da presença da classe média. A mudança, porém, não se restringe ao público: ainda em 2013, as pautas são alargadas, reivindicando outras melhorias sociais, como na saúde e na educação. Além disso, Antunes (2020) aponta que, com a incorporação da classe média, há também uma tentativa de transformar o movimento em apartidário, buscando silenciar movimentos e partidos de esquerda. Nesse sentido, o autor identifica a tentativa de represálias a movimentos que levantam bandeiras.

Nesse contexto, mapeamos o surgimento do MBL, movimento autodeclarado como um representante da Nova Direita no Brasil. Neste primeiro momento, contudo, o movimento não conseguiu reivindicar pautas da direita nas ruas. Uma nova interpretação é estabelecida após 2013, a partir da redução dos protestos a manifestações contrárias às políticas adotadas pelo governo do PT.

Segundo Antunes (2020), os sindicatos até estiveram presentes nas ruas, mas encontraram grandes dificuldades. O autor enfatiza o cenário adverso enfrentado pela CUT, devido à defesa às políticas do PT. Ele ressalta, porém, que as manifestações de 2013 não possuíam como alvo um político específico, ou seja, não tinham como alvo Dilma Rousseff, por exemplo, mas o conjunto de políticas implementadas nos governos municipais estaduais, federais e estaduais (ANTUNES, 2020, p.255).

Na análise de Calil (2016), as manifestações promovidas em 2013 demonstraram a dificuldade do governo em silenciar a classe trabalhadora e o esgotamento do modelo político de conciliação. É dentro desse amplo contexto que devemos analisar as disputas eleitorais de

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://a-voz-das-ruas.blogspot.com/search/label/Gilberto%20Calil>. Acesso em: 10/05/2019.

2014. Antunes (2020) lembra que, nesta eleição, Dilma enfatiza, como promessa eleitoral, não realizar cortes aos direitos dos trabalhadores e não promover o ajuste fiscal. Contudo, após a vitória, são realizados não só o ajuste fiscal, como também o aumento das privatizações e dos juros (ANTUNES, 2020, p.238).

As políticas implementadas no segundo governo Dilma, a piora da crise estrutural e a crise política provocada pela Operação “Lava Jato” geraram a queda na aprovação do governo. Antunes (2020) destaca que, com o agravamento do processo crítico, a classe escolhida para pagar o custo dele foi a classe trabalhadora. Para isso, era necessário reduzir direitos e produzir flexibilização do trabalho. Apesar disso, o sociólogo identifica que, ao ver que tais medidas seriam insuficientes, a classe dominante começou a disputar para verificar quem pagaria os custos da crise.

Segundo Antunes (2020), o ajuste promovido pelo governo Dilma teve amplo apoio da burguesia. Contudo, com o aumento dos juros em 2015, os setores industriais começaram a demonstrar insatisfação. A partir deste contexto, a burguesia passou a traçar críticas ao governo. Nessa perspectiva, o autor identifica que a crise do governo englobou o âmbito social, político e institucional.

Não é difícil constatar que a crise é de alta densidade: social, porque o descontentamento permeia todas as classes e frações de classe, ainda que de modo diferenciado e frequentemente antagônico; político, porque abriu uma fissura (que parece irreversível) na base partidária de apoio ao governo, sendo que vários partidos e agrupamentos políticos que havia pouco tempo apoiavam o governo agora estão em campanha aberta pelo impeachment; e institucional, porque inseriu setores do parlamento brasileiro em franca oposição ao governo, com risco de confrontação também entre o Legislativo e o Executivo, com consequências diretas ao Judiciário, visto que o STF está sendo frequentemente chamado a dar interpretação legal aos desmandos do parlamento sob o comando de uma presidência da Câmara golpista (ANTUNES, 2020, p.245).

Apesar de o governo conceder as demandas da burguesia, com o agravamento da crise era necessário promover uma onda maior de privatizações, retirada de direitos trabalhistas e ampliação do livre mercado. Isto não seria possível no governo de conciliação. Segundo Antunes (2020), a opção política gerada foi o movimento pelo impeachment. Surge, então, a segunda onda de manifestações, ao longo de 2015 e 2016. Neste contexto, identificamos o protagonismo do MBL na convocação dos atos, a presença de pautas conservadoras, tais como a volta do regime militar, e o discurso do “Fora PT”. A análise de Calil (2016) nos permite ter a dimensão desta diferença:

Temos desta forma uma primeira e fundamental contraposição entre “2013” e “2015”. Nas primeiras, enormes mobilizações populares que colocaram em pauta demandas por ampliação da democracia, denúncia de repressão policial e reivindicação por direitos sociais e melhores serviços públicos. Em síntese, demandas de qualificação

da democracia e em defesa do Estado social. Nas últimas, um avanço da direita, com destaque para posição fascizantes, de regeneração da ditadura, hostilização pública da esquerda e mobilização golpista sob distintas formas – da defesa do impeachment à reivindicação por “intervenção militar” (CALIL, 2016. p.206).

As diferenças das duas manifestações também são identificadas por Gohn (2016), autora que, além das pautas, levanta uma segunda diferença, relacionada ao protagonismo dos movimentos sociais. Enquanto a primeira onda foi protagonizada pelo MPL, nesta segunda o protagonismo ocorreu em torno de três grupos: Revoltados Online, Vem Pra Rua (VPR) e MBL.

Segundo a reportagem de Guilherme Pavarin<sup>4</sup> na Folha de S. Paulo, o movimento Revoltados Online foi criado em 2006, por meio da rede social Orkut, e tinha como objetivo inicial descobrir possíveis pedófilos. Em 2010, a plataforma de atuação do movimento migrou para o Facebook, com objetivo amplo de mobilizar protestos. O grupo ganhou maior visibilidade durante as manifestações, nas quais reivindicou a intervenção militar e o antipetismo, encarando o PT como corrupto. Importa salientar que este movimento atuou em parceria com o MBL e com o VPR na produção da “Marcha pela Liberdade”, criada pelo MBL em 2015.

O VPR foi fundado em outubro de 2014, por Rogério Chequer e Colin Butterfield. Segundo o site<sup>5</sup> da organização, trata-se de um movimento suprapartidário, responsável por organizar manifestações a favor do impeachment. A organização se mantém por meio de doações, porém não disponibiliza a listagem de parceiros, apesar de enfatizar não receber auxílio de pessoas com cargos públicos.

Rogério Chequer, um dos fundadores do VPR, é formado em engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Em seu site<sup>6</sup>, Chequer afirma que trabalhou no mercado financeiro por 15 anos nos Estados Unidos e é sócio da SOAP. Em 2017, passou a atuar como colunista da Folha de São Paulo. Naquele mesmo ano, deixou a liderança do VPR, passando a participar do conselho consultivo do movimento, e ingressou no Partido NOVO, onde concorreu ao cargo de governador de São Paulo em 2018, sem ser, porém, eleito.

Já Colin Butterfield atuou como cofundador do VPR no período de 2014 a 2016. De acordo com seu perfil no LinkedIn<sup>7</sup>, possui bacharelado em Engenharia de Produção pela Universidade de Boston e mestrado em Administração Geral pela Dartmouth College. Foi fundador da Decolar Brasil, trabalhando na companhia de 1990 a 2002. Em seguida, atuou

<sup>4</sup> Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-ostracismo-do-maior-revoltado-online/>. Acesso em: 10/07/2019

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.vempraru.net> Acesso em: 10/10/2020.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.rogerchequer.com.br/minha-trajetoria/>. Acesso em: 10/10/2020.

<sup>7</sup> Disponível em; <https://www.linkedin.com/in/colinbutterfield/>. Acesso em: 10/10/2020.

como presidente da Corsan Alimentos, de 2010 a 2013, e como CEO da Radar SA, de 2013 a 2016. Atualmente, é sócio-gerente da Solum Partners.

Segundo a reportagem produzida por Guilherme de Almeida Soares<sup>8</sup> para o site Esquerda Diário, Colin atuou nas manifestações como o repórter Nilo Campos, disfarçando-se desse personagem sempre que entrevistava os manifestantes. De acordo com esta reportagem, Colin estudou na Fundação Estudar, criada por Jorge Paulo Lemann, que seria um dos responsáveis por financiar o movimento.

Dois marcos temporais disponibilizados no site do movimento nos chamam a atenção. O primeiro é o “Mapa do Impeachment”, elaborado em fevereiro de 2017. Segundo o documentário “Não vai ter golpe” (2019), este material partiu de uma iniciativa em conjunto da organização com o MBL. Como mencionamos anteriormente, esse mesmo movimento participou da Marcha Pela Liberdade. Por meio desses dois grupos, percebemos a ligação entre esses aparelhos. O segundo marco temporal que nos saltou aos olhos foi a aprovação da “PEC dos Gastos Públicos”, em dezembro de 2016, que visa a congelar o orçamento por um período de vinte anos.

A atuação do movimento é realizada por meio de projetos que são tocados por voluntários. Ao todo, encontram-se disponíveis no site seis projetos. O primeiro é denominado “Luta contra a corrupção”, visa a fiscalizar e tornar públicas as ações do Executivo, Legislativo e Judiciário. O segundo se chama “Tchau, queridos”, e pretende monitorar os parlamentares e em quais projetos de lei votaram. O terceiro projeto, intitulado “Frente pela Renovação”, é uma iniciativa em conjunto com outras organizações, sem, no entanto, evidenciar quais. Dada a proximidade do movimento com o MBL, lançamos a hipótese de que estes dois grupos trabalham em conjunto. Esta iniciativa visa a tornar públicos os congressistas ou futuros congressistas considerados “íntegros”. O quarto projeto disponível denomina-se “Mobilização Nacional”, e busca manter o engajamento popular por meio da divulgação das informações públicas, agindo por meio dos voluntários. O quinto, “Advocacy”, é um projeto que visa à influência nas formulações de projetos políticos, por meio de seus representantes em Brasília. Por fim, o último projeto disponível tem por título “Manifestações de Rua”, e pretende monitorar as ações políticas e organizar manifestações sempre que julgar necessário.

Como podemos evidenciar pela enumeração dos projetos do suprapartidário VPR, todos eles visam a influenciar nas formulações das políticas públicas, assim como o último

---

<sup>8</sup> Disponível em: [https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo & id\\_article=9472](https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo & id_article=9472). Acesso em: 10/10/2020.

movimento identificado por Gohn (2016), o MBL, que surgiu a partir da iniciativa da organização Estudantes pela Liberdade (EPL), que apresenta como pautas reivindicações da “Nova Direita”, como veremos no próximo capítulo.

Neste contexto, em 2016, é aprovado o pedido de impeachment de Dilma Rousseff, assumindo o governo Michel Temer, responsável por conduzir medidas impopulares, propondo medidas que aumentaram a exploração da classe trabalhadora, atendendo aos interesses da classe hegemônica. Antunes (2020) evidencia como exemplo a aprovação da reforma trabalhista, que permite a “negociação” do empregado com o empregador.

Verificamos a ascensão da extrema direita nas eleições de 2018, onde a classe hegemônica, não tendo outro candidato capaz de vencer as eleições contra o PT, apoiou a candidatura de Jair Messias Bolsonaro. Segundo Antunes (2020), a vitória eleitoral deste candidato é justificada mais em oposição ao PT do que aos méritos dele (ANTUNES, 2020, p. 293).

## CAPÍTULO II

### A NOVA DIREITA E APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA DOUTRINÁRIOS

Em junho de 2013, foi um momento de intensa manifestação contrária aos aumentos nos preços dos transportes públicos. É nesse contexto que o Movimento Brasil Livre (MBL), que se autodeclara como um representante da nova direita no Brasil, foi criado e difundido pelo país. Além deste, ocorreu na mesma conjuntura o surgimento e a repercussão pública de outros movimentos afinados ao neoliberalismo ultraconservador, tais como o “VPR”, criado em outubro de 2014, e o “Movimento Revoltados Online” (2006). Entretanto, nos questionamos: o que é a “Nova Direita”? Como ela conquistou a expressão adquirida e se tornou um projeto político assumido por frações da burguesia?

Flávio Casimiro (2016) mapeou o surgimento da “Nova Direita” no contexto de 1980, identificando-o enquanto uma demanda da burguesia para manter sua relação de hegemonia. O aparecimento da “Nova Direita”, dessa maneira, visava a estabelecer uma nova relação burguesa com o Estado, tendo em vista o processo de redemocratização e as disputas pela Constituinte. De acordo com o autor, o que diferencia a direita tradicional da “Nova Direita” refere-se apenas ao modo de atuação; portanto, não representa uma ruptura com a ordem estabelecida, mas apenas um novo modo de estabelecer a hegemonia.

Outra interpretação foi apresentada por Colombo (2018), que identifica o surgimento de APHs da ofensiva ultraconservadora, a partir dos anos 1970, como resposta da burguesia à crise estrutural do capital. Nesse sentido, a nova relação estabelecida entre o Estado e os empresários é anterior à própria ditadura empresarial militar. A autora embasa esta ideia a partir das pesquisas realizadas por Dreifuss (1981), onde ela identifica a atuação dos empresários durante o governo Vargas, tese sobre a qual dialogamos.

Ainda de acordo com as análises de Colombo (2018), os *think tanks*, que em nossa perspectiva atuam como APHs, direcionam seus trabalhos em torno de três objetivos:

- a) de disputar hegemonia no interior do processo de recomposição burguesa, em dimensão intraclasses;
- b) de disputar a produção de consenso na dimensão da ocultação de antagonismo de classe, constituindo uma sociabilidade que vise à manutenção e ao refinamento da visão de mundo burguesa, associadas às forças de coerção no processo de dominação;
- e c) tornar políticas públicas (universais) seus projetos de hegemonia particulares (privados), chancelando-os pelos governos e, assim, em última instância, capturar a democracia liberal burguesa (COLOMBO, 2018, p. 91).

A partir da pesquisa de Colombo (2018), compreendemos que os objetivos dos APHs visam não apenas ao consenso das classes subalternas, por meio da transformação de projetos políticos de classe em demandas coletivas e universais, como também intencionam lutar pela

hegemonia de suas propostas dentro da sua própria classe, ou, como a autora colocou, “intraclasse”. Trabalhamos com a caracterização utilizada por Colombo (2018) de ofensiva ultraconservadora, compreendendo o avanço conservador com aliança religiosa.

Assim como Casimiro (2016), Colombo (2018) compreende que há uma atualização das estratégias de ação da burguesia que atua por meio de APHs. Em sua tese, Casimiro (2016) analisa a atuação de diversos APHs no período de 1980-2014, e identifica, assim, três tipos de aparelhos: pragmáticos, estruturais e doutrinários. O autor enfatiza que um aparelho pode apresentar mais de uma característica e, para critério de classificação, escolhe identificá-los pelo modo de atuação. Sua análise engloba como aparelhos de característica doutrinária o Instituto Liberal (IL), o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), o Estudantes Pela Liberdade (EPL), o Instituto Millenium e o Instituto Von Mises Brasil (IMB).

Na primeira parte da presente dissertação, foram analisados os seguintes APHs: Instituto Liberal (IL), haja vista ser o primeiro aparelho de cunho doutrinário criado no Brasil, e o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), abordando sua atuação por meio do Fórum pela Liberdade. Trata-se de organizações criadas no contexto da redemocratização. Incluímos como objetivo investigar como estes aparelhos estão atuando no contexto da pandemia do coronavírus com referência ao campo educacional, considerando a ofensiva dos empresários para a aprovação de suas demandas, tais como o ensino domiciliar. A segunda parte do trabalho visa a analisar a atuação do Atlas Network, do Estudantes pela Liberdade (EPL), e, por fim, o Movimento Brasil Livre (MBL).

## **2.1- Instituto Liberal (IL)**

O primeiro aparelho de caráter doutrinário no Brasil foi criado em 1983, no Rio de Janeiro. Como já mencionamos, o Instituto Liberal surge no contexto da redemocratização, de acordo com o site da instituição, por iniciativa de Donald Stewart Jr. em conjunto com alguns amigos do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. O IL foi criado com o objetivo primeiro de traduzir e divulgar textos e, de maneira complementar, promover a divulgação destas ideias por meio de palestras, pesquisas e estudos.

A criação do IL, segundo consta no site<sup>9</sup>, foi idealizada após a leitura de autores liberais, como Mises e Hayek, e motivada pelo exemplo de iniciativa de Anthony Fisher, fundador do Institute of Economic Affairs (IEA), em 1955, que teve enorme influência sobre o governo de

---

<sup>9</sup> Informação encontrada em: <https://www.institutoliberal.org.br/biblioteca/galeria-de-autores/donald-stewart-jr/>  
Acesso em: 20/07/2020

Margaret Thatcher. Ainda de acordo com o texto, Donald era associado à Sociedade de Mont Pelerin, ao CATO Institute, à Heritage Foundation, à Atlas Foundation, ao Frase Institute, ao Liberty Fund e ao Institute of Economic Affairs. Além de membro destas associações, era engenheiro civil e empresário<sup>10</sup>.

A partir da tese de Casimiro (2016), foi possível mapear os fundadores do IL. Segundo esse autor, a ação prática deste instituto não se circunscreve apenas às traduções ou divulgações de textos. Ele ressalta que se deve observar a atuação do grupo no campo político, a formação de classe e extraclasse, como um “córtex político” (CASIMIRO, 2016, p.238). Portanto, o instituto atua, para além da mera e simples tradução de textos de pensadores liberais, como um modificador da mentalidade. Ainda segundo pesquisas do autor, a iniciativa para a criação do Instituto remeteu, além do contexto político-econômico, à escassa produção de autores liberais.

Casimiro (2018) constata que a construção e a formação ideológica deste instituto tiveram como ator-chave a participação do professor Og Francisco Leme, que atuou como um dos fundadores responsáveis por formar o corpo teórico e convidar a compor a fundação da instituição os professores José Luiz Carvalho e Antônio Carlos Porto Gonçalves. Os três são formados pela Escola de Economia da Universidade de Chicago, como podemos observar ao

analisar seus currículos. Og Francisco Leme<sup>11</sup> é graduado em Ciências Sociais (Escola de Sociologia e Política de São Paulo) e Direito (Universidade de São Paulo), e doutor em Economia (Universidade de Chicago), sendo aluno de Milton Friedman e Frank Knight. Atuou como professor de economia na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, assinou artigos e livros e participou de debates promovidos pelo Fórum Pela Liberdade, desenvolvido pelo IEE. José Luiz Carvalho<sup>12</sup> possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo, mestrado em Economia pela Fundação Getúlio Vargas, mestrado, doutorado e pós-doutorado pela Universidade de Chicago, e é professor e diretor da Universidade de Santa

Úrsula. Antônio Carlos Porto Gonçalves<sup>13</sup> possui graduação em Engenharia Industrial e Metalúrgica pelo Instituto Militar de Engenharia, possui mestrado e doutorado pela Universidade de Chicago e trabalha como professor da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade Federal Fluminense (UFF).

A organização permitia a abertura de filiais em outros lugares, semelhante à atuação do MBL. Para manter a afinidade dos objetivos e ideologias, criou-se uma Carta de Princípios.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.mises.org.br/SearchByAuthor.aspx?id=385&type=articles> Acesso em: 03/11/2020

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/biblioteca/galeria-de-autores/og-f-leme/>. Acesso em: 03/11/2020

<sup>12</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5697113449211908>. Acesso em: 05/11/2020

<sup>13</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8487059771414180> Acesso em: 05/11/2020

Segundo Casimiro (2016), outra iniciativa para manter o alinhamento da instituição foi a formação de um Conselho Nacional dos Institutos Liberais. A primeira filial criada foi o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul, liderada por Winston Ling. Em seguida, houve a abertura de filiais em São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Brasília e “a sede passou a se chamar Instituto Liberal do Rio de Janeiro, tendo como seu presidente fundador, Donald Stewart Jr” (CASIMIRO, 2016, p.246).

Entretanto, a abertura de novas filiais teve um momento de retração nos anos 1990, quando institutos filiados foram extintos, e, segundo o autor, em 2003, quando o IL de SP se fundiu ao do Rio de Janeiro. Casimiro (2016) encontra a justificativa para esse desfecho na vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais:

Por conseguinte, a partir da afirmação do dirigente do Instituto Liberal, a vitória de FHC teria representado, em certa medida, que a “batalha estava ganha”, e os interesses referentes às propostas de reformas liberalizantes do Estado, estavam em pleno processo. (CASIMIRO, 2016, p.246)

Logo, a partir desta citação, entende-se que o objetivo do IL não era apenas a divulgação de textos liberais, mas, sim, propor medidas liberais para o Estado, recuperando uma relação com ele que fora perdida no pós-ditadura. Casimiro (2016), ao analisar o balanço financeiro do IL, identifica que a organização representa uma ampla frente de empresários, tanto da burguesia financeira como da indústria, inclusive com a parcela internacional. A partir desse diagnóstico, o autor consegue mapear algumas iniciativas que foram impulsionadas por essas parcerias, tais como “série de notas”, financiada pelo CIPE (Center for International Privative Enterprise), e colóquios. No site do IL, encontramos como parceiros a Atlas Network, o Instituto Ling, Rodrigo Constantino e a Rede Liberdade.

Por este motivo, o IL atua como importante “intelectual coletivo, contemplando e articulando diferentes interesses de classe e desenvolvendo diretrizes de ação” (CASIMIRO, 2016, p. 251). Como tentativa de reinventar e convocar novos filiados ao IL, Casimiro (2016) identifica uma modificação na tática de ação do Instituto, a partir de 2013, no contexto das jornadas de junho, onde o IL explora a atuação por meio da plataforma das redes sociais. Essa mudança, como ressalta o autor, é visível inclusive na composição das lideranças que passam a ser conduzidas por Rodrigo Constantino<sup>14</sup>. Importa ressaltar que atuava neste período como diretor de relações institucionais Fabio Ostermann, um dos fundadores do EPL e da marca MBL. Questionamos se a modificação da atuação do instituto foi incentivada ou alinhada com

---

<sup>14</sup> Atua como comentarista da Jovem Pan, presidente do IL, colunista da Gazeta do Povo e ZH.

a ação prática de outros APHs que surgiram em 2013 considerando o ingresso Fabio Ostermann nos quadros diretivos.

É possível verificar a conexão do IL com outros APHs. Como mencionamos, atuam como parceiros do IL o Atlas Network, a Rede Liberdade e o Estudantes Pela Liberdade. Identificamos, por meio do trabalho de Casimiro (2016), que Bernardo Santoro Pinto Machado<sup>15</sup> participa do conselho diretivo do instituto. Bernardo possui graduação e mestrado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), segundo seu currículo Lattes, e atuou como membro do conselho editorial da revista Mises Brasil (2014). Em 2012, concorreu ao cargo de vereador pelo Partido Social Liberal (PSL)<sup>16</sup>, porém não foi eleito. Como resultado dos trabalhos realizados, o IL atribui à sua atuação a criação, a partir de 2007, de diversos APHs<sup>17</sup>, tais como Instituto Mises Brasil (IMB), Instituto de Formação de Líderes (IFL), o Instituto Millenium, o Instituto Liberal do Nordeste, o Instituto Ordem Livre e o Estudantes pela Liberdade (EPL), que o IL enfatiza operar como seus parceiros.

Para renovar o quadro editorial, agora sob liderança de Rodrigo Constantino, presidiu Roberto Gomides<sup>18</sup>. Roberto possui mestrado em Economia e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas. Como seu sucessor no cargo, assume Lucas Berlanza Corrêa, no período entre 2018 e 2020. Berlanza<sup>19</sup> possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e foi colunista do IL, em 2014, assessor de imprensa, em 2015, e autor do livro “Guia Bibliográfico da Nova Direita: 39 livros para compreender o fenômeno brasileiro”. Participou também do filme “1964: O Brasil entre armas e livros” e da série “Brasil a Última Cruzada”, da produtora Brasil Paralelo.

Para além da publicação de artigos e tradução de obras liberais, o IL disponibiliza cursos de formação. Atualmente constam dois cursos disponíveis em sua plataforma: “Curso de Liberalismo Raiz”, que consta na descrição compor um conjunto de 13 aulas pagas, que têm por objetivo debater o liberalismo no Brasil; e “Curso de Escola Austríaca”, em cuja descrição consta que seu autor estudou economia na PUC e nenhum professor discutiu Mises e Hayek. Nota-se a padronização da justificativa presente na criação do IL.

Atualmente, em virtude da pandemia mundial do coronavírus, o IL ficou impossibilitado de realizar eventos presenciais. Com o objetivo de instruir seus membros e diversas lideranças

<sup>15</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9938620162853664> Acesso em: 21/11/2020

<sup>16</sup> Disponível em: <https://eleicoes.uol.com.br/2012/candidatos/2012/vereador/rj/04111982-bernardo-santoro.htm> Acesso em: 21/11/2020

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/quem-somos/> Acesso em: 22/11/2020

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/roberto-gomides-b2333536/?originalSubdomain=br> Acesso em: 22/11/2020

<sup>19</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3355499585208495> Acesso em: 22/11/2020

da sociedade, lançou, em maio de 2020, o “Núcleo de Formação Liberal (NFL)”. Esse projeto foi realizado em conjunto com o “Instituto Libercracia”, o “Grupo de Estudos Dragão do Mar” e com o “Projeto Pragmata”. Trata-se de reuniões online para o estudo de obras liberais. Essas reuniões são abertas ao público, e o primeiro encontro foi destinado à leitura de textos de Friedrich Hayek. Foi por meio destas parcerias que identificamos a aproximação do IL com professores universitários e alunos. Identificamos a conexão de outros APHs na composição de lideranças desses grupos, tais como Students for Liberty (SFL), MBL, Movimento Neoiluminista e UniLivres.

O Instituto Libercracia é um instituto formado em 2014, por meio da iniciativa de dois estudantes na Universidade de Petrolina, inicialmente com o nome de “Grupo de Estudos Vale de São Francisco”. O grupo cresce com a introdução de novos membros, dentre eles Matheus Miranda<sup>20</sup>. Bacharel em Direito, Miranda é cofundador e ex-presidente do Instituto Libercracia (2017-2020), e atuou como coordenador estadual em Pernambuco da STFB. A partir de 2016, o grupo passa a se chamar “Clube Libercracia”.

Em maio de 2020, assume a presidência Everaldo Cavalcante, estudante de Letras pela Universidade de Pernambuco, docente de inglês, coordenador do SFL local e do MBL e correspondente do MBL News. Como vice-presidente, entra Jânio Rodrigues, apresentado como empreendedor e estudante de Ciências Sociais. A tesouraria do instituto fica sob a responsabilidade de Marcos Moura, coordenador do SFLB, formado em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda (Faculdades Integradas Barros Melo). Atuam como diretores de planejamento e recrutamento do instituto Leonardo Monteiro, que possui graduação em Letras/Inglês e é advogado, estudante de licenciatura em Filosofia e mestrando em ensino de língua inglesa, e Deyse Cristina, estudante de Psicologia, coordenadora local do SFL e coordenadora do MBL. A diretora de Marketing é Edien Jauz, graduada em Direito pela Faculdade de Ciências Sociais de Petrolina (FACAPE), coordenadora do SFL. Como membro do conselho consultivo, está Alan Silveira, graduado em Direito com pós-graduação em geopolítica e relações internacionais, e autor do livro “Ondas da liberdade: 12 ensaios de jovens líderes da América Latina”.

Nota-se, a partir da análise realizada no perfil de lideranças deste instituto, forte presença de APHs como SFL e MBL. Podemos supor que exista alguma relação do MBL com o instituto Libercracia e com o IL, levando em conta que o mesmo apresenta a criação do EPL

---

<sup>20</sup> Todas as informações referentes ao currículo foram retiradas do próprio site do instituto. <https://libercracia.org/quemsomos/>. Acesso em: 10/03/2021

como fruto de seu trabalho. Verificando a lista de colonistas do instituto Liberercracia, podemos identificar a associação com outros APHs, como podemos demonstrar abaixo:

Quadro 1- Quadro de colonistas do Instituto Liberercracia.

Nomes dos Colonistas	Currículo e vínculos com APHS <sup>21</sup>
Alan Patrick Cavalcante da Silveira	Graduado em Direito pela Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (FACAPE), possui pós-graduação em Geopolítica e é mestrando pela Universidade Federal do Vale de São Francisco (UNIVASF). Consultor da UNESCO e coordenador de conteúdo da revista CAOESTE (Conferência Americana de Organismos Eleitorais Subnacionais pela Transparência Eleitoral), atuou como coordenador local sênior da Students for Liberty (2018-2018). Foi fundador e presidente do Instituto Liberercracia (nov. 2013- nov 2018).
Állison Mateus Rodrigues	Graduando em Psicologia pela Faculdade Luciano Feijão (FLF), coordenador do Students for Liberty e fundador do grupo de estudos Garça Livre.
Anamaria Negreiros de Camargo Martins Moreira	Possui graduação em Farmácia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Foi diretora do Instituto Liberdade e Justiça (2016-2019). Atua como consultora de políticas educacionais Liberais na Ed Choice Brasil. Publicou alguns artigos sobre educação.
Anderson Henrique Tejero da Silva Zotto	Possui graduação em Filosofia pela Faculdade de Padre João Bagozzi, e é administrador da página Liberalismo Brazuca.
Caíque Januzzi	Graduando em Direito, pela Faculdade Milton Campos, atua como coordenador municipal em Sete Lagoas - MG
Camila Maria Dias	Graduanda em Direito pela Uninassau-AL, coordenadora estadual do Students for Liberty e diretora e cofundadora da Frente pela Liberdade (FPL)
Carlos Gonçalves de Andrade Neto	Possui mestrado e doutorado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É docente da Autarquia Educacional do Vale de São Francisco (FACAPE)
Gabriel Venturoli	Possui graduação em Administração de Empresas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Foi fundador e presidente estadual do Partido Novo na Bahia.
Hélio Veiga Júnior	Possui graduação em Direito pela Faculdade Integradas de Pitágoras e mestrado em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). É membro do Institute Ludwig Von Mises (EUA) e membro do Partido Libertário Americano (EUA). Escreve artigos para a Free the People e Foundation for Economic Education (FEE). Fundador da página “Libertário”.
Igor Cabrera Marquez	Graduado em Educação Física pela Universidade Anhembi Morumbi (UAM), coordenador local de SP do Students for Liberty, membro da USP Liberal.
Israel Rezende Russo	Graduado em Filosofia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), fundador do Neoiluminismo, editor-chefe do MBL News e assessor de imprensa de Rubinho Nunes.
João Victor Santos	Formado em Ciências Contábeis e membro do MBL-PE.
Jonathas Saraiva	Atua como coordenador-gestor da equipe de marketing e eventos do Students for Liberty (SFLB) e como podcaster no “15 minutos pela liberdade”.
Lucas Rossi Granzol	Graduando em Economia pela Fundação Hermínio Ometto, coordenador do Students for Liberty.

<sup>21</sup> As informações extraídas foram retiradas do site do Instituto Liberercracia e complementadas pelo currículo disponível no LinkedIn ou nas informações “sobre” disponíveis na plataforma de rede social.

Matheus Miranda	Graduando em Direito, co-fundador e ex-presidente do Instituto Libercracia (2017-2020), atuou como coordenador estadual da Students for Liberty Brasil em Pernambuco e é colaborador da série Breves Lições da LVM.
Nathan Medeiros	Graduando em Economia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), foi diretor do grupo de estudos Ação Pela Liberdade, fundado em 2018 na UFV, e coordenador do Students for Liberty.
Paulo Roberto de Almeida	Graduado em Ciências Sociais, tem mestrado em Planejamento Econômico e Economia Internacional e doutorado em Ciências Sociais. Foi diplomata (1977) e docente (2004) no Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Atuou como ministro conselheiro da Embaixada do Brasil em Washington (1999-2003)
Pedro Henrique Moreira	Graduando em Pedagogia pela Universidade do Rio Grande do Norte, trabalhou como analista de mídias sociais para campanha do vereador Bruno Pieri em 2020 (Partido NOVO-SP). Atua como coordenador local do Students for Liberty e é associado ao LIVRES.
Renato Ganzarolli de Castro Mendonça	Possui graduação em Direito pela UNIARAXÁ, mestrado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e é professor de Direito no Centro Universitário do Planalto de Araxá. Foi um dos colaboradores da série Breves Lições da LVM, e candidato a vereador pelo partido NOVO em 2020.
Reuller Moreira Nascimento	Possui graduação em Filosofia pelo Centro Universitário Academia (UniAcademia), e é graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Atua como professor de educação básica e como coordenador local do Students for Liberty.
Ricardo Alexandre da Silva	Formado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), possui mestrado e doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e é professor em diversas instituições.
Thayná Beatriz Oliveira	Graduanda de Direito pelo Centro Universitário Uma.
Vinicius Ruiz Barbanti	Graduando de Psicologia pelo Centro Universitário Hermínio Ometto de Araras. Atua como coordenador local do Students for Liberty.
Wadathan Felipe	Graduando em Administração pela Universidade Paulista (UNIP) e coordenador do Students for Liberty no Rio de Janeiro.

Fonte: <https://libercracia.org/blog/>. Acesso em 10/03/2021.

Como podemos observar pelo currículo dos colunistas do instituto, dos 24 identificados, 14 atuam como membros do Students for Liberty ou são membros do MBL. Encontramos colunistas filiados ao partido NOVO e ao LIVRES. Embora submetam artigos para o Libercracia e não para o IL, compreendemos que os APHs analisados da nova direita possuem uma ampla conexão.

Além do Instituto Libercracia, compõe o projeto o Grupo de Estudos Dragão do Mar. Criado em 2009, trata-se de um projeto de extensão vinculado à Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade do Ceará (UFC). Podem participar dele e do processo seletivo para atuar como coordenadores os estudantes e profissionais acima de 16 anos. O grupo realiza

reuniões semanais e clube de leituras, e elabora a Semana da Liberdade em conjunto com o Instituto Liberal do Nordeste.

Segundo a descrição do perfil do grupo na rede social Facebook, seu objetivo é “estudar e promover a causa liberal”<sup>22</sup> e ele tem ligação com o grupo de pesquisa Hayek da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), com o Instituto Liberal do Norte, com Instituto Mises Brasil, do qual recebeu doações para montar sua biblioteca, e com a Rede Libertária. Também na descrição, encontramos a seguinte ressalva: o projeto “não mantém mais ligação com a rede Estudantes pela Liberdade<sup>23</sup>”, evidenciando que, antes, existia uma parceria.

Como conselheiro do grupo, identificamos o docente Rodrigo Saraiva Marinho<sup>24</sup>, graduado e mestre em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), com especialização em processo civil pela Universidade do Ceará (UECE). Marinho é professor de pós-graduação da Universidade de Fortaleza e da Universidade Estácio de Sá, membro do corpo editorial do Instituto Mises Brasil (IMB), segundo o site do curso de pós-graduação<sup>25</sup> em Escola Austríaca, diretor de operações da Rede Liberdade e presidente do Instituto Liberal do Nordeste (ILIN).

Em 13 setembro de 2019, o grupo completou 10 anos<sup>26</sup>, e uma das mesas de abertura foi sobre “perspectivas do movimento liberal no Brasil”. Participaram dela Rodrigo Marinho, Hélio Beltrão (presidente do Mises Brasil e fundador da LVM Editora) e Renan Santos (fundador e coordenador do MBL). A partir de 2019, o grupo foi aceito como instituto da Rede Liberdade.

O grupo de coordenadores do Instituto Dragão do Mar, em 2020, é composto majoritariamente por membros do SFL. Atua como presidente Letícia Sampaio, graduanda em direito, coordenadora SFL(PE), alumnus Mises Brasil. Identificamos como diretor de eventos Tiago Muniz, graduado em Direito (UFC) e coordenador de gestão da SFL, e como coordenador de comunicação Augusto Mendes, graduando em Direito (UFC) e coordenador local SFL. Como coordenadores acadêmicos, encontramos Bernardo Filho, graduando em Direito (UFC) e membro do Sapare Aude; João Marcelo, bacharel em Direito e mestrando pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; Marcelo Menescal, bacharel em Engenharia Química (UFC) e graduando em Direito pela mesma universidade; e Pedro Angelo, alumnus do Instituto Mises Brasil e coordenador local do SFL. Como coordenador de gestão de pessoas, Gustavo Ítalo,

<sup>22</sup>Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/dragaodomarCE> Acesso em: 07/01/2021

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/dragaodomarCE> Acesso em: 07/01/2021

<sup>24</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9031046359573812> Acesso em: 07/01/2021

<sup>25</sup> Disponível em: <https://pgea.com.br/project/rodrigo-saraiva-marinho-2/> Acesso em: 07/01/2021

<sup>26</sup> Disponível em: [https://www.sympla.com.br/perspectivas-do-movimento-liberal-brasileiro\\_\\_\\_640390](https://www.sympla.com.br/perspectivas-do-movimento-liberal-brasileiro___640390). Acesso: em 07/01/2021

graduado em Direito e coordenador local do SFL. Como coordenadores de eventos, Leonardo Gomes, graduando em Economia (UFC), coordenador local do SFL e membro do Ceará Finance, e Marcelo Melo, graduando em Direito (UFC). Por fim, atua como coordenador de ativismo Wilson Filho, graduando em Direito pela UNIFAMETRO e coordenador local do SFL.<sup>27</sup>

Por este grupo, identificamos que a grande maioria dos coordenadores possuem ligação como coordenadores do SFL ou foi membro como Alumnus do IMB. Apesar da explicação da desvinculação do instituto ao EPL, constatamos que, no evento de comemoração de 10 anos do instituto, estava presente Renan Santos, um dos fundadores do MBL. Além disso, como verificamos, o movimento possui relações com o Instituto Liberal do Nordeste e com a Rede Liberdade.

Por fim, o último grupo que participa do projeto desenvolvido pelo IL é o “Projeto Pragmata”. Trata-se de um projeto de pesquisa iniciado em 2017, com o objetivo de identificar os problemas da educação brasileira e apresentar as soluções liberais, coordenado pelo docente Dennys García Xavier, vinculado à Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Como resultados deste projeto, que ainda consta como em andamento, foi lançada a série de livros “Breves Lições”, pela editora LVM, fundada, como já identificamos, por Hélio Beltrão, presidente do IMB.

Dennys Garcia Xavier<sup>28</sup> possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), mestrado em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e doutorado em Filosofia pela Università degli Studi di Macerata (UNIMC), na Itália. Trabalha como docente na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É diretor acadêmico do IMB, docente do curso de pós-graduação em Escola Austríaca, e, segundo o currículo apresentando no site <sup>29</sup>desta escola, atua como coordenador do SFLB e diretor de pesquisa da UniLivres. A UniLivres foi criada em 2017, visando a representar os estudantes nas universidades, realizando oposição à União Nacional dos Estudantes. Abordaremos este tema no terceiro capítulo.

Como podemos evidenciar, a criação do IL inicialmente tinha por objetivo a tradução de textos liberais e, de maneira complementar, a realização de palestras. Com a sua atualização, a partir de 2013 o movimento passou a divulgar suas ideias por meio de blogs, vídeos e artigos

<sup>27</sup> Identificamos os nomes dos coordenadores na rede social, local onde mapeamos o currículo. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CCtiygtlWTR/>. Acesso em: 10/02/2021

<sup>28</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2763492704125961> Acesso em: 10/02/2021

<sup>29</sup> Disponível em: <https://pgea.com.br/project/dennys-xavier/> Acesso em: 10/02/2021

em colunas. A característica de doutrinação fica evidente com a criação de cursos disponibilizados no próprio site do instituto.

Por meio da investigação deste instituto, identificamos APHs da nova direita presentes nas universidades públicas, ajudando a elaborar projetos liberais. Identificamos semelhante tentativa abordada pelo MBL com o MBL Estudantil e posteriormente com a Academia do MBL. No próximo tópico, abordaremos outro APH, denominado Instituto de Estudos Empresariais (IEE), sobretudo sua atuação por meio do Fórum da Liberdade.

## **2.2- A atuação do Instituto de Estudos Empresariais (IEE) e o Fórum da Liberdade.**

Semelhante ao IL, o Instituto de Estudos Empresariais (IEE) foi criado nos anos 1980, entretanto com uma diferença: o IL, inicialmente, visava à tradução de livros liberais; já o IEE tem por objetivo formar lideranças para influenciar nas formulações políticas e na dinâmica da economia. Levando em conta o contexto histórico marcado pelo processo de redemocratização, onde os sindicatos se fortaleciam, era necessário, no entendimento do IEE, fortalecer e formar os futuros líderes. Esta conjuntura é apresentada no livro lançado pela organização, escrito pelas lideranças do instituto, no ano de 2014:

Para entender melhor a origem do instituto, é preciso olhar um pouco mais profundamente para o início da década de 80. O Brasil estava estagnado após um milagre regado a petrodólares, com crédito subsidiado e proteção de mercado. E o modelo se esgota. O movimento para democratização se intensificava, eram fundadas centrais operárias, sindicatos se fortaleciam, surgia o Partido dos Trabalhadores. O mundo via a ascensão dos tigres asiáticos, a China começava a se abrir, Reagan fazia uma espécie de revolução liberal nos Estados Unidos, enquanto Margareth Thatcher tentava reconstruir a Inglaterra – que, depois de anos de socialismo trabalhista, estava em frangalhos –, encampando ideias liberais austríacos.

Era o mundo indo para uma direção e o Brasil para outra, cada vez mais fechado, com leis como a que garantia reserva de mercado ao setor de informática e condenava o país ao passado, ao obsoleto. (INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS, 2014, p.15)

Compreendendo o processo de estagnação do Brasil, surgiu a ideia de criar o instituto, a partir da iniciativa de William Ling e Roberto Rachewsky. William Ling<sup>30</sup>, além de fundador, atuou como primeiro presidente da instituição, em 1984. Formado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pertenceu à câmara de mantenedores do Instituto Millenium, no período de 2008 a outubro de 2012, além de atuar como diretor do Instituto Ling, instituto criado 1955 por Sheun Ming Ling e Lydia Wong Ling, seus pais. O

---

<sup>30</sup> Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/william-ling-23859b/?originalSubdomain=br>. Acesso em: 05/07/2019

objetivo deste instituto visa a oferecer bolsas de estudos para alunos com melhores desempenhos acadêmicos. Além destes vínculos com outras instituições, Willian é irmão de Winston Ling, cofundador do Instituto Liberal do Rio Grande do Sul.

Não conseguimos identificar o currículo de Roberto Rachewsky<sup>31</sup>, porém, em sua rede social, ele se identifica como cofundador do IEE, no qual atuou como segundo presidente. É também cofundador e presidente do Instituto Liberdade e cofundador do Instituto Atlantos.

A fundação da instituição, segundo consta no livro, é contada a partir da entrega da carta convite realizada por Willian para uma reunião em sua casa, na qual compareceram 20 empresários que gestaram a ideia do instituto. De acordo com a obra, a seleção dos possíveis ingressos para o IEE foi realizada por Willian, que ficou responsável por mapear os possíveis líderes no setor da indústria e agricultura, e por Roberto, a cargo do setor do comércio e serviços. A ata de fundação qualifica o IEE como uma associação civil, sem fins lucrativos, cujos objetivos são:

Artigo Primeiro – Sob a denominação de INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS, foi criada em 03.12.84 uma associação civil, sem fins lucrativos e que tem por objetivo:

a) incentivar o surgimento e a preparação de novas lideranças através da participação ativa de todos os seus membros nas atividades do grupo, tendo como doutrina orientadora a defesa e a manutenção dos valores da economia de mercado e da livre iniciativa.

b) promover a integração ao relacionamento dos participantes em âmbito social, cultural, econômico e profissional visando a unidade e o intercâmbio de ideias, conhecimento e experiências, criando ambiente e meio propícios para tal. (INSTITUTOS DE ESTUDOS EMPRESARIAIS, 2014 p.20)

Com o objetivo de defender a economia de mercado e a livre iniciativa e produzir a hegemonia dessas ideias em ambiente intraclasse, foi criado o IEE. O processo de ingresso para novos filiados segue critérios pré-estabelecidos, sendo os dois primeiros: o possível filiado deve ter entre 20 e 32 anos e estar prestes a assumir papel de liderança em algum setor. Além disso, é necessário ser indicado de alguns associados. Passado o processo, o candidato é convidado para uma reunião ordinária, na qual é entrevistado pela diretoria. Se aprovado nesta fase, o nome do aluno passa, então, pela aprovação do conselho deliberativo (INSTITUTO ESTUDOS EMPRESARIAIS, 2014).

Após a aprovação, o concorrente ingressa no IEE em um período de experiência, denominado “prospect”, que pode, segundo o livro do IEE, variar de seis meses a um ano e meio, no qual é avaliado seu desenvolvimento. De acordo com o livro, para se tornar efetivo, o

---

<sup>31</sup> Disponível em: <https://twitter.com/rachewsky?lang=pt>. Acesso em: 05/07/2019

aluno deve comparecer a 75% das reuniões ordinárias e resenhar dois livros. Após todo esse processo, o nome passa novamente pelo conselho deliberativo.

A composição para o ingresso na formação de líderes obedece o limite de até 32 anos. Uma vez ingresso, o filiado, ou melhor, o aluno poderá passar por todo o processo de instrução enquanto associado efetivo até o limite máximo de 35 anos. Após completá-lo, o filiado pode participar dos processos formativos enquanto membro honorário. O processo de formação dos quadros de liderança é realizado com leitura de livros liberais, júri simulado, participação e organização do Fórum da Liberdade e participação de pessoas com referências nas reuniões ordinárias. É possível verificar a importância do instituto a partir dos dados apresentados no livro do IEE, segundo o mesmo, “cerca de mil empresários passaram por suas fileiras e exercem funções de liderança em diversas esferas da sociedade” (INSTITUTO ESTUDOS EMPRESARIAIS, 2012, p.12).

Segundo o IEE, o instituto é mantido com a mensalidade dos associados e com o grupo de parceiros do instituto. Em visita ao site, encontramos os investidores Évola S.A, Gerdau, Merithu e UBS. Além deste grupo, identificamos os seguintes apoiadores: Agibank, Baker Tilly, Belmondo, CMT Escritório Carvalho, Machado e Timm Advogados, Conveniada Decision/FGV, Dallasanta, Irani, loja Lebes, Tomasetto engenharia, Valkiria inteligência criativa e VKN Administração de Recursos LTDA.<sup>32</sup>

Como podemos verificar pelos ramos em que são escolhidos os possíveis candidatos (“indústria, agricultura, comércio e serviço”) e pela quantidade de investidores, o IEE representa um importante aparelho, capaz de reter em sua associação grandes empresários. No primeiro ano do instituto, Willian Ling ficou responsável por montar a estrutura, a organização e os objetivos deste programa. Com Roberto, ocorrem as primeiras tentativas de aproximar as ideias congregadas do instituto no ambiente empresarial, além do amplo conjunto de filiados que compartilham entre eles suas ideias.

A primeira tentativa de divulgação da ideologia do instituto para além dos seus associados foi materializada com o jornal denominado “Proposta” nos anos 80, que, segundo o livro do IEE, foi desenvolvido em conjunto com o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul. Esta publicação foi desenvolvida por profissionais e tinha como objetivo ser distribuída apenas para empresários e políticos (INSTITUTO ESTUDOS EMPRESARIAL, 2014, p.51). A segunda tentativa foi realizada em 1997, com a substituição do jornal Proposta pela revista Leader.

---

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.iee.com.br/patrocinadores>. Acesso em: 05/07/2019

A iniciativa que ganhou maior ressonância para as divulgações da ideia do instituto foi a criação do Fórum da Liberdade, em 1988, em Porto Alegre. De acordo com o livro do IEE, o fórum possuía dois objetivos: o primeiro era a divulgação das ideias, o segundo, o treinamento interno dos associados, com a preparação necessária para a organização do evento, além das conferências realizadas com grandes nomes nacionais e internacionais. Segundo Casimiro (2016):

Por conseguinte, apesar de se afirmar como um espaço para pluralidade de ideias, o Fórum pela Liberdade pode ser compreendido como um evento catalisador da ideologia neoliberal e, para além da difusão dos valores de sua concepção de mundo, apresenta propostas de políticas públicas, cobra e exerce pressão sobre a sociedade pela aprovação de projetos e reformas, articula distintas frações da burguesia brasileira, agrega e condiciona novos quadros de intelectuais orgânicos. (CASIMIRO, 2016 p.286).

Por meio de Casimiro (2016), compreendemos a importância do fórum para além da divulgação de ideias, pois, segundo ele, este evento representa uma força capaz de impulsionar as políticas públicas. Em visita ao site do Fórum da Liberdade, identificamos que, no ano de 2015, o painel de encerramento do 28º Fórum da Liberdade<sup>33</sup> (que tinha como tema “Caminhos para Liberdade”) teve a presença de Kim Katagiri. Em 2017, o MBL volta a marcar presença no evento, com a participação de Fernando Holiday, apresentado como coordenador nacional do movimento, no painel “Novos tempos”.

O fórum é um evento promovido pelo instituto, aberto ao público mais amplo. Por sua vez, a partir de 2013, o IEE realiza duas vezes ao ano os Colóquios do Fórum pela Liberdade, eventos restritos aos membros internos. Entre os palestrantes convidados, identificamos Luiz Felipe Pondé.<sup>34</sup> As atividades promovidas pelo Instituto visam a atingir alguma habilidade do “Hexágono da Liderança”: 1) integridade moral, 2) vitalidade e motivação, 3) rede de relacionamentos, 4) antevisão 5) conquista de resultados e 6) comunicação (INSTITUTO ESTUDOS EMPRESARIAIS, 2014, p.95)

O fórum adquiriu tamanha importância para os objetivos propostos (treinamento e divulgação de ideias) que, em 2011, foi criado um cargo no corpo institucional do instituto específico para o Fórum da Liberdade. Atuou como primeira diretora Carolina Fuhrmeister (2011-2012), graduada em Psicologia pela Universidade Luterana do Brasil.<sup>35</sup>

<sup>33</sup> Disponível em: <https://www.forumdaliberdade.com.br/edicoes>. Acesso em: 05/07/2019

<sup>34</sup> Disponível em: <https://www.forumdaliberdade.com.br/forum/#relato>. Acesso em: 05/07/2019

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/carolinafuhrmeister-grou/?originalSubdomain=br>. Acesso em: 05/07/2019

O processo de descentralização do IEE, teve início em 2006, com a abertura de uma nova filial em Minas Gerais por iniciativa de Salim Mattar. Em 2007, foi a vez de São Paulo. Anos mais tarde, as filiais de Belo Horizonte e São Paulo se tornaram independentes, assumindo o nome de Instituto de Formação de Líderes (INSTITUTO ESTUDOS EMPRESARIAIS, 2014, p.53).

Como já demonstramos, o instituto possui vínculos, por meio de William Ling, com o Instituto Ling, o IL do Rio Grande do Sul (conexão estabelecida por meio de seu irmão e Rachewsky, ambos cofundadores), o Líderes do Amanhã, o Instituto Atlantos e os novos institutos criados, além de manter grande influência por meio do fórum, encaminhando propostas próprias. Podemos identificar mais uma vez, portanto, a importância deste APH. Além destes vínculos, Casimiro (2016), identificando a composição do primeiro Fórum da Liberdade, relata a relação do IL (primeiro instituto estudado) com o IEE (CASIMIRO, 2016, p.289).

Como ressaltamos, o Fórum da Liberdade tem como objetivo expor as ideias do instituto. Outra estratégia identificada por Casimiro (2016) que visa o mesmo objetivo foi implementada nos anos 1990, por meio do Fórum Universidade-Empresa, evento realizado na PUC-RS. Desta forma, identificamos que o objetivo do IEE, que visava inicialmente a instrumentalizar seus membros, aos poucos passa a se difundir esses instrumentos ao público externo.

### **2.3- Atlas Network, Student for Liberty e Estudantes pela Liberdade.**

Outro APH criado em 1981 foi a Atlas Network, fundada por Antony Fisher. Segundo seu site oficial, trata-se de uma organização sem fins lucrativos, que mantém seus trabalhos com doações financeiras de parceiros. O Atlas tem por objetivo auxiliar outros institutos a desenvolver trabalhos que visem à instituição de um “Estado mínimo e livre”. Entretanto, o Atlas não apoia partidos políticos.

Antony Fisher atuou como empresário, e a experiência para fundar a Atlas se deu por meio do primeiro APH por ele criado, em 1955: o Institute of Economic Affairs (IEA), fundado após o conselho de Hayek. Segundo Baggio (2016), a própria Margaret Thatcher frequentava o IEA (BAGGIO, 2016, p. 2). Em 1981, de acordo com o site<sup>36</sup> do Atlas, Antony se junta a sua

---

<sup>36</sup> Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/about/our-story>. Acesso em 07/08/2019.

esposa, Dorian, para fundar a Atlas Economic Research Foundation, que, segundo Baggio (2016), passa a se chamar Atlas Network em 2013.

A Atlas apoia a formação e o desenvolvimento de outros aparelhos de hegemonia a partir da disponibilidade de treinamentos, realizados no formato de cursos, tendo como objetivo formar líderes. O primeiro formato identificado denominava-se Atlas Leadership Academy (ALA), nome que foi alterado para Atlas Network Academy (ANA) em 2020, com a justificativa, conforme descrito no site, de que a Atlas vai além de formar lideranças, tendo incluído em seu programa o desenvolvimento de marketing, semelhante ao programa de formação que será formado pelo MBL (e que abordaremos no terceiro capítulo).

Além do programa de treinamentos, a Atlas oferece suporte por meio de premiações. Em visita ao site, constatamos que, em 2019, a SFL Brasil recebeu o prêmio “Smith Student Outreach Award”<sup>37</sup>, no valor de US\$3.000, oferecido pela Atlas. Em 2017, o mesmo prêmio foi dado ao Instituto Atlantos. Além disso, encontramos no site que a Atlas oferece também bolsas para projetos estudantis internacionais.<sup>38</sup>

Em pesquisa realizada por Baggio, em 2016, a Atlas possuía 465 parceiros em 95 países (BAGGIO, 2016, p.2). Atualmente, identificamos que a Atlas possui 469 parceiros em 97 países. Comprovamos esse crescimento quando comparamos os números de organizações parceiras no Brasil: nas pesquisas realizadas por Baggio, constavam 11 organizações; em visita ao site em 2021, encontramos 15 organizações, um crescimento de 4 organizações em menos de 5 anos. Encontramos como parceiras: o Centro Mackenzie de Liberdade Econômica, em São Paulo; o Instituto Atlantos, em Porto Alegre; o Instituto de Estudos Empresariais (IEE - Porto Alegre); o Instituto de Formação de Líderes, em Belo Horizonte (organização criada a partir do desdobramento do IEE); o Instituto de Formação de Líderes, em Santa Catarina; o Instituto de Formação de Líderes de São Paulo; o Instituto Liberal; o Instituto Liberal de São Paulo (ILISP); o Instituto Liberdade, em Porto Alegre; o Instituto Líderes do Amanhã, em Vitória; o Instituto Millenium, no Rio de Janeiro; o Instituto Mises Brasil, em São Paulo; o Livres, em São Paulo; o Observatório do Empreendedor, em Florianópolis; e o Students for Liberty Brasil, em São Paulo.<sup>39</sup>

<sup>37</sup> Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/grants-awards/awards/smith-student-outreach-prize>, Acesso em 07/08/2019

<sup>38</sup> Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/grants-awards/grants/student-project-grants>. Acesso em 07/08/2019

<sup>39</sup> Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory/latin-america-and-caribbean/brazil> Acesso: em 07/08/2019

Em comparação com a pesquisa de Baggio (2016), foram excluídos como parceiros do Atlas o Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista (CIEEP) e o Estudantes pela Liberdade (EPL). Houve, porém, a inclusão da parceria com o Students for Liberty Brasil, movimento criado a partir do desentendimento de membros do EPL<sup>40</sup>. Identificamos ainda a inclusão do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica, Instituto Atlantos, Instituto de Formação de Líderes em Santa Catarina, Livres e Observatório do Empreendedor.

O crescimento de novos APHs na América Latina não passou despercebido pela Atlas, que fundou, em novembro de 2018, o “Centro da Atlas Network para a América Latina”, que também visa a atuar oferecendo treinamentos. O diretor executivo do Centro é Roberto Salinas León<sup>41</sup>, apresentado pelo site como presidente do México Business Fórum, ex-colunista no “El Economista” (1993-2011) e especialista acadêmico do Cato Institute.

Identificamos por meio do site do centro a parceria com a Fundación Internacional para la Libertad (FIL), que tem Alejandro Antonio Chafuen como membro. Chafuen atuou como presidente da Atlas. O segundo parceiro é a Red Liberal de América Latina (RELIAL), fundada em 2004. Segundo o site<sup>42</sup> da rede, são filiados a ela instituições e partidos políticos. Encontramos como membros plenos da RELIAL o IEE e IL, e como membro aderente o SFL.

Segundo o site<sup>43</sup> do Students for Liberty, o movimento foi criado em 2008, a partir de uma conferência realizada na Universidade de Columbia. Esperavam-se, na ocasião, cerca de trinta alunos; no final, compareceram aproximadamente cem. Segundo Colombo (2018), Alejandro Antonio Chafuen é mentor da SFL. Como já evidenciamos, a SFLB consta na lista de parceiros da Atlas.

O movimento, segundo consta no site do SFL, visa a apoiar estudantes que se identificam com os valores da liberdade, não identificando quais são os autores em que se baseia para defender suas ideias, enfatizando apoiar qualquer base ideológica. Apesar de não evidenciar quais são as bases ideológicas defendidas, o movimento disponibiliza em seu site os princípios que regem suas ações. São eles: 1) liberdade individual, 2) liberdade econômica e 3) liberdade acadêmica.<sup>44</sup>

O apoio estudantil é apresentado no site de três formas. Primeiro, por meio educativo, são ensinados aos alunos os conceitos básicos do liberalismo clássico. O segundo passo é o

<sup>40</sup> Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/estudantes-pela-liberdade-desafia-hegemonia-da-esquerda-9qk7kw1vsghnu6ulrnup1s6kq/> Acesso em: 15/09/2019

<sup>41</sup> Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/center-for-latin-america#what-are-the-centers-top-priorities-at-present> Acesso em: 15/09/2019

<sup>42</sup> Disponível em: <https://reliat.org/sitio/acerca-de-reliat> Acesso em: 15/09/2019

<sup>43</sup> Disponível em: <https://studentsforliberty.org/north-america/about-us/> Acesso em: 17/09/2019

<sup>44</sup> Disponível em: <https://studentsforliberty.org/north-america/about-us/>. Acesso em: 17/09/2019

desenvolvimento da militância e a formação de futuros líderes, responsáveis pela defesa do liberalismo. Por se tratar de um movimento de estudantes, entendemos que esta militância é realizada no interior das escolas e universidades. O terceiro passo é a disponibilização de recursos, suporte e infraestrutura para que estes líderes possam trabalhar.

No site, o movimento diz ser totalmente “treinado e capacitado”. Questionamos: por quem ele foi treinado? <sup>45</sup>Teria sido pelas Atlas, uma vez já evidenciado que existe uma relação de parceria. Além de oferecer um programa de treinamento para se tornar coordenador local, o SFL coloca à disposição do estudante um conjunto de palestrantes, que, a partir de uma solicitação, podem participar de reuniões nas universidades por meio de uma plataforma virtual. Dentre os palestrantes de referência, encontramos Tom G. Palmer, que, segundo a biografia apresentada no site, atua como diretor da Cato University, membro sênior da Cato Institute e vice-presidente dos programas internacionais da Atlas; Dr. Amy Sturgis, membro da sociedade de Mont Pèlerin; e Dr. Anne Rathbone Bradley, responsável por ensinar programas acadêmicos para a Foundation for Economic Education (FEE), além de outros especialistas<sup>46</sup>.

Identificamos por meio do site da SFL apenas três cofundadores: Sloane Froste<sup>47</sup>, graduada em Análise e Gestão de Política pela Cornell University em 2008, ano da fundação da SFL e mestre em Políticas Públicas pela University of Chicago, atua como presidente da SFL. Consta no site que Froste estagiou na Cato Institute.

De acordo com a reportagem publicada na Forbes<sup>48</sup>, escrita por Dan Schawbel, em 29 de junho de 2017, o segundo cofundador é Alexander McCobin. Graduado em Filosofia e em Economia pela Universidade da Pensilvânia, possui mestrado em Filosofia pela Universidade de Georgetown e trabalhou na Cato Institute. O terceiro cofundador identificado é Sam Eckman<sup>49</sup>, graduado em Economia e em Filosofia e Ciências Políticas, bolsista na Koch<sup>50</sup> e doutor pela Universidade de Chicago.

Encontramos como conselheiro da SFL Winston Ling, fundador do Instituto Liberdade, originalmente denominado Instituto Liberal do Rio Grande do Sul. Vale lembrar que Winston é irmão de Willian Ling, fundador do IEE.

O movimento disponibiliza uma verba de US\$ 250 para que os alunos possam montar algum projeto, apontando neste quesito algumas sugestões de ações. Oferece, também,

<sup>45</sup> Não conseguimos identificar quem são os responsáveis por estes treinamentos.

<sup>46</sup> Equipe - Estudantes pela Liberty América do Norte (studentsforliberty.org). Acesso em: 23/09/2019

<sup>47</sup> Disponível em: <https://studentsforliberty.org/north-america/blog/staff/frost/>. Acesso em: 23/09/2019

<sup>48</sup> Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/danschawbel/2017/06/29/alexander-mccobin-how-this-millennial-became-the-ceo-of-conscious-capitalism/?sh=61c816b548f1> Acesso em: 27/09/2019

<sup>49</sup> Disponível em: <https://studentsforliberty.org/north-america/blog/staff/eckman/> Acesso em: 27/09/2019

<sup>50</sup> Empresa presidida por Charles Koch, para saber mais: <https://www.kochind.com/about>. Acesso em 05/01/2022

materiais sobre diversos assuntos, entre os quais um conjunto de seis livros de autores liberais para baixar e iniciar a leitura nas universidades, com os seguintes títulos: “A economia da liberdade, Frederic Bastiat”, “A moralidade do Capitalismo”, “Após o Estado de Bem-estar social”, “Autocontrole ou controle do Estado”, “Porque Liberdade” e “Paz, amor e liberdade”. Por fim, também disponibiliza o curso “Liberty 101”<sup>51</sup>.

Consta no quadro global de lideranças que, no Brasil, estão presentes 737 membros líderes. Dentre todos países, o Brasil lidera isoladamente este ranking. Para termos uma noção da disparidade, consta em segundo lugar a Nigéria, com 197 líderes, e em terceiro, os Estados Unidos, com 143 líderes<sup>52</sup>.

A narrativa da fundação encontrada no site do SFL enfatiza o protagonismo de um grupo de estudantes, sem mencionar quais, para a criação do movimento. Em sua dissertação de mestrado, na qual analisa a Rede EPL, Danniell Silva (2016) identifica duas histórias que originaram a fundação do movimento. A primeira tem como ponto-chave o protagonismo de Alexander McCobin, que, como já identificamos, atuou como fundador da instituição. Esta primeira história de fundação se assemelha à disponibilizada no site. Silva (2016), a partir do mapeamento de uma entrevista<sup>53</sup>, identifica que McCobin, ao ingressar na universidade em 2004, relata se sentir recluso com relação às ideias liberais, e, a partir desta identificação, procura promover uma modificação deste sentimento, procurando, para tanto, reunir pessoas com seu alinhamento ideológico. Silva (2016), baseado na entrevista, ressalta que “em menos de dois anos, ele afirma, havia mais de 200 pessoas na lista de e-mails criada.” (SILVA, 2016, p.53)

A ideia para a organização do seminário surgiu em uma reunião realizada em 2007, com o objetivo de elaborar os meios de ação desse grupo de pessoas. A ideia que surgiu nesta reunião foi a organização do seminário na universidade, em fevereiro de 2008. O sucesso do evento originou a SFL. Nesta interpretação, a única previsibilidade remetia ao seminário: não havia um plano para organizar a confecção do SFL, como ocorreu.

Segundo a entrevista analisada por Silva (2016), o presidente da organização atribui o sucesso do movimento aos treinamentos realizados para desenvolver lideranças e ressalta, a partir dos dados obtidos no site do movimento, que, no ano de 2015, havia mais de 1.427 treinados (STUDENTS FOR LIBERTY, 2015a, apud SILVA, 2016, p.53). A partir desta

<sup>51</sup> Disponível em: <https://studentsforliberty.org/north-america/literature/> Acesso em: 05/10/2019

<sup>52</sup> Disponível em: <https://studentsforliberty.org/north-america/leaders/> Acesso em: 05/10/2019

<sup>53</sup> A entrevista analisada por Silva (2016) <<https://theobjectivestandard.com/2014/11/alexander-mccobin-students-liberty/>> Acesso em: 10/10/2019

constatação, o autor investiga a segunda interpretação da fundação, pois, para que o movimento de estudantes conduza o processo de formação de tamanho número de líderes, seria necessário um alto investimento. Nessa linha de pesquisa, o autor identifica a segunda história da fundação.

Esta é constatada pelo autor por meio do diagnóstico dos patrocinadores. Em sua pesquisa, Silva (2016) identifica, por meio de uma publicação na página oficial do movimento, a indicação à formação de membros no Institute for Humane Studies Koch Summer Fellow Program. Silva (2016), ao investigar os doadores do movimento, retira o caráter espontâneo dos estudantes da fundação, visto que ela estava atrelada a uma organização maior com objetivos traçados.

O autor verifica o protagonismo dos irmãos Koch no movimento a partir da identificação de seus parceiros. Dentre eles, identifica o Institute For Humane Studies, financiado pelos Koch. Outra organização financiada por eles é a Atlas Network, fato também identificado por Baggio (2016). Como identificamos pelo site, a organização atua como parceira do SFL. Além destas duas instituições, Silva (2016) identificou a ligação dos irmãos Koch com a Cato Institute e com a Charles Koch Institute, e identificou que a organização recebe por meio da Donors Trust, que, segundo o autor, é o meio pelo qual os irmãos realizam doações (SILVA, 2016, p. 55)

Apesar de identificar esta parceria, ainda que de forma indireta, a pesquisa enfatiza que os fundadores já defendiam o libertarianismo, logo, não houve um doutrinamento. No entanto, como destaca Silva (2016), faz-se necessário compreender o impacto que tal associação produziu e quais são os interesses que ela teria ao investir no processo de treinamento dos estudantes nas universidades.

A partir da análise do texto escrito por Kris Hundley<sup>54</sup>, com referência aos irmãos Koch, o autor identificou a influência dos mesmos no ambiente educacional anterior à fundação do SFL. As interferências realizadas são apresentadas por meio de financiamento às instituições de ensino, financiamentos estes regidos por acordos nos quais a escola perde a autonomia na contratação de professores, que passam a ser contratados mediante a escolha por um grupo eleito pela fundação. Logo, se a escolha não estiver de acordo com a organização, a escola perde o financiamento.

---

<sup>54</sup>Reportagem analisada por Silva (2016), disponível em: [https://www.democraticunderground.com/discuss/duboard.php/images/duboard.php?az=view\\_all&address=228x79334](https://www.democraticunderground.com/discuss/duboard.php/images/duboard.php?az=view_all&address=228x79334) Acesso em: 10/10/2019

O pesquisador verifica a influência destes irmãos a partir do Relatório do Greenpeace<sup>55</sup>, onde constata a capacidade da organização de influenciar nas escolhas e nos resultados das pesquisas realizadas nas universidades, apresentando como evidências as doações realizadas pela instituição a pesquisadores com referência sobre o tema “negação da ação antrópica como fator essencial do aquecimento global” (SILVA, 2016, p.56).

Como enfatiza o autor, embora os fundadores do SFL tenham afinidades e defendam a ideia do libertarianismo, a influência dos irmãos Koch, inclusive com a parceria financeira, coloca em pautas outras questões, como identificado pelo autor na organização do evento do EPL em 2015, que englobou como tema a “discordância da ação do homem como fator considerável para o aquecimento global” e a “defesa do armamento”, pautas que, a princípio, não estariam na agenda do SFL nem, por consequência, do EPL.

No Brasil, encontramos uma organização similar, denominada Estudantes Pela Liberdade, que, ao nosso ver, atua como uma filial da organização norte-americana. Silva (2016), em sua dissertação de mestrado, ao analisar a atuação do EPL, a nomeia “Rede EPL”. Essa denominação surgiu a partir do modo de operação do movimento, que, em virtude dos vínculos com a organização SFL, não poderia participar e produzir ações estritamente políticas. Tendo em vista esta restrição, a organização se desdobra em dois outros movimentos distintos, sendo eles o Mercado Popular e o MBL.

Esses dois movimentos criados devido à restrição do EPL têm por objetivo ocupar os espaços em que a organização não pode atuar. Segundo Silva (2016), é possível identificar a formação destas organizações como desdobramentos do EPL, com a identificação dos quadros fundadores. Segundo as investigações deste autor, o movimento se originou do EPL mas possui autonomia em seus trabalhos e atua com objetivos distintos: o EPL pretende atuar na formação de quadros de lideranças nas instituições de ensino, o Instituto Mercado Popular (IMP) <sup>56</sup>tem por objetivo produzir conhecimentos sobre o liberalismo e o MBL tem como por objetivo, atuar no âmbito político, disputando o debate, apoiando candidaturas em eleições. E atualmente podemos acrescentar a uma das suas atribuições a formações de candidatos e militantes do movimento

Para realizar a sua investigação, o autor entrevistou sete lideranças, dentre elas seis que atuaram diretamente no processo de fundação do EPL ou como dirigentes, como já ressaltamos, das outras duas instituições que foram criadas, visando a contemplar as demais necessidades do

<sup>55</sup> Reportagem utilizada por Silva(2016), disponível em <http://www.greenpeace.org/usa/global-warming/climate-deniers/koch-pollution-on-campus/> recuperada pela plataforma do Archive. Acesso em: 20/05/2020

<sup>56</sup> Para saber mais: <https://mercadopopular.org/sobre/>. Acesso em: 15/01/20202

movimento. Isso é demonstrado pela pesquisa, ao identificar membros que atuaram na fundação do EPL, do MBL e do MP. O sétimo entrevistado atuou no processo de dirigente do MP.

O pesquisador constatou, por meio das entrevistas, a tentativa de desvincular as ações do EPL da filial norte-americana. Ao se questionar os entrevistados sobre qual a relação da SFL nas formulações políticas, as lideranças enfatizam a ligação de ambas as instituições, por meio de treinamentos, doações e adoção de práticas que foram bem-sucedidas, buscando identificar a autonomia do novo movimento nas pautas políticas. Para o autor, uma razão que explica esta omissão é o receio de afastar o público do movimento.

Entretanto, a primeira vinculação abordada pelo pesquisador que extrapola o ato de treinamento é identificada com a comparação entre os quadros de colaboradores das duas instituições. Dentre os 33 funcionários remunerados da SFL identificados pelo autor, três destes atuam na EPL: Juliano Torres, Bernardo Vidigal e Ivanildo Terceiro. Segundo Casimiro (2016), a criação do EPL se apresenta através dos vínculos internacionais e nacionais (CASIMIRO, 2016, p.346). Os vínculos internacionais já foram por nós expostos, quando apresentamos a influência da Atlas Network, e, agora, por meio da SFL na criação do EPL. Já os nacionais podem ser constatados observando a composição das lideranças do EPL

Ivanildo Santos Terceiro<sup>57</sup> informa, em seu perfil no LinkedIn, ser formado em Direito pela Faculdade Estadual da Paraíba (UEPB- 2019). Foi embaixador do EPL em 2012, diretor executivo do portal Libertarianismo (2013-2016), e atuou no setor de comunicações da SFL, no período de 2014 a 2017. Atualmente, atua como gerente de marketing da SFL Brasil. A partir desse primeiro mapeamento da organização do movimento estudantil, verificamos oportunidades de empregos, tendo em vista que, segundo Silva (2016), Ivanildo recebe por seu trabalho.

Outro filiado da SFL que exerceu funções no Brasil é Bernardo Vidigal. Analisando o currículo<sup>58</sup> deste, constatamos que, assim como Ivanildo, Bernardo atuou como funcionário das organizações desde 2015, apresentando, desde então, crescimento na empresa estudantil. Segundo seu perfil, ele estudou Relações Internacionais pelo IBMEC. Identificamos sua primeira inserção com o SFL em 2015, onde atuou como associado do SFLB gerenciando os coordenadores do movimento. O segundo passo para a ascensão na carreira é evidenciado em 2016, quando se tornou gerente de liderança do EPL, onde, além de gerenciar o programa de coordenadores das futuras filiais do movimento, ficou responsável por direcionar os recursos

<sup>57</sup> Disponível: <https://www.linkedin.com/in/ivanildo-santos-iii-8a4530a8/?originalSubdomain=br> Acesso em: 20/05/2020

<sup>58</sup> Disponível: <https://www.linkedin.com/in/bernardovidigal/?originalSubdomain=br> Acesso em: 20/05/2020

da instituição. De setembro de 2016 a outubro de 2017, trabalhou com o objetivo de aprimorar os cursos desenvolvidos pela SFL norte-americana, nomeados SFL Academy, que passam a fazer parte do SFLB a mesma estratégia passou a compor a formação de novos quadros de militantes políticos do MBL em 2021, o que abordaremos no terceiro capítulo. A nova ascensão da carreira se apresenta no mesmo ramo de função na SFL Academy. Em outubro de 2017, passa a atuar como diretor da instituição norte-americana, desenvolvendo a SFL Academy. Atualmente, Bernardo é diretor da Learn Liberty, desdobramento do SFL central para instruir seus membros e afiliados, a partir de vídeos produzidos por seus especialistas.

O último identificado por meio da pesquisa de Silva (2016) é Juliano Torres, formado em Publicidade pela Faculdade de Pitágoras. Segundo sua biografia disponível no site da Atlas<sup>59</sup>, Torres foi um dos fundadores do EPL em 2012. Segundo seu perfil na rede LinkedIn<sup>56</sup>, naquele mesmo ano, Torres foi responsável por convocar pessoas para criação da filial na qual atuou como diretor presidente nos anos de 2012 a 2018. Nesse mesmo perfil, é ressaltado que ele foi diretor do programa no Brasil pelo SFL no período de 2014 a 2016.

Portanto, por meio destes vínculos, pressupomos que exista uma tentativa de produzir uma filial do movimento no Brasil por meio de seus representantes, responsáveis por estabelecer o alinhamento ideológico e métodos de ação, que se estendem do simples apoio a doações e treinamentos, tal como as entrevistas concedidas pelas lideranças à Silva (2016) queriam enfatizar. A hipótese levantada pela pesquisa do autor, que justificaria estabelecer a autonomia do movimento nas pautas políticas, é de que os vínculos políticos evidentes poderiam dificultar a adesão de filiados e os trabalhos de formação nas escolas.

Casimiro (2016) verifica que a criação do EPL foi provida por vínculos internos e externos. Os externos são evidenciados pelas parcerias com a Atlas Network e o SFL. Entretanto, analisando o corpo de especialistas disponíveis para palestrar aos estudantes filiados da SFL, dentre os 18 apresentados no site, identificamos cinco pertencentes a outros institutos. São eles: David Boaz e Dr. Tom G. Palmer, vinculados à Cato Institute; Lawrence Reed, vinculado à Foundation For Economic Education (FEE); Linda Whetstone, vinculada à Atlas Network e membro do conselho da Mont Pelerin Society; e Winston Ling, vinculado ao IEE.

Em âmbito nacional, Casimiro (2016) identificou a ligação do EPL com outros aparelhos privados nacionais a partir da identificação de alguns dos fundadores do movimento. Para esse rastreamento, o autor analisou os seguintes fundadores: Fábio Ostermann, Anthony Ling e Juliano Torres (CASIMIRO 2016 p.347-348). Este último, como já identificamos,

---

<sup>59</sup> Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/about/people/juliano-torres> Acesso em: 22/05/2020

possuía uma relação de empregado do SFL. Segundo Casimiro (2016), Torres também submeteu artigos para o Instituto Rothbard Brasil.

Fábio Maia Ostermann<sup>60</sup> possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Por meio deste membro, são constatadas seis conexões do EPL com outros APHs, cinco deles nacionais e um internacional. A primeira ocorreu por meio de estágio na Atlas Network, em 2009. Além disso, Ostermann possui vínculo com a Institute for Humane Studies, instituição que recebe recursos da família Koch. Ele também atuou como diretor executivo do Instituto Liberdade (IL-RS), em 2010, e como diretor de formação do IEE, em 2011, tornando-se associado honorário em 2014. Foi gerente das relações institucionais do Instituto Ordem Livre, em 2012, passando a atuar em 2013 como diretor executivo. Em 2014, trabalhou como diretor das relações institucionais do IL e foi um dos fundadores da marca MBL, tornando-se um dos coordenadores nacionais do movimento, do qual se desvinculou em 2015<sup>61</sup>. Foi eleito deputado estadual pelo partido Novo no Rio Grande do Sul em 2018, e é também fundador do LIVRES.

O outro membro fundador é Anthony Ling<sup>62</sup>, graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), fundador e editor do “Caos Planejado” e diretor da Évora S.A. Possui conexão com dois APHs: o Instituto Millenium e o IEE, de cujo corpo de especialistas e membros participa. Vale destacar que este instituto teve como fundador Willian Ling, seu pai. Além disso, identificamos que seu tio, Winston Ling, fundador do Instituto Liberal do Rio Grande do Sul, atua como conselheiro do SFL.

É possível verificar conexões com outros APHs a partir do balanço financeiro da instituição. Em seu site, consta apenas o registro dos anos de 2012 a 2016, realizado pela empresa Tax Services Consultoria e Auditoria,<sup>63</sup> em 2016. Entretanto, só constam doações feitas a partir do ano de 2014. Neste, 3 doações foram realizadas pela Atlas Network, uma pelo Instituto Friedrich Naumann e duas aparecem como confidenciais.

Referente ao ano de 2015 — vale ressaltar, ano de diversas manifestações promovidas pelo MBL —, a Atlas Network realizou 6 doações. Dessas, quatro foram realizadas no mês de

<sup>60</sup> Disponível em: [https://www.linkedin.com/in/fabioostermann/?locale=pt\\_BR](https://www.linkedin.com/in/fabioostermann/?locale=pt_BR) Acesso em: 22/01/2021

<sup>61</sup> A desvinculação como coordenador do MBL é justificada pela falta de estatuto e diálogo para as ações do movimento. Para mais informações, ver matéria disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/eleito-no-sul-um-dos-fundadores-do-mbl-deixou-psl-por-causa-de-bolsonaro.shtml> acessada em: 22/01/2021

<sup>62</sup> Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/anthony-ling-3199a559/?originalSubdomain=br> Acesso em: 22/01/2021

<sup>63</sup> Atualmente, a página do EPL não se encontra disponível. Acessamos a fonte por meio da plataforma Archive.

janeiro, uma no mês de fevereiro e a última no mês de novembro. Identificamos, também, uma doação no mês de março realizada por Willian Ling; uma da empresa Suzano papel e celulose S.A; duas da SFL; e uma confidencial.

Em 2016, identificamos três doações da Atlas Network, nos valores de R\$ 49.837,00; R\$ 31,672,00 e 57,917,00. Além dessas, verificamos 12 doações confidenciais, nos valores consideráveis de R\$ 200,00; R\$ 269,56; R\$ 1.000,00; R\$ 1.000,00; R\$ 4.912,50; R\$ 30.000,00; R\$ 260,00; R\$ 1.000,00; R\$ 3.315,58; R\$ 72.755,78; R\$ 5.000,00 e, finalmente, datada em 23/08/2016, de R\$ 32.000,00. Houve uma única doação realizada pelo SFL, no valor de R\$ 36.430,00, e uma doação pelo Instituto Friedrich Naumann, de R\$ 1.752,72.

Consideramos importante ressaltar os números das quantias doadas em 2015 e 2016, tendo em vista os protestos realizados que culminaram no processo de impeachment no ano de 2016. Levando em conta a somatória apenas das doações em caráter confidencial, temos a quantia de R\$151.713,42 (cento e cinquenta e um mil, setecentos e treze reais e quarenta e dois centavos).

Baggio (2016), analisando o mesmo balanço financeiro explícito por nós, levanta a hipótese de que as doações de caráter confidencial poderiam ter sido doadas internacionalmente, e completa deduzindo que parte destes recursos podem ser sido repassados para o MBL para os financiamentos dos protestos, hipótese com a qual concordamos (BAGGIO, 2016, p. 13).

As primeiras diferenças observadas por Silva (2016) entre o EPL e a organização estudantil, compreendendo esta como formada espontaneamente por estudantes, foram diagnosticadas ao evidenciar a estrutura que foi montada na 4ª Conferência Nacional do EPL, em 2015, organizada fora do ambiente universitário, com debatedores internacionais e nacionais. A distinção do perfil do público no evento, onde alguns participantes utilizavam roupas formais, também é destacada pelo autor. Outra diferença do EPL para o movimento estudantil é representada por meio do prêmio de 5 mil reais concedido pelo EPL ao projeto, que permitia o desenvolvimento do movimento. Nessa constatação, é possível identificar o investimento financeiro no EPL, que vai além do treinamento, considerando, por exemplo, o prêmio distribuído.

A origem do EPL, no site<sup>64</sup>, é marcada em 2010, tendo início por meio de blog, no qual escreviam Juliano Torres e Anthony Ling. O primeiro projeto deste blog foi a criação da revista

---

<sup>64</sup>Atualmente o site encontra-se indisponível. Recuperamos essas informações por meio da plataforma Archive, datadas de 15 de maio de 2017.

acadêmica “Estudos pela Liberdade”, composta por dois grupos: círculo de estudos Roberto Campos e círculo Bastiat, ambos formados na universidade, o primeiro na UFRGS e o outro na Faculdade de Pitágoras. Entretanto, somente em 2012, por meio do seminário de verão realizado pelo Instituto Ordem Livre, é que a nova configuração foi definida.

Em reportagem disponibilizada no site <sup>65</sup>do SFL, é identificado que a ideia de formular uma filial no Brasil surgiu a Fábio Ostermann após ele conhecer o cofundador do movimento, Alexander McCobin, e o trabalho desenvolvido por eles. A filial é criada em 2010. Nesse primeiro momento, as atividades eram restritas regionalmente, mas, com a contribuição do Instituto Ordem Livre, o projeto se tornou nacional. O importante a frisar é que, em 2010, a organização já tinha a perspectiva de ser filial do movimento.

O EPL tem por objetivos:

Oferecer treinamentos de aperfeiçoamento profissional, online e de qualidade; Ajudar na melhoria da qualidade do ensino e a distância; Desenvolver técnicas de oratória e comunicação profissional; Auxiliar os estudantes na criação de narrativas e retóricas; Auxiliar o estudante na criação e gestão de think tanks ou Startup; Divulgar a informação e conhecimentos aos que buscam uma sociedade mais livre; Criação de conteúdo e tradução de artigos e vídeos possibilitando maior acessibilidade aos falantes de português.<sup>66</sup>

Com base nestes objetivos, identificamos compatibilidades das duas instituições que contemplam as táticas de ação para promovê-las. Sendo assim, localizamos no site os cursos de formação, eventos como fórum estaduais, e um conjunto de projetos, dentre os quais destacamos: a disponibilização do diagrama de Nolan, que tem por objetivo identificar a característica política do indivíduo e os índices de liberdade econômica e de liberdade humana; a confecção do guia explicativo sobre a inflação, denominado inflacionômetro; o desenvolvimento e a disponibilização do aplicativo Impostômetro de Bolso; o projeto Liberdade na Estrada, que visa a identificar oportunidades de eventos internacionais e proporcionar a participação dos filiados do EPL gratuitamente; por fim, a disponibilização de cursos e, como suporte de estudos, a indicação de livros para compra.

Em 2016, a partir do desentendimento entre os membros do EPL, é criado o Students For Liberty Brasil<sup>67</sup>. Diferente do EPL, esta nova instituição se define como filial do movimento norte-americano, fato atestado pela configuração do site e pelo uso do mesmo nome. Os objetivos das duas organizações brasileiras eram idênticos (instruir e formar lideranças nas

<sup>65</sup> Disponível em: <https://studentsforliberty.org/north-america/blog/success-stories/fabio-ostermann/> Acesso em: 15/02/2021

<sup>66</sup> Foram retirados por meio da plataforma Archive no dia 14 de fevereiro de 2017.

<sup>67</sup> Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/estudantes-pela-liberdade-desafia-hegemonia-da-esquerda-9qk7kw1vsghnu6ulrnup1s6kq/> Acesso em: 15/02/2021

escolas). O modo de ação para alcançá-los é realizado através de cursos, eventos, treinamentos de lideranças e campanhas. A campanha atual identificada por nós chama-se "Brasil empreende", realizada em conjunto com a Atlas Network e com o LIVRES.

Para abordar as demais dimensões sem interferir no vínculo com a SFL, foram criados dois aparelhos com objetivos diferentes, ambos em 2013. O primeiro deles foi o Mercado Popular, que, segundo Silva (2016), tem como finalidade produzir conhecimentos a respeito da direita. O autor verifica a ligação do EPL com o MP por meio de seus criadores e intelectuais, lista composta por membros e ex-membros do movimento, e identifica que o movimento se tornou um instituto que visa a produzir conhecimentos originais, produzindo como campo de disputa, visando à construção de hegemonia no âmbito das pesquisas acadêmicas.

Por fim, o último projeto que compõe a Rede EPL é denominado Movimento Brasil Livre (MBL). Localizamos seu surgimento em 2013, motivado pelas manifestações contrárias aos aumentos dos preços dos transportes públicos. Segundo a reportagem de Mariana Amaral (2016), o MBL surge como uma marca, para conduzir e organizar os membros do EPL que gostariam de participar dos protestos. Quando findaram as manifestações, a condução da marca e da página foi repassada para membros do EPL e pessoas treinadas pelo movimento, como podemos verificar na reportagem de Amaral (2016), na qual entrevista Juliano Torres:<sup>68</sup>

Quando teve os protestos em 2013 pelo Passe Livre, vários membros do Estudantes pela Liberdade queriam participar, só que, como a gente recebe recursos de organizações como a Atlas e a Students for Liberty, por uma questão de imposto de renda lá, eles não podem desenvolver atividades políticas. Então a gente falou: Os membros do EPL podem participar como pessoas físicas, mas não como organização para evitar problemas. Aí a gente resolveu criar a marca, não era uma organização, era só uma marca para a gente se vender nas manifestações como Movimento Brasil Livre. Então juntou eu, Fábio [Ostermann], juntou o Felipe França, que é de Recife e São Paulo, mais quatro ou cinco pessoas, criamos a logo e a campanha de Facebook. E aí acabaram as manifestações, acabou o projeto. E a gente estava procurando alguém para assumir, já tinha mais de 10 mil likes na página, panfletos. E aí a gente encontrou Kim [Kataguirí] e Renan [Haas], que afinal deram uma guinada incrível no movimento com passeatas contra Dilma e coisas do tipo. Inclusive, o Kim é membro da EPL, então ele foi treinado pela EPL também. E boa parte dos organizadores locais são membros da EPL. Eles atuam como integrantes do Movimento Brasil Livre, mas foram treinados pela gente, em cursos de liderança. O Kim, inclusive, vai participar agora de um torneio de pôquer filantrópico que a Students For Liberty organiza em Nova York para arrecadar recursos. Ele vai ser palestrante.” (AMARAL, 2016)

Para contornar a impossibilidade de participar das manifestações, a marca foi criada. Nesse sentido, não havia, nesse momento, a intencionalidade de longa duração do movimento. Em virtude do engajamento da página, a marca foi repassada para membros do EPL para que a conduzissem, como é o caso de um dos fundadores do movimento, Kim Kataguirí, que, de

<sup>68</sup> Disponível em: <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/> Acesso em: 20/02/2021

acordo com a citação, recebeu treinamentos realizados pelo EPL. Nessa transferência, tinha-se a perspectiva de transformar a marca em um movimento de cunho político.

Esse objetivo é ressaltado a partir das manifestações realizadas nos anos de 2015 e 2016, quando é possível verificar as pautas do campo da Nova Direita, como o pedido de impeachment e o movimento anticorrupção. De acordo com Baggio (2016), o MBL constava na lista de parceiros da Atlas no ano de 2016. Entretanto, o nome foi retirado em junho, segundo a autora numa tentativa de ocultar a parceria, e transformar o pedido de impeachment numa reivindicação nacional. No próximo tópico, trataremos do processo de formalização e estruturação do movimento, compreendendo-o enquanto movimento de cunho político.

#### **2.4- Formalização do Movimento Brasil Livre (MBL).**

Como evidenciamos, a criação do MBL emerge num contexto em que já existiam diversos APHS de cunho doutrinário no Brasil. Mapeamos o surgimento do MBL a partir das conexões com a Atlas Network e com a SFL. Segundo Colombo (2018), o SFL tem como mentor Alejandro Antonio Chafuen (presidente da Atlas). Além deste vínculo, identificamos que o EPL recebe suporte financeiro destas duas instituições, bem como apoio por meio de treinamentos. Tendo em vista que estas duas instituições se apresentam como apartidárias, como já mencionamos, o EPL não poderia participar das manifestações ocorridas em junho de 2013 ou de qualquer outra de cunho político.

Durante as manifestações, com o objetivo de burlar o impedimento jurídico e, assim, participar delas, foi criada a marca MBL. Além dessa finalidade, a marca criada passou a divulgar os protestos na página da rede social Facebook. Importa ressaltar que as manifestações de junho visavam à diminuição dos preços dos transportes públicos, mas, com seu engrossamento, foram incorporando outras pautas de demandas sociais, portanto, contrárias às defendidas pelo MBL e a Nova Direita, fato já identificado por Baggio (2016).

De acordo com a reportagem de Amaral (2016), foi após as manifestações de 2013 que o movimento passou a ser conduzido por Kim Kataguiri e Renan Santos. É importante destacar que, durante as manifestações de 2013 e as que se sucederam em 2014, o MBL se declarava apartidário, levantando como bandeira a anticorrupção e o pedido de impeachment.

Como modo de atuação para o convencimento, o MBL realiza a divulgação por meio de plataforma de redes sociais como Facebook, Instagram, Twitter, YouTube, Tik Tok e podcasts, visando a alcançar, sobretudo, um público mais jovem. Além desses canais, o MBL desenvolve

suas ações por meio do site oficial e de seu portal de notícias, denominado MBL News, que funciona como um jornal, trabalhando com temas sobre política, economia e opinião.

O MBL, sediado em São Paulo, possibilita a abertura de filiais, com a finalidade de emplacar seus projetos políticos em âmbito municipal. Para manter o alinhamento político e ideológico, formulou o Manual para Abertura de Filiais. É por meio desta fonte primária que conseguimos identificar a forma de organização e os objetivos da instituição. O manual é dividido em cinco partes: 1) programa ideológico; 2) organização formal; 3) atuação prática; 4) ocupação dos espaços; e 5) encerramento formal dos movimentos municipais, identificando, por fim, os parceiros.

Na introdução do manual, o MBL atribui o surgimento de novos grupos liberais e conservadores à falta de oposição política, enfatizando que o Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB) não correspondia às necessidades do país. Logo, nesta introdução é possível entender que os objetivos esperados das filiais são de cunho político. Em 2015, o MBL se identifica como suprapartidário, atribuindo às filiais a função de formar ativistas e modificar as políticas públicas em âmbito municipal.

O primeiro tópico do manual engloba minuciosamente o programa ideológico defendido pela nacional (MBL), que deverá balizar a atuação das filiais e as instruções de seus afiliados, que passaram a pautar os projetos políticos tendo como base o projeto ideológico. Segundo o documento, o MBL e seus afiliados seguem os seguintes valores e princípios:

#### Valores

- Liberdade e responsabilidade
- Paz e proteção a direitos individuais
- Livre iniciativa e empreendedorismo
- Incentivo ao trabalho e respeito a propriedade privada
- Igualdade perante a lei
- Democracia

#### Princípios

- Autonomia do indivíduo e a Liberdade contratual
- Livre Iniciativa
- Primazia do indivíduo sobre o Estado
- Livre Mercado
- Respeito à propriedade privada
- Eficiência
- Inovação
- Transparência
- Meritocracia
- Estado de direito
- Democracia representativa
- Visão a longo prazo.

(MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015, p.13)

Tomando como base este conjunto de princípios e valores, o MBL propõe que suas filiais montem seus projetos políticos. Entendemos que princípios como livre mercado, livre iniciativa e defesa da meritocracia são amplamente divulgados pelo movimento. É com base neles que o MBL defende o crescimento da iniciativa privada, por meio do oferecimento de serviços como saúde e educação. Tendo em vista a formação de novos ativistas, após o processo de abertura das filiais, o manual estabelece que as novas unidades têm o período de seis dias para montar a biblioteca liberal. No próprio manual, inclusive, são elencados os livros que não podem faltar nesta biblioteca. São eles:

- As seis lições- Ludwig Von Mises
  - O Dinossauro- José Oswaldo de Meira Penna
  - O que é liberalismo? – Donald Stewart Jr.
  - Economia Numa Única Lição- Henry Hazlitt
  - Pare de acreditar no governo- Bruno Garschagen
  - A Lei – Frédéric Bastiat
- (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015, p.15)

Nota-se, além da referência obrigatória de Mises, o livro de Donald Stewart Jr., fundador do Instituto Liberal. Segundo o manual, a partir da abertura da filial e da montagem da biblioteca, ela deverá ficar disponível para os membros. O objetivo é a formação intelectual para defender os projetos políticos e realizar a condução do consenso no âmbito da sociedade civil, visto que o MBL visa a atuar simultaneamente nas duas esferas.

A segunda parte descrita no manual identifica a organização formal de membros e coordenadores. Segundo este documento, poderão atuar como coordenadores pessoas vinculadas a partidos, desde que não sejam partidos considerados de esquerda. Para não haver desentendimento quanto a este quesito, o documento ressalta que podem atuar como coordenadores e membros efetivos pessoas filiadas a partidos neutros, identificando como neutros as seguintes legendas: PSDB, DEM, PMDB, PV, PSC, NOVO, PRP, PSP, PPS, PTdoB e PRTB. Entretanto, enfatiza que o MBL e, portanto, as filiais, não possuem relação com estes partidos filiados. Outro quesito estabelecido para atuar como coordenador é o conhecimento do liberalismo e autores liberais. Fica estabelecido que podem atuar como colaboradores e apoiadores membros de qualquer partido político, exceto os de esquerda.

Neste tópico, o manual enfatiza que as novas filiais deverão buscar recursos próprios para manter a demanda da organização, ressaltando a proibição de recebimento de verbas de partidos políticos. Elaborados estes procedimentos, fica estabelecido que o lançamento oficial da nova organização ocorrerá com a abertura da página da filial na rede social Facebook, que será compartilhada pela nacional.

Compreendemos o terceiro tópico abordado no documento como o ponto-chave para compreender os objetivos das filiais e, portanto, do MBL. Este tópico tem como título “Atuação prática: ocupação dos Espaços”, e visa a estabelecer os mecanismos de ação dos membros efetivos e coordenadores para influenciar os projetos políticos implementados. O movimento entende que, após as leituras de referência da biblioteca e dos debates produzidos pelos filiados, os membros terão bagagem para defender os projetos políticos defendidos pelo MBL. É neste tópico que são delimitados os objetivos das filiais:

O objetivo fundamental dos grupos, como explicado anteriormente, é a ocupação dos espaços políticos e a destruição sistemática do pensamento e prática estatista e esquerdista ao longo do município afora. Faremos política de verdade, e isso implica dialogar e negociar, por vezes, com aqueles que combatemos e repudiamos. (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015, p. 24)

Neste terceiro tópico, são evidenciadas as ações dos afiliados para tomadas do debate público. O primeiro espaço analisado é o ambiente virtual; aqui, afirma-se que os filiados devem ocupar os espaços de discussões do Facebook onde são debatidas as políticas municipais. Logo, as filiais devem disputar a hegemonia nestes espaços para fazer presente seus projetos políticos, combatendo as ideias de esquerda. Em casos extremos, onde os membros das filiais são expulsos dos grupos por conta de suas ideias, o manual estabelece como resposta a criação de outro grupo, de modo público, para se discutir a mesma temática, contudo, deve-se pedir ajuda para o debate a membros de outras filiais.

O segundo ponto abordado neste tópico denomina-se “pesquisa de campo”, onde os membros da filial devem ir às ruas, entrevistar a população local sobre os serviços públicos oferecidos e questionar sobre as ideias liberais. O documento apresenta como exemplo de pauta para entrevista a desregulamentação do transporte público, ação que permitirá, segundo o manual, a aproximação do novo movimento com a comunidade e a apresentação das ideias liberais e do próprio movimento. Após todo o levantamento realizado, a filial deve realizar uma análise dos dados coletados, em formato de texto, para ser publicada no blog do movimento. O documento também explicita que a filial deve procurar a imprensa local para divulgação dos resultados obtidos.

Outro método de divulgar a filial e as ideias liberais, segundo o texto, deve ser os cursos de formação política. Dependendo do município, o curso poderá ser ministrado uma ou duas vezes ao ano. Nessa organização, o manual sinaliza cada etapa do processo para elaboração.

Assim, ao menos duas vezes por ano (dependendo do tamanho do município), recomenda-se realizar um curso ou evento, preferencialmente de forma gratuita e em espaço físico que garanta conforto e qualidade técnica. É necessária a participação de um dos membros estaduais ou nacionais do Movimento Brasil Livre para palestrar a respeito do movimento e propagar as ideias na cidade. Adicionalmente, convém-se

agregar cientistas políticos, filósofos, empresários e moradores da cidade discutindo pautas a respeito dos problemas na conjuntura municipal, nacional e internacional. Tal curso deve possuir ampla divulgação com ao menos 60 dias de antecedência, bem como anúncio prévio na página central do Movimento Brasil Livre para auxílio técnico, ideológico e propagandístico. O evento deve se estender durante todo o dia e preferencialmente num sábado. Serão entregues certificados a todos os indivíduos presentes como forma de atrair maior público para participar do evento (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015. p.37)

Para o curso de formação, deve-se convidar um membro da nacional ou estadual, além de algum membro de referência na região. Pela leitura do documento, entende-se que o trabalho inicial das filiais é de formação de base, para posteriormente trabalhar na promoção das políticas públicas do movimento. Para tanto, o documento enfatiza a necessidade de formação de grupo de estudos, identificando a necessidade de manter reuniões “uma vez por semana”, com base na biblioteca criada.

Outra forma de atrair novos membros e divulgar o movimento é através de eventos culturais; entretanto, nesse quesito não há critérios para organização, e o documento confere autonomia às filiais. Como forma de impulsionar os projetos políticos, o manual estabelece como modo de ação presenças semanais na Câmara Municipal, incentivando os membros das filiais a elaborar projetos de leis liberais, apresentando como modelo de exemplo para os disponibilizados no site do Mises Brasil e no Portal Libertarianismo (projeto formulado pelo EPL).

Para a elaboração de projetos de leis liberais, a Nacional do MBL disponibiliza auxílio técnicos e peritos; além disso, o manual incentiva aos afiliados a concorrerem às eleições municipais ou participarem da atuação política por meio de cargos, como, por exemplo, de secretário. Por fim, o documento enfatiza que as filiais têm autonomia para realizar trabalhos internamente, respeitando as normas estabelecidas.

O quinto tópico do documento identifica os parceiros do movimento. Nesse tópico, são abordados dois deles: o primeiro é o IL e o segundo é o Instituto Mises Brasil (IMB), apresentado no documento como referência em projeto de leis liberais. O IMB foi fundado e é presidido por Hélio Beltrão. Segundo as informações do site do instituto<sup>69</sup>, Beltrão é graduado em Finanças, e fundador e membro do conselho consultivo do Instituto Millenium. Segundo Casimiro (2016), o IMB foi criado em 2009 e lançado no Fórum da Liberdade em 2010. De acordo com este autor, o instituto é autônomo do instituto criado nos Estados Unidos.

---

<sup>69</sup> Disponível em: <https://www.mises.org.br> Acesso em: 25/02/2021

Assim como o MBL, o IMB é uma organização sem fins lucrativos, que não disponibiliza a lista de parceiros. Segundo o site, o instituto se mantém por meio da venda de produtos personalizados e de cursos. São os objetivos do IMB:

I-Promover os ensinamentos da escola econômica conhecida como Escola Austríaca; II-restaurar o papel da teoria, tanto da ciências econômicas quanto nas ciências sociais, em contraposição ao empirismo; III- Defender a economia de mercado, a propriedade privada, e a paz nas relações interpessoais e opor-se às intervenções estatais nos mercados e nas cidades. (INSTITUTO MISES BRASIL,2021<sup>70</sup>)

No site, na sessão “Sou novo em Escola Austríaca”, é disponibilizado um conjunto de oito livros, dentre os quais três estão presentes na listagem obrigatória para filiais do MBL. As obras que atuam como referência do IMB são Ludwig Von Mises, F. A, Hayek e Murray Rothbard. Dentre os especialistas presentes no IMB, identificamos o professor de filosofia Dennys Garcia Xavier, diretor de pesquisas da UniLivres e coordenador do SFLB.

Assim como o MBL, o instituto explora o uso das redes sociais, buscando atender com isso um público mais jovem. Além das plataformas das redes sociais, o IMB disponibiliza em seu site um conjunto de entrevistas em formato de podcasts, apresentado por Rodrigo Marinho. Identificamos que Rodrigo Marinho compõe o conselho administrativo do Mises Brasil e o conselho da revista do mesmo instituto, além de atuar como presidente do Instituto Liberal do Nordeste (ILIN) e como diretor legislativo da liderança do Partido Novo.

O IMB atua como importante instituto de formação de base de militância liberal e como importante divulgador dessas ideias, atuando na formação por meio da disponibilização de uma biblioteca virtual, disponibilizando livros e artigos. Desde 2010, realiza o Seminário de Escola Austríaca, curso de extensão, e mantém um curso de pós-graduação em Escola Austríaca com matérias nas áreas de economia, direito, filosofia e política. Este curso já formou turmas em 2016, 2017 e 2018. Realiza desde 2016 o Summer School, seminário realizado no período de quatro dias, onde, segundo o site<sup>71</sup>, são selecionados trinta alunos. Além deste amplo processo de formação, o instituto mantém uma revista acadêmica.

Feitas as considerações sobre este importante parceiro do MBL, voltaremos à análise do manual para abertura de filiais. O último quesito a ser analisado são os critérios para o estabelecimento para fechamento das filiais. Segundo o documento, o encerramento é realizado por três motivos: o primeiro ocorre quando a filial consegue implementar os seus objetivos, isto é, quando a filial consegue formular e implementar políticas públicas e modificar o cenário político “transformando num espaço verdadeiramente democrático” (MOVIMENTO BRASIL

<sup>70</sup> Disponível em: <https://www.mises.org.br/About.aspx> Acesso em: 13/03/2021

<sup>71</sup> Disponível em: <https://summer.mises.org.br> Acesso em: 13/03/2021

LIVRE, 2015, p.34). O segundo motivo ocorre quando se excede o tempo de 20 (vinte) anos, e o terceiro, quando se descumpre o manual.

O MBL não disponibiliza a sistematização de suas lideranças municipais, estaduais e nacionais ou o número de seus filiados. Por este motivo, não é possível ter a proporção do movimento. Entretanto, em 2019, o MBL lançou um filme documentário denominado “Não vai ter Golpe!”, objetivando contar a história do movimento, estabelecendo como marco temporal a “Marcha pela Liberdade”. Neste documentário, é possível identificar a ligação do movimento com o VPR e com o Movimento Revoltados Online, ao passo que se evidencia a diferença do MBL para este movimento, ao não apoiar a volta da ditadura militar. Ficaram de fora do documentário as ligações do movimento com instituições internacionais, como evidenciamos com a Atlas Network e com o Students for Liberty.

Identificamos por meio do filme as principais lideranças do MBL, mas, para a análise, foram consideradas apenas lideranças identificadas como “fundadores do MBL” e “coordenadores do MBL”. Ficaram de fora da análise os identificados como “ativistas do MBL”. Foram identificados como fundadores: Renan Santos, Pedro D’eyrot, Kim Kataguiri, Rubinho Nunes, Rafael Rizzo, Alexandre dos Santos, Frederico Rauh e como coordenadores do movimento: Fernando Holiday, Ian Garcez (conhecido como o “ministro”), Renato Battista e Ivan Gunther.

Renan Antônio Ferreira dos Santos atua como fundador e coordenador do MBL. Segundo o documentário produzido pelo movimento, entrou na faculdade de Direito pela USP-SP mas abandonou a faculdade. Em sua rede social, Renan se apresenta como colunista do jornal Gazeta do Povo. Segundo a reportagem de Flávia Martinelli<sup>72</sup>, Renan responde a mais de 60 processos sobre não pagamento de dívidas fiscais, danos trabalhistas, entre outros processos.

O segundo identificado como fundador e coordenador do movimento é Pedro Augusto Ferreira Deiro (Pedro D’eyrot). Segundo a biografia disponível no site do MBL<sup>73</sup>, é ex-integrante da “Banda do Rolê” e apresentado como publicitário e produtor musical. Contudo, no filme documentário, a informação é que Deiro abandonou a faculdade para fundar a banda. Não conseguimos identificar se ele, de fato, concluiu a graduação.

---

<sup>72</sup> Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/carrao-na-ciclofaixa-traffic-de-vinho-comerciantes-enganados-e-bundinda-que-o-kataguiri-nao-requebra-o-que-vimos-na-festa-junina-do-mbl/>. Acesso em: 13/03/2021

<sup>73</sup> Informações recuperadas pela biblioteca do archive, disponível em: <https://web.archive.org/web/20201003202120/https://mbl.org.br/ourteam/pedro-deyrot/>. Acesso em: 3/03/2021

Identificamos como terceiro fundador e coordenador nacional Kim Patroca Katagui. Segundo Rebeca Fuks<sup>74</sup>, Kim estudou processamentos de dados na escola técnica da Unicamp e cursou Economia, porém abandonou o curso. Também atua como youtuber, trabalhou como colunista da Folha de São Paulo e do The Huffington Post Brasil, e é autor do livro "Quem é esse moleque para estar na Folha de São Paulo?" (2017)". Atualmente, é estudante de Direito pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e trabalha como deputado federal de São Paulo (DEM-SP).

Rubens Alberto Gatti Nunes (Rubinho Nunes) foi fundador e atua como coordenador nacional, eleito com apoio do movimento a vereador<sup>75</sup> de São Paulo em 2020. Rubens é conhecido por ser o advogado do MBL. Segundo o site<sup>76</sup> do movimento, é formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC- Campinas) e possui pós-graduação em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Rafael Rizzo, segundo informações extraídas do site do MBL<sup>77</sup>, possui graduação em Produção Fonográfica pela Universidade Anhembi Morumbi, e no movimento atua como diretor de comunicações. Não foi possível encontrar outras informações.

Alexandre Henrique Ferreira dos Santos, fundador do MBL, é apresentado no filme documentário "Não Vai Ter Golpe!" (2019) como um dos fundadores da produtora NCE Serviços de Filmagens, empresa titular do longa-metragem. Segundo a película, Alexandre abandonou a faculdade. Na biografia no site do MBL, é apresentado como cineasta. De acordo com a reportagem de Vinicius Segalla<sup>78</sup> na Carta Capital, Santos matriculou-se na faculdade de Comunicação Social pela Fundação Armando Álvares (FAAP) em 2013, mas deixou de pagar as mensalidades entre agosto e novembro daquele ano, ano das "jornadas de junho". Em 2014, abandonou a faculdade, e consta na reportagem que a instituição precisou recorrer à justiça para receber a dívida.

O último fundador identificado foi Frederico Rauh, que, junto com Alexandre, fundou a NCE Serviços de Filmagens, segundo reportagem de Miguez<sup>79</sup> na Piauí. Cursou publicidade na Fundação Armando Álvares Pentead, mesma faculdade de Alexandre.

<sup>74</sup> Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/kim\\_katagui/](https://www.ebiografia.com/kim_katagui/)> Acesso em: 19/03/2021

<sup>75</sup> Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/eleicoes/2020/candidatos/sp/sao-paulo/vereador/rubinho-nunes,51051>>. Acesso em: 19/03/2021

<sup>76</sup> Disponível em: <<https://mbl.org.br/ourteam/rubinho-nunes/>>. Acesso em: 19/03/2021

<sup>77</sup> Disponível em: <<https://mbl.org.br/ourteam/rafael-rizzo/>>. Acesso em: 19/03/2021

<sup>78</sup> Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/justica/fundador-do-mbl-da-calote-em-faculdade-e-foge-da-justica/>>. Acesso em: 21/03/2021

<sup>79</sup> Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-mbl-vai-ao-cinema/>>. Acesso em: 21/03/2021

Identificamos como coordenador nacional do MBL Fernando Silva Bispo (Fernando Holiday). Segundo reportagem da Veja produzida por Eduardo Gonçalves<sup>80</sup>, Holiday entrou para o MBL em 2015. Ficou conhecido por realizar críticas às políticas de cotas raciais, que, em sua opinião, “incentivam o racismo”. Atua como youtuber. Foi eleito vereador pelo DEM-SP, com apoio do MBL, em 2016. Atualmente cursa História pela Universidade Presbiteriana.

Atua como coordenador Ian Garcia (o “Ministro”). No documentário, é apresentado como “Olavete” (seguidor de Olavo de Carvalho). Não foi possível encontrar outras informações. Renato Battista é apresentado no site do MBL <sup>81</sup>como graduado em Relações Internacionais pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Possui pós-graduação em Ciências Políticas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), e, segundo sua biografia na plataforma da rede social, atua como presidente do Patriota São Paulo.

Por fim, identificamos como coordenador nacional de Brasília, Ian Guther, youtuber e aluno do Academia MBL, que visa a formar as futuras lideranças do movimento. Trataremos sobre este assunto no último capítulo.

Durante as primeiras manifestações em 2013, o movimento definia-se como apartidário (BARBOSA, 2017). Posteriormente, na fase de formalização jurídica, na qual passa a ser conduzido por Kim Kataguiri e Renan dos Santos, o MBL passa a ser definido como suprapartidário. Essa mudança é materializada no manual para abertura de novas filiais, que, como identificamos, tem como finalidade instruir a base e formular e implementar políticas públicas a nível municipal, produzindo as modificações a partir dos municípios. Analisando o perfil das lideranças mapeadas neste trabalho, verificamos o envolvimento de jovens, em sua maioria sem vínculos com empresas e que, durante as primeiras manifestações, ou não possuíam ensino superior ou abandonaram a faculdade.

Como ressaltamos, não é possível verificar a dimensão dos números de filiados aos núcleos municipais ou nacionais, mas é possível analisar em quais Estados as filiais estão inseridas. Por meio do site do MBL, na sessão de doações “Ajude seu Núcleo”, identificamos a implementação das filiais nos seguintes Estados: Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins<sup>82</sup>.

<sup>80</sup>Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/holiday-o-cozinha-da-periferia-e-a-dificil-estrela-parlamentar/>>. Acesso em: 24/03/2021

<sup>81</sup> Disponível em: <<https://mbl.org.br/ourteam/renato-battista/>>. Acesso em: 24/03/2021

<sup>82</sup> Atualmente o site não está disponível.

O MBL não divulga a lista de parceiros e financiadores. Parte de suas receitas é justificada com a loja virtual, onde são vendidos produtos personalizados, com a doação de membros e simpatizantes do movimento, com as filiações e vídeos monetizados no YouTube e com a prática de doações realizadas por meio do Superchat. Entretanto, devido às vinculações com EPL, desconfia-se que o MBL possa ter recebido parte das doações realizadas ao movimento, sobretudo no período da segunda onda de manifestações, onde, de acordo com o balanço financeiro do EPL, a instituição recebeu recursos da Atlas Network e do SFL e outros de caráter confidencial. De acordo com Baggio (2016), o movimento contava na listagem de parceiros da Atlas Network; entretanto, no período de votação do impeachment houve a ocultação desta parceria.

De acordo com o manual para as filiais, são vedadas as doações de partidos políticos ao movimento. Todavia, segundo a reportagem de Pedro Lopes e Vinicius Segalla <sup>83</sup> ao portal de Notícias UOL, o movimento recebeu apoio de legendas na forma de pagamento de materiais e disponibilização de carro de som para as manifestações a favor do impeachment.

Em reportagem veiculada pela revista Piauí<sup>84</sup>, produzida por Bruno Abbud, em 2017, portanto após o período de intensa manifestação que culminou no impeachment, são identificadas conversas do MBL com 158 empresários, nas quais o grupo buscava financiamento. Em troca, a organização se prontificava em encaminhar as demandas dos empresários ao debate público e ao encontro de lideranças políticas.

A partir da segunda fase do MBL, com a formalização do documento para abertura de filiais, identificamos que um de seus objetivos é participar do processo eleitoral para implementar os projetos liberais. Identificamos a inserção do movimento nas eleições de 2016, ano em que, segundo Souza, Messias e Espiñeira (2017), o MBL apresentou 46 candidaturas para vereador, 1 candidato para prefeito e 1 para vice-prefeito, conseguindo eleger oito vereadores. São eles: Fernando Holiday (coordenador do MBL, eleito pelo DEM em São Paulo), Marschelo Merche (líder local do MBL, eleito pelo PSDB em São Paulo) e Carolina Gomes (líder local do MBL eleita pelo PSDB em São Paulo); dois pelo Rio Grande do Sul, Ramiro Rosário (um dos fundadores do MBL, no RS, eleito pelo PSDB) e Leonardo Braga (líder local do MBL, eleito pelo PSDB); dois no Paraná, Felipe Barros (eleito pelo PRB, atuou como presidente do diretório central de Londrina) e Homero Marchese (docente e ex-servidor público do tribunal de contas do Estado de Paraná, eleito pelo PV); e uma em Sergipe, Emília

<sup>83</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm> Acesso em: 06/04/2021

<sup>84</sup> Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-grupo-da-mao-invisivel/> Acesso em: 06/04/2021

Corrêa (eleita pelo PEN atualmente denominado Patriota e defensora pública e comunicadora de rádio e televisão).

Pelo mapeamento realizado pelos autores, compreendemos que o MBL, nas primeiras eleições que participou, apoiou a candidatura de membros das filiais do movimento e de outros candidatos que simpatizavam com suas pautas políticas. Identificamos que a mesma estratégia foi utilizada nas eleições do ano de 2018, onde o movimento apoiou a candidatura de coordenadores e de candidatos que “subscreveram a legenda”, que são candidatos que apoiam as pautas do movimento. Nas eleições de 2018 foram apoiados 29 candidatos, sendo 11 eleitos.

Foram eleitos <sup>85</sup>os seguintes coordenadores para o cargo de deputado Estadual: Ulysses de Moraes (DC, Mato Grosso), Homero Marchese (Paraná, eleito pelo PROS) e Arthur Moledo do Val (eleito pelo DEM- SP). Ulysses Lacerda Moraes<sup>86</sup> possui graduação e pós-graduação em Direito, e foi eleito deputado estadual com 28 anos. Defende a redução dos cargos públicos, por este motivo não aceita os benefícios do cargo. Segundo seu perfil na rede social <sup>87</sup>, atua como palestrante e professor.

Homero Marchese, de acordo com seu site<sup>88</sup>, é formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e possui mestrado pela mesma universidade. É professor e ex-servidor público do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR). Foi eleito vereador nas eleições de 2016 pelo PV. Como deputado estadual, elaborou o projeto de lei nº 440/2020, que visa a tornar públicas as informações de trabalho docente, tais como frequência dos professores e alunos nas universidades públicas estaduais<sup>89</sup>.

O último candidato eleito para cargo para deputado estadual como coordenador do movimento foi Arthur Moledo do Val<sup>90</sup>(DEM). Conhecido por seu canal no YouTube “Mamãe falei”, Arthur estudou Engenharia Química na Escola de Engenharia Mauá. É empresário e participa da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor. Concorreu em 2020 para a Prefeitura de São Paulo pelo Patriota. O deputado expõe em sua rede social que não utiliza as verbas disponíveis em seu gabinete, nem carro público ou plano de saúde.

<sup>85</sup>A listagem de candidatos apoiados foram retirados do site:<  
<https://www.boletimdaliberdade.com.br/2018/08/17/mb1-divulga-listagem-dos-candidatos-apoiados-nessas-eleicoes-confira/>> Acesso em: 20/09/2019

<sup>86</sup> Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/parlamento/deputados/391/perfil> Acesso em: 09/04/2021

<sup>87</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/ulysses\\_moraes/](https://www.instagram.com/ulysses_moraes/) Acesso em: 09/04/2021

<sup>88</sup> Disponível em: <https://homeromarchese.com.br> Acesso em: 09/04/2021

<sup>89</sup>Disponível em:[https://homeromarchese.com.br/wp-content/uploads/2020/12/Proj\\_440\\_Dep\\_HomeroMarchese.pdf](https://homeromarchese.com.br/wp-content/uploads/2020/12/Proj_440_Dep_HomeroMarchese.pdf) Acesso em: 11/04/2021

<sup>90</sup> Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300611> Acesso em: 11/04/2021

Atualmente, trabalham no gabinete de Arthur do Val oito funcionários com cargos comissionados. É importante ressaltar que, dentre os oitos funcionários, quatro são filiados ao MBL. São eles: Marcelo Carratu Vercelino (um dos donos da marca MBL), que possui o cargo de assistente parlamentar V; Rafael de Almeida Rizzo (fundador e diretor de comunicação do MBL), que atua como auxiliar parlamentar; Ricardo Almeida Mota Ribeiro (fundador do núcleo do MBL na Bahia e principal intelectual do MBL), também auxiliar parlamentar; e Renato de Souza Battista, (fundador do MBL), assessor especial parlamentar.

Figura 1- Quadro de funcionários do gabinete

Lotação  Regime do Cargo

Situação

RESULTADO DA CONSULTA: 8 SERVIDORES	
LISTA COMPLETA - DADOS ABERTOS	
SERVIDOR	CARGO
ANDREAS DE ARAUJO BARBEIRO	ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR - COMISSÃO
AUGUSTO ZACARIAS CORREA LEITE	ASSISTENTE PARLAMENTAR V - COMISSÃO
JOSE VALDIR RAMOS JUNIOR	ASSISTENTE PARLAMENTAR V - COMISSÃO
MARCELO CARRATU VERCELINO	ASSISTENTE PARLAMENTAR V - COMISSÃO
OLIVER JESUS DELGADO GUAJARDO	ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR - COMISSÃO
RAFAEL ALMEIDA RIZZO	AUXILIAR PARLAMENTAR - COMISSÃO
RENATO DE SOUZA BATTISTA	ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR - COMISSÃO
RICARDO ALMEIDA MOTA RIBEIRO	AUXILIAR PARLAMENTAR - COMISSÃO

Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/servidor/lista/?idUA=20369>. Acessado em: 11/04/2021.

Tendo em vista que um dos objetivos explícitos no manual para filiais do MBL é a ocupação dos espaços públicos, incluindo os cargos comissionados, compreendemos que esta relação trabalhista é modo normal de atuação dos membros do movimento. O que nos questionamos é a omissão na publicitação destes fatos, pois nenhum desses funcionários deixa evidente a ocupação destes cargos no âmbito público. Esta informação também é omitida na biografia deles no site do MBL.

Em 2018, foram eleitos para o cargo de Deputado Federal os coordenadores do MBL Paulo Eduardo Lima Martins e Kim Kataguri. Paulo Martins <sup>91</sup>, eleito no Paraná pelo partido PSC, trabalhou como jornalista na Rede Massa. Segundo sua biografia, Martins participou das eleições em 2014, nas quais ficou como suplente, assumindo em 2016. Autor da proposta do fim do imposto sindical, o deputado se apresenta contrário à “doutrinação ideológica” e a favor da gestão escolar por meio da meritocracia e do vale educação, conjunto de propostas afinadas com o que defende o MBL.

Os eleitos para deputado federal que “subscrevem” a legenda do MBL (compreendemos estes como candidatos que não são coordenadores do MBL, mas que simpatizam com suas ideias) foram José Mário Schreiner, eleito pelo partido DEM (Zé Mário) em Goiás, e Sóstenes Silva Cavalcante, eleito pelo DEM no Rio de Janeiro. José Schreiner<sup>92</sup> é produtor rural, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG) e autor do livro “Empreendedorismo- As 50 pragas que devoram o setor produtivo e corroem o desenvolvimento do Brasil”. Dentre suas propostas para o campo da educação, identificamos: ampliar o sistema “S” de ensino (Sebrae, Sesi, Senai e Senac).

Sóstenes da Silva Cavalcante <sup>93</sup> é teólogo, possui canal no YouTube, e foi eleito em 2014 para deputado federal, sendo reeleito em 2018. Dentre seus projetos políticos para o âmbito da educação, identificamos o apoio ao projeto Escola Sem Partido<sup>94</sup>.

Nas eleições de 2018, nenhum coordenador do MBL concorreu para o Senado, apenas simpatizantes que subscreveram a legenda. São eles: Luís Eduardo Grangeiro Girão (Eduardo Girão), Luiz Carlos Heinze e Marcos Rogério. Luiz Girão, eleito senador pelo partido PROS no Ceará, é empresário. Em sua biografia na rede social<sup>95</sup>, se define como cristão, pró-vida, contrário à liberalização do aborto e à ideologia de gênero.

Luiz Carlos Heinze <sup>96</sup>, eleito senador pelo partido PP, no Rio Grande do Sul, é graduado em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e trabalhou como docente no Colégio Estadual de São Borgas. Foi prefeito de São Borgas e deputado federal por cinco mandatos. Em entrevista a Juliana Bublitz<sup>97</sup>, Heinze defende o projeto Escola

<sup>91</sup>Todas as informações sobre Paulo Martins foram retiradas do site do deputado, disponível em: <http://www.pauloeduardomartins.com.br/valores-e-propostas/> Acesso em: 14/04/2021

<sup>92</sup> Todas as informações retiradas do site <http://josemario.com.br/propostas/> Acesso em: 14/04/2021

<sup>93</sup> Disponível em: <https://www.sostenescavalcante.com.br/perfil/> Acesso em: 14/04/2021

<sup>94</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CMwYe9rFz7w> Acesso em: 14/04/2021

<sup>95</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/legirao/?hl=pt> Acesso em: 14/04/2021

<sup>96</sup> Disponível em: <https://senadorheinze.com.br/trajetoria/> Acesso em: 19/04/2021

<sup>97</sup> Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/08/nao-se-deve-misturar-politica-com-educacao-diz-luis-carlos-heinze-cjl77pi3w03wy01n0v8dcxmy2.html> Acesso em: 19/04/2021

Sem Partido, se posiciona contra as cotas raciais e à descriminalização das drogas e do aborto, e se diz favorável às cotas sociais.

Por fim, o último dos candidatos eleitos é Marcos Rogério<sup>98</sup>, eleito pelo partido do DEM em Rondônia. Possui bacharelado em Direito, mestrado em Administração Pública, e trabalhou como jornalista. Foi eleito vereador, e, no período de 2009 a 2011, atuou como deputado federal em duas legislaturas. Em 15/07/ 2020, é divulgado um vídeo no TV Senado<sup>99</sup> onde Marcos Rogério critica a doutrinação ideológica e enfatiza que os gastos atribuídos à área da educação não são equivalentes ao índice do país. Nesse sentido, defende a educação por resultados. Até o momento, não identificamos um projeto de educação de sua autoria.

Ao compararmos as primeiras eleições em que o MBL concorreu, em 2016, com as eleições de 2018, verificamos um significativo crescimento. Nas eleições de 2016, o movimento apoiou 48 candidaturas, elegendo apenas 8 vereadores. Em 2018, apoiou a eleição de 29 candidatos, sendo 11 eleitos. Em 2020, conseguiu eleger 4 candidatos: Rubinho Nunes (fundador e advogado do MBL), eleito pelo Patriota, Marlon Luz (Patriota), Fernando Holiday, reeleito pelo partido Patriota, e Carmelo Neto, coordenador nacional do MBL Estudantil<sup>100</sup>, eleito vereador em Fortaleza pelo partido Republicanos, com 19 anos de idade.

Constatamos que a organização se manteve afinada com o manual para filiais, não apoiando a candidatura de filiados a partidos de esquerda. Identificamos apenas um projeto de lei formulado para a educação, além do apoio ao Escola Sem Partido, como veremos no próximo capítulo. Importa lembrar que nossa pesquisa se delimitou a projetos educacionais; provavelmente, foram elaborados mais projetos liberais para outras áreas. Compreendemos que serão necessárias novas pesquisas para identificar a totalidade das políticas implementadas pelo movimento, podendo levantar, nesse sentido, como se realizam as alianças e os embates políticos em torno dos projetos em disputa.

Como forma de divulgar o movimento e as ideias liberais, o MBL realiza anualmente um congresso nacional. O primeiro foi realizado nos dias 28 e 29<sup>101</sup> de novembro de 2015, e aprovou um conjunto de propostas para as áreas da saúde, educação, sustentabilidade, reforma política, economia, justiça, transporte e urbanismo. No dia 28, esteve presente como palestrante Flávio Morgenstern, autor do livro “Por trás da máscara: do passe livre aos black blocs, as

<sup>98</sup> Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/marcosrogeriosenador/> Acesso em: 19/04/2021

<sup>99</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/plenario-e-comissoes/plenario-discursos/2020/07/marcos-rogerio-critica-educacao-com-vies-ideologico> Acesso em: 23/04/2021

<sup>100</sup> Disponível em: <https://diariodorio.com/eleicoes2020/ceara/fortaleza/candidato/vereador/carmelo-neto-10100/> Acesso em: 23/04/2021

<sup>101</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/mbf-faz-seu-primeiro-congresso-nacional-nos-dias-28-e-29-veja-como-participar/> Acesso em: 23/04/2021

manifestações que tomaram as ruas do Brasil”. Segundo a biografia disponível no Instituto Liberal<sup>102</sup>, Flávio escreve para o Gazeta do Povo, para o site Implicante e para o Instituto Millenium.

No segundo dia do evento, estiveram presentes como palestrantes Hélio Beltrão, fundador e presidente do Instituto Mises Brasil, e Francisco Razzo, que, segundo seu perfil no LinkedIn<sup>103</sup>, é colunista do Gazeta do Povo, possui graduação pela Faculdade de São Bento (São Paulo), mestrado pela PUC em Filosofia e é autor dos livros “A imaginação Totalitária” e “Contra o Aborto”. Também estiveram presentes os deputados federais Paulo Eduardo Martins e Marcel Van Hattem, eleito deputado estadual do Rio Grande do Sul em 2015 e federal em 2018. Por fim, participaram como últimos palestrantes Kim Kataguirí e Reinaldo de Azevedo. Este, segundo sua biografia na rede social,<sup>104</sup> escreve um blog no Uol Notícias e uma coluna na Folha de São Paulo.

O segundo congresso nacional <sup>105</sup>foi realizado nos dias 19 e 20 de novembro de 2016. Aqui, chama a atenção a composição dos palestrantes, entre os quais identificamos Janaina Paschoal, coautora do pedido de impeachment, Francisco Razzo, o ministro Gilmar Mendes, Reinaldo de Azevedo, Flávio Morgenstem, o deputado federal Paulo Eduardo Martins e o ministro Mendonça Filho, que atuou como ministro da Educação no período de 2016 a 2018.

O terceiro congresso nacional do MBL foi realizado nos dias 11 e 12 <sup>106</sup>de novembro de 2017, e contou com a presença de palestrantes como Luiz Felipe Pondé<sup>107</sup>, graduado em Filosofia pela USP, mestre em História da Filosofia Contemporânea e autor do livro “Guia do politicamente incorreto da filosofia (2012)”, além de colunista da Folha de São Paulo. Participaram novamente Francisco Razzo e Martim Varques<sup>108</sup>, autor do livro “A tirania dos especialistas: Desde as revoltas das elites do PT até a revolta do subsolo de Olavo de Carvalho”,

<sup>102</sup> Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/a-verdadeira-desigualdade-social/> Acesso em: 23/04/2021

<sup>103</sup> Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/francisco-razzo-77916215/?originalSubdomain=br> Acesso em: 23/04/2021

<sup>104</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/ReinaldoAzevedoColunista/> Acesso em: 23/04/2021

<sup>105</sup> Disponível em: <https://www.kickante.com.br/campanhas/ii-congresso-nacional-do-movimento-brasil-livre> Acesso em: 27/04/2021

<sup>106</sup> Disponível em: [https://www.sympla.com.br/3-congresso-nacional-do-mbl---movimento-brasil-livre\\_195929?fbclid=IwAR0sZGRT00eM3ypMquPDWdz4eq\\_L5a-\\_2qcneBIYwfbeG1imxxVyiITYvrs](https://www.sympla.com.br/3-congresso-nacional-do-mbl---movimento-brasil-livre_195929?fbclid=IwAR0sZGRT00eM3ypMquPDWdz4eq_L5a-_2qcneBIYwfbeG1imxxVyiITYvrs) Acesso em: 27/04/2021

<sup>107</sup> Disponível em: [https://www.professionaissa.com/palestrante/luiz-felipe-ponde?gclid=Cj0KCQjwzYGGBhCTARIsAHdMTQxUF38mYtCCXVEkuKFOGmlo0WanHin8Wt3seDop0whJ5X1J8YDKIaUaAiZ\\_EALw\\_wcB](https://www.professionaissa.com/palestrante/luiz-felipe-ponde?gclid=Cj0KCQjwzYGGBhCTARIsAHdMTQxUF38mYtCCXVEkuKFOGmlo0WanHin8Wt3seDop0whJ5X1J8YDKIaUaAiZ_EALw_wcB) Acesso em: 27/04/2021

<sup>108</sup> Disponível em: [https://ecclesiae.com.br/index.php?route=product/author&author\\_id=1212](https://ecclesiae.com.br/index.php?route=product/author&author_id=1212) Acesso em: 27/04/2021

ambos presentes no segundo painel, intitulado “Fé e Filosofia Política: O Brasil é realmente um país cristão?”.

Presentes no terceiro painel deste congresso estiveram Flávio Rocha, o deputado federal Paulo Eduardo Martins e o deputado Rogério Marinho, a fim de discutir os impactos da reforma trabalhista. Além destes palestrantes, esteve presente o deputado federal Marcos Feliciano<sup>109</sup>, pastor e presidente da Assembleia de Deus, o prefeito João Doria e Henrique Viana<sup>110</sup>, cofundador e diretor executivo da empresa Brasil Paralelo, dentre outros nomes.

A configuração<sup>111</sup> do quarto congresso nacional do movimento ocorreu de modo diferente. No primeiro dia, 23 de novembro de 2018, ocorreu o que se denominou “MBL Experience”, evento totalmente produzido pelos membros da organização. Neste dia, foram realizados treinamentos e, ao final, um campeonato de debates, com a entrega do “Prêmio Onça”. Neste congresso ocorreu o lançamento oficial do MBL Estudantil.

No segundo dia do congresso, 24 de novembro de 2018, foram realizados os painéis com palestrantes externos ao MBL. O segundo painel do dia, com o tema “imprensa”, teve a participação de Carlos Andreazza, colunista do jornal O Globo e comentarista da rádio jovem Pan, Danilo Gentili, apresentador do programa “The noite”, da emissora SBT, e Rodrigo Constantino, presidente do IL e fundador do Instituto Millenium. Estiveram presentes Janaina Paschoal, como deputada estadual, Hélio Beltrão e Paulo Guedes, apresentado como futuro ministro da economia do governo de Jair Bolsonaro.

No quinto congresso nacional, identificamos a tentativa de reformulação do movimento, que Fernando Holiday denominou de “MBL 3.0”, como maneira de aprofundar o debate político. Em entrevista ao portal de notícias “LeiaJá<sup>112</sup>”, Fernando Holiday, distingue três fases da organização. Primeiro, há o “MBL 1.0”, identificado nas manifestações pelo impeachment. Depois, o “MBL 2.0”, identificado a partir de 2016, momento em que o movimento lança membros como candidatos políticos e apoia a eleição de outros candidatos. É nessa fase que Holiday verifica que foram cometidos erros substanciais. A versão “MBL 3.0” é a fase de atualização, buscando aprofundar o debate político. Nesta atualização, Holiday afirma que o objetivo do MBL é instruir o posicionamento ideológico dos membros, incluindo as universidades neste processo. Este congresso foi realizado nos dias 15 e 16 de novembro de

<sup>109</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/160601/biografia> Acesso em: 05/05/2021

<sup>110</sup> Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/henrique-viana-95173129/?originalSubdomain=br> Acesso em: 05/05/2021

<sup>111</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/events/wtc-events-center/4%C2%BA-congresso-nacional-do-mbl/517092032035517/> Acesso em: 05/05/2021

<sup>112</sup> Disponível em: <https://www.leiaja.com/politica/2019/09/21/mbl-nao-deve-ter-candidatos-em-2020/> Acesso em: 05/05/2021

2019, e constam como palestrantes<sup>113</sup> o ex-presidente Michel Temer<sup>114</sup>, o deputado federal de São Paulo e líder do partido NOVO Vinicius Poit<sup>115</sup>, o jornalista Carlos Andreazza<sup>116</sup>, que escreve para o jornal “O Globo”, o senador Álvaro Dias, dentre outros.

---

<sup>113</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/490412521544030> Acesso em: 05/05/2021

<sup>114</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/aplaudido-temer-sugere-que-amigos-do-mbl-liderem-um-processo-para-acalmar-o-pais.shtml> Acesso em: 05/05/2021

<sup>115</sup> Disponível em: [https://twitter.com/ViniciusPoit?ref\\_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor](https://twitter.com/ViniciusPoit?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor) Acesso em: 05/05/2021

<sup>116</sup> Disponível em: [https://twitter.com/andreazzaeditor?ref\\_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor](https://twitter.com/andreazzaeditor?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor) Acesso em: 05/05/2021

## **CAPÍTULO III**

### **O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA “NOVA DIREITA”.**

O terceiro capítulo da dissertação tem por objetivo analisar o projeto educacional desenvolvido pelo MBL para o campo educacional. Para tanto, tomamos o conjunto de propostas aprovadas no primeiro congresso nacional, realizado em 2015. Este capítulo é dividido em quatro tópicos. O primeiro buscou elencar a agenda educacional do MBL e compará-la ao conjunto de recomendações realizadas pelo Banco Mundial (BM). Aqui, foram analisadas as propostas políticas do MBL para a educação: a adoção do sistema de voucher e o ensino domiciliar.

O segundo tópico foi destinado a analisar o projeto de militarização das escolas. Apoiamo-nos na pesquisa de Guimarães (2018). Identificamos neste tópico um projeto de lei, formulado por Fernando Holiday, que visa elencar comportamentos graves que justifiquem a expulsão de alunos das escolas municipais de São Paulo, com o argumento de que estes estudantes estariam influenciando o desempenho dos demais.

O terceiro tópico se propôs a analisar o projeto Escola Sem Partido (ESP). Recorremos a Colombo (2018), Miguel (2016), Moura (2017). Neste tópico, identificamos e analisamos a versão atualizada do projeto ESP, o PL 246/2019, por meio do trabalho de Paiva (2020).

Por fim, o quarto tópico tem por objetivo investigar os novos métodos de formação para o consenso promovidos pelo MBL. Analisamos o conjunto de aulas de alinhamento, disponibilizado na plataforma de YouTube. Identificamos neste tópico o desdobramento do MBL para a educação por meio do MBL Estudantil, projeto de curta duração que entendemos como desdobramento da Academia do MBL. Por fim, identificamos um projeto semelhante ao MBL Estudantil denominado UniLivres (Universidades Livres), que visa a combater a União Nacional de Estudantes (UNE). Trata-se de experimentos realizados pela Nova Direita. As fontes analisadas foram materiais disponibilizados em rede social, artigos de jornais e vídeos publicados na plataforma YouTube.

#### **3.1 A Agenda Educacional do Movimento Brasil Livre**

O MBL é um desdobramento do movimento EPL e tem por objetivo promover a militância política, como evidenciamos por meio da análise das fontes relativas à abertura de novas filiais municipais do movimento. Essa militância se desenvolve na formação de novos

membros e no encaminhamento destes para o âmbito político parlamentar, por meio do processo eleitoral. Como identificamos, desde 2016 até 2020 o movimento tem conseguido eleger coordenadores e simpatizantes para cargos de vereador, deputado federal, estadual e senador.

Em novembro de 2015, o MBL realizou seu primeiro congresso nacional e, como produto deste congresso, sistematizou um conjunto de propostas. Entendemos que este documento serve de base programática para a ação dos parlamentares eleitos pelo movimento. Em relação à educação, Colombo (2018) identifica este conjunto de propostas como a “síntese da agenda da frente liberal ultraconservadora”. Para o campo da educação, o movimento aprova os seguintes projetos políticos:

- Implementação do sistema de Vouchers para ensino básico, fundamental, médio e superior, com valor igual para todos os alunos de cada nível de ensino.
- Complemento separado para alunos com deficiência.
- Legalização do Homeschooling.
- Apresentação do Projeto de Lei “Escola sem Partido” em legislativos, estaduais e municipais.
- Elaborar uma diretriz nacional buscando a redução do número de alunos por professor.
- Benefícios fiscais e jurídicos que custeiem a educação de crianças e jovens de famílias que não podem pagar. Os municípios e/ou estados fariam o cadastramento de crianças.
- Expansão do Prouni para ensino médio, fundamental e infantil.
- Incentivo tributário para empresas que façam pesquisa tecnológica em áreas de ciências exatas e biológicas.
- Diminuição da burocracia para registro de patentes.
- Redução de impostos das escolas privadas.
- Militarização das escolas em áreas de risco, ou seja, em locais onde a iniciativa privada não tenha possibilidade de atuar.
- Gestão privada de escolas públicas através de Organizações Sociais e Parcerias público-privadas.
- Promover a competição entre escolas públicas usando a métrica como exame do PISA, fazendo parcerias com a iniciativa privada para premiações.
- Desburocratização do processo de abertura de escolas, cursos e do número de vagas em instituições de ensino privadas
- Incentivo ao ensino técnico e profissionalizante e desburocratização na contratação de estagiários.
- Facilitar o financiamento de empresas privadas em instituições educacionais de todos os níveis para fins de produção científica.

(MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015, p.2)

Dentre os objetivos específicos elencados nesta dissertação, visamos a identificar que parcela individual e coletiva o MBL representa ou pretende representar. Verificamos relações do grupo com organismos internacionais, como a Atlas Network e SFL, e seus vínculos com organizações nacionais. Por meio da reportagem citada no capítulo anterior, identificamos a tentativa de aproximação do movimento com cento e cinquenta e oito empresários, onde, em troca de doações, o MBL propõe encaminhar as pautas deles no ambiente público e político.

Portanto, acreditamos não haver dúvidas de qual parcela da sociedade o movimento representa: os empresários.

Tendo em vista o amplo conjunto de propostas políticas educacionais, compreendemos que a organização procura representar, dentre os empresários, os empresários liberais do ensino. Constatamos afinidades das propostas elaboradas pelo MBL com as propostas formuladas pelo Banco Mundial (BM), em 2017, por meio do documento “Um ajuste justo”, onde são apresentadas quatro soluções para a ineficiência dos gastos públicos em educação.

Segundo o texto, os problemas educacionais encontram-se no ensino básico e superior. Os problemas no ensino básico descritos pelo banco encontram-se na diferença entre o nível de investimento e o resultado apresentado. De acordo com o BM, o nível gasto em educação básica é alto quando comparado aos resultados. O documento chega a essa conclusão analisando os índices de evasão escolar e repetência, que, por consequência, geram impactos na formação no ensino superior. Ainda no centro da argumentação, os docentes são apresentados como os principais responsáveis pela baixa dos resultados.

Segunda a análise realizada pelo BM, a causa deste problema encontra-se na formação universitária, pois “os cursos de licenciatura são fracos e a formação é de baixa qualidade” (BANCO MUNDIAL, 2017, p.127). Soma-se a essa formação de baixa qualidade o elevado índice salarial, tendo em vista que as políticas de bonificação elevam o salário do professor. Outro fator elencado é a diferença da relação aluno e professor, ocorrida nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste, no nível de ensino básico. Esse problema, segundo o BM, seria reduzido diminuindo o afastamento dos docentes em sala de aula e, para tanto, o banco apresenta como solução a implementação de políticas de bonificação e aumento de controle para reduzir o afastamento dos professores. O BM apresenta ainda como “solução” a diminuição da contratação de novos docentes, com a consequente redução dos concursos públicos, além da implementação de metodologias avaliadas positivamente, fazendo menção novamente às políticas de bonificação como estímulo a melhores práticas e a “parcerias” público-privadas. Todas essas políticas também foram defendidas pelo MBL.

No tocante aos problemas identificados no ensino superior no Brasil, o BM aponta um alto investimento nas universidades públicas. Entretanto, é constatado o aumento de matrículas de estudantes no ensino superior privado, cujo custo de manutenção é menor, segundo o documento. O texto identifica que a composição dos alunos nas universidades públicas pertence a jovens de famílias mais ricas, identificando que, em parte, isto resulta da formação do ensino

básico, já que essas famílias têm condições de arcar com a educação básica em instituições privadas.

O documento reconhece o melhor desempenho das universidades públicas nas avaliações externas (ENADE), quando comparadas às universidades privadas. Entretanto, a justificativa apresentada pelo BM refere-se novamente à diferenciação do ensino básico desses alunos, visto que os alunos em universidades públicas pertencem a famílias mais ricas, que, portanto, poderiam arcar com ensino básico privado. Sendo assim, o texto atribui os resultados nas avaliações externas a uma formação anterior à entrada nas universidades.

A solução para o ensino superior apresentada pelo BM é a diminuição dos gastos públicos, recomendando a instituição de “parcerias público-privadas” e o estabelecimento de cobrança, por meio da expansão do Fundo de Financiamento do Ensino Superior (FIES) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI) para universidades públicas e privadas.

De acordo com o documento, os problemas educacionais seriam solucionados com a diminuição do investimento e dos concursos públicos, a implementação de parcerias público-privadas, a inserção de bonificação por desempenho e a expansão do PROUNI e do FIES. Com exceção dos concursos públicos, todas as demais medidas foram aprovadas pelo MBL.

Verificamos que todas essas medidas apresentam o gerencialismo como solução. Parte desse conjunto de propostas já foi analisada por Santos (2012). Segundo a autora, ocorreu a entrega de toda a dinâmica lucrativa da escola para o setor privado, ou seja, para os empresários, que têm como finalidade a obtenção de lucro, ignorando a dinâmica necessária da relação ensino-aprendizagem. É possível, nesse sentido, verificar acentuadamente este processo em governos neoliberais que vêm intensificando a precariedade do trabalho docente, impondo métodos gerencialistas na administração pública, instituindo novos mecanismos de controle do trabalho, além de identificar a educação como um serviço e não um direito público de caráter universal.

Nessa conjuntura, o processo de entrega da escola pública e do orçamento público foi desenvolvido inicialmente com a desqualificação da escola para, posteriormente, “sequestrá-la”, entregando o sistema de ensino àqueles que possuem os métodos de gestão “mais avançados” e, portanto, “qualificados”. Nesse sentido, a autora detectou a ampliação da forma de privatização, onde toda a dinâmica da escola passou a ser privatizada. Nesse sentido, ela afirma:

A mudança qualitativa da pedagogia do mercado no neoliberalismo consiste na mercantilização do processo, não apenas do produto. Não apenas a “distribuição” da “mercadoria pedagógica” é envolvida no sistema de mercado sob a forma de venda por instituições privadas. Todo processo de produção pedagógica é submetido à lógica

do mercado: gestão escolar, relação ensino-aprendizagem, conteúdos programáticos, princípios pedagógicos do currículo e avaliação de resultados. O sentido e a finalidade da educação incorporam a lógica já no âmbito da produção. A pedagogia do mercado adentra a escola pública e privada desde a concepção curricular, transpassa as práticas escolares e evidencia nas políticas de avaliação heterônomas (SANTOS, 2012, p.9)

Santos (2012) ressalta que, dentro do sistema de capital, as políticas educacionais nunca foram escolhidas de modo autônomo. As mudanças qualitativas impostas nas últimas décadas diante dessa “privatização ampliada” estão na introdução da lógica mercantil, que passa a definir projetos político-pedagógicos por meio de parcerias público e privadas, realizadas em compra de pacotes gerenciais. Essa modificação é mais evidente no ensino superior, onde, por meio do processo de financeirização, a educação passou a ser realizada em milhares de unidades de ensino por grandes grupos financeiros que a compreendem em seus portfólios como mais um de seus investimentos. O capital obtém, portanto, o lucro por meio de duas maneiras: da transferência de recursos públicos, encaminhados pelos governos na compra de pacotes educacionais de empresas privadas, e da modificação do modelo de educação, reduzindo as possibilidades de realização de pedagogias emancipatórias e críticas, atribuindo a docentes e alunos uma avaliação definida por critérios meritocráticos.

Santos (2012) conclui que os interesses contidos nas “parcerias público-privadas” reforçam o caráter de classe da inserção privada nas escolas. A autora identifica que a transformação da educação escolar em mercadoria acentua a dualidade escolar, traço característico da formação educacional no país. Ao longo da história da educação no Brasil, ocorrem simultaneamente dois projetos de educação: um destinado à formação profissional e dirigido aos estratos mais empobrecidos da classe trabalhadora, enquanto o outro destinou-se à formação dos filhos das famílias burguesas e da pequeno-burguesia. Essa dualidade, ao longo do tempo, se rearticulou e ganhou novas características, sempre reafirmando a disjunção entre o pensar e fazer que caracteriza a divisão de classe em nossa sociedade.

A agenda do MBL para a educação reafirma a dualidade ao defender a existência de dois projetos educacionais. De um lado, a organização afirma apoiar a expansão do ensino técnico-profissionalizante e defende a desburocratização para contratação de estagiários, propostas que atendem diretamente as empresas que contratam jovens trabalhadoras e trabalhadores. De outro lado, o MBL afirma também defender outro projeto destinado à formação completa, que parta da valorização do conhecimento científico.

Nesses projetos, o MBL defende a “meritocracia”, a “responsabilidade individual” e a educação “sem ideologia” por meio do projeto “Escola Sem Partido”, e difunde a valorização do ensino privado, mesmo evidenciando que, nas provas padronizadas, os desempenhos são

abaixo dos esperados. As medidas gerencialistas implicam identificar no docente e nas escolas o fator de modificação. Santos (2012) compara a “pedagogia de mercado” à “pedagogia da morte”, que não produz o pensamento crítico e prepara trabalhadoras e trabalhadores conformados para um mercado onde o desemprego, desde a crise estrutural, é também estrutural. Esse projeto, ao atribuir parte do fracasso escolar ao docente, ao compreender estes profissionais como mal preparados, ao impor como único método possível de gestão o gerencialismo, ao propor políticas de ampliação do controle e regulação dos trabalho e, conseqüentemente, das trabalhadoras e trabalhadores, impõe às instituições públicas e privadas de ensino uma nova dinâmica de trabalho e interioriza uma formação pautada sob a ideologia burguesa: individualista, egoísta, competitiva. Essa é a condição material que adocece milhões de professoras, professores, técnicos e estudantes no interior dos sistemas de ensino.

Algumas dessas propostas são analisadas por Freitas (2014), que chama os empresários na educação de “reformadores na educação”. Segundo o autor, a influência dos empresários na educação ocorre antes das avaliações externas realizadas, pois internamente às escolas são estabelecidos mecanismos de avaliações para que os alunos atinjam as metas esperadas. Nestas práticas, o direito à educação é reduzido ao mínimo, e os docentes reforçam os conteúdos que são implementados nas provas, retirando do aluno uma formação ampla.

As medidas gerencialistas, quando implantadas, produzem resultados nocivos às escolas, segundo Freitas (2014), pois, nesse cenário, mesmo as avaliações internas informais que têm por objetivos preparar os estudantes de acordo com as dinâmicas de cada escola são prejudiciais ao aluno. Isso ocorre porque, quando os resultados das provas são divulgados, a política das escolas que já funcionam sob a lógica das avaliações externas é segregar os alunos com resultados ruins e destacar aqueles com resultados positivos, aumentando a desigualdade no interior das instituições. Como forma de alcançar a meta, a escola estabelece uma série de medidas corretivas, impondo internamente a competição entre alunos ou, em alguns casos, como lembra Freitas (2014), estabelecendo a diferenciação de turmas “fracas e fortes”, encaminhando, muitas vezes, os alunos com mau desempenho para o reforço escolar ou para outras modalidades de ensino, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nesse sentido, para o autor:

As avaliações externas, portanto, têm conseqüências não controladas dentro das escolas e suas salas de aula e constituem parte de uma cadeia de ações que afetam a vida do professor, estudantes, pais de alunos. Nesse processo rompem-se importantes pressupostos da relação e da confiança entre profissionais e entre alunos (FREITAS, 2014. p.1098)

A lógica para o desenvolvimento da educação não pode ser reduzida a fórmulas prontas ou formuladas por profissionais cujo objetivo seja a maximização do lucro. A educação deve ter como finalidade o desenvolvimento de uma formação humana ampla que não seja refém da pedagogia do capital. No artigo intitulado “Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação”, Freitas (2012) identifica, por meio da análise de documentos do sistema educacional americano, que a implementação de medidas gerenciais fracassou nos Estados Unidos, e seu aporte retardado no Brasil tende repetir o mesmo destino.

Esse processo foi definido por Freitas (2012) como neotecnicismo, termo que engloba a “responsabilização”, “meritocracia” e “privatização” (FREITAS, 2011, p.1088, apud FREITAS 2014), implementadas por meio de inúmeras formas, incluindo a partir de uma das proposições encampadas pelo MBL: o sistema de vouchers. No Brasil, segundo o autor, essa política tem sido materializada por meio de programas federais como o PROUNI e o Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Segundo as análises de Freitas (2012), a implementação das Escolas Charter nos Estado Unidos, um modelo baseado no sistema de voucher, não apresentou melhorias na educação. Nem mesmo os índices dos resultados nas provas de desempenho melhoraram. Nesse sentido, ele afirma:

Os dados sugerem que as escolas administradas por contratos e as que operam por vouchers têm os mesmos problemas que as escolas públicas regulares. A manutenção desta política evidencia apenas a disposição ideológica de afirmar que o privado é melhor que o público (FREITAS,2012, p.387)

Freitas (2012) acrescenta à análise a constatação de que, além de as escolas não apresentarem os resultados esperados, quando se comparam os dados, as escolas públicas obtêm os melhores pagamentos. Como evidencia o pesquisador, não existem fontes materiais que comprovem a melhoria das escolas públicas ao implementar as medidas gerenciais ou o sistema de privatização.

As políticas do sistema de vouchers estão afinadas com as ideias apresentadas por Milton Friedman (2002). Como identificamos no primeiro capítulo, segundo esse autor, o Estado deveria agir como árbitro, definindo e fazendo cumprir as regras do jogo. Para ele, o Estado deveria disponibilizar, para o desenvolvimento do grau mínimo de “instrução”, o nível básico de educação. O autor justifica que esta instrução beneficiaria a todos em uma sociedade e que, para manter o desenvolvimento, se faz necessário um “grau mínimo de alfabetização” e de “valores”. Logo, seria aceitável para o liberal o Estado financiar a educação do tipo instrumental.

Entretanto, segundo Friedman (2002), para não interferir no desenvolvimento do mercado, esse financiamento deveria ser destinado diretamente aos pais, deixando, assim, de financiar as instituições de ensino públicas. Friedman (2002) aponta que a atuação governamental, uma vez responsável pelas instituições públicas, desenvolveria um sistema injusto para as escolas privadas. O principal argumento defendido por este autor para a defesa do sistema de voucher é a falácia de que tal sistema possibilita “maior escolha dos pais” e participação das famílias nas decisões sobre a formação de seus filhos. Esse sistema, que privilegiaria a “liberdade” dos pais em escolher a melhor educação para o filho, possibilitaria a atuação dos pais enquanto fiscalizadores e estimularia os empresários do ramo de ensino a empreender, ser eficientes e oferecer a melhor escola e o melhor ensino para a sociedade.

Friedman (2002) defende que, no sistema de voucher, as “classes menos favorecidas” poderiam matricular seus filhos em melhores instituições de ensino, tendo em vista que as escolas públicas consideradas de qualidade se encontram em bairros afastados. Nesse sentido, ele afirma que os pais pagam os impostos, porém não possuem a liberdade de escolha. É possível sintetizar a ideia do autor na seguinte citação:

Os pais que quiserem mandar os seus filhos para escolas privadas receberiam uma importância igual ao custo estimado de educar uma criança em escola pública, desde que tal importância fosse utilizada em educação em uma escola aprovada. Essa solução satisfaria as partes válidas do argumento de “monopólio técnico”. E também resolveria o problema das justas reclamações dos pais que dizem que, se mandarem os seus filhos para escolas privadas, pagam duas vezes pela educação- uma vez na forma de impostos e outra diretamente. (FRIEDMAN,2002, p. 93, tradução livre).

Neste sistema, Friedman (2002) admite que haverá distinções de salários dos docentes. Entretanto, para o autor, esse mecanismo de regulação produzia melhoria no sistema de ensino, pois, na forma em que os governos estabelecem os salários, os docentes de baixa produtividade ficariam no mesmo nível de um professor considerado de boa qualidade. Nesta forma de mercantilização da educação por desempenho, como já identificamos no diálogo com Santos (2012), promove-se a “pedagogia da morte”, gerando adoecimentos e o estabelecimento do sistema de competição, eliminando a solidariedade entre escolas e professores.

Baseado no argumento da pretensa liberdade das famílias, têm sido amplamente defendidas propostas como a implementação do sistema de voucher e a legalização do ensino domiciliar. Embora o sistema de voucher tenha sido defendido sob o argumento da superioridade da qualidade do ensino privado, nesta modalidade os índices não levam em consideração outros custos do ensino, como o transporte, como lembram Steven Klees e Brent Jr (2015).

Os autores remontam o contexto histórico de implementação deste sistema nos Estados Unidos, ocorrido em 1950, após o fim da segregação racial nas escolas. Segundo eles, esse sistema foi utilizado no Sul para manter a segregação. A dupla de pesquisadores chega à conclusão de que não há comprovação científica que ateste a melhoria de qualidade. Além disso, este modelo arcaria apenas com uma parte das bolsas nas escolas.

Semelhante conclusão é estabelecida por Cosse (2013), que, ao analisar os aspectos teóricos e a implantação na prática, verificou que o modelo não correspondeu à sua finalidade. Cosse (2013) identifica que, nos anos de 1950, surgiu nos Estados Unidos a teoria econômica “Public Choice” (escolha pública), que, segundo ele, deu origem ao voucher. Nas palavras do pesquisador, “a teoria pressupõe que os indivíduos movem-se racionalmente para maximizar interesses e dispõem de toda informação existente para tomar decisões” (COSSE, 2013. p.208)

Cosse (2013), analisando os aspectos teóricos desse modelo baseado na economia do Estado, ressalta que o estudo dos gastos deve levar em conta os gastos extras da escola, tais como merenda, livros, e assim por diante. O cálculo de comparação, enfatiza ele, deve ter como base a origem social dos alunos, das escolas administradas pelos vouchers e as públicas. Essa comparação explicitará os reais ganhos ou perdas dos sistemas. O autor ainda evidencia que a qualidade das informações sobre as escolas e professores varia de família em família.

Além dos custos extras com a implantação do sistema de vouchers que serão encaminhados à família, o autor evidencia os custos indiretos atrelados à iniciativa, tais como “processo de coleta de informações”, “acompanhamento” e a identificação da “preferência das famílias” (COSSE, 2003 p.234), bem como os possíveis gastos extras repassados às famílias em caso de incremento no sistema de voucher.

Após explicitar a teoria do sistema Cosse (2003) identifica como ocorreu, na prática, a implantação deste sistema nas localidades de Milwaukee, Alum Rock e Baltimore-Maryland. Com a experiência em Milwaukee, constatou que, nos exames de língua e matemática, em comparação aos estudantes de escolas públicas em condição econômica similar, a adoção não resultou em grandes melhorias. O autor enfatiza, ainda, a falta de fiscalização do governo e a falta de informações dos pais. A análise sobre Alum Rock concluiu que faltou infraestrutura e informação familiar, e houve aumento de 10% do orçamento público para a implantação do sistema. Já a materialização do projeto em Baltimore-Maryland se deu por meio da escola Charter. Com a implantação, houve o aumento de 11% nos custos, mas ocorreu a participação familiar.

A partir dessas leituras, podemos concluir que a implantação deste modelo limita geograficamente a liberdade das famílias, pois elas optam por escolas perto de casa. Além disso, o sistema aumenta as desigualdades ao impor que as famílias assumam parte dos custos da educação, por escolher uma instituição privada considerada melhor, ou arquem com os custos indiretos, na compra de um livro, por exemplo. Dessa maneira, apenas os donos destas instituições de ensino saíram lucrando com a implantação de tal medida.

No Brasil, sobre a mesma base argumentativa (liberdade da família) tem sido defendida a legalização do ensino domiciliar. Esse movimento ganhou visibilidade e avanço no âmbito político em 2010, com a criação da Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED), presidida por Ricardo Iene Dias<sup>117</sup> e dirigida por Carlos Vinícius Brito Reis<sup>118</sup>.

O contexto de fundação da Associação, segundo seu site<sup>119</sup>, se deu com a iniciativa de pais insatisfeitos com a educação presencial. Criada em Belo Horizonte, a ANED tem o objetivo de legalizar a educação domiciliar. Ainda segundo o site, o avanço do projeto no âmbito legislativo teria começado a partir da aproximação, em 2012, entre o movimento e o deputado Lincoln Portela, que havia protocolado um projeto de lei para a regulamentação deste modelo de ensino. Antes deste projeto não havia relação da ANED com o deputado.

De acordo com a ANED, o movimento se mantém com doações de associados. A organização é composta por um grupo de especialistas que visa a oferecer o suporte às famílias quanto ao aspecto legal. No site, consta que a associação mantém parceria com a Home School Legal Defense Association (HSLDA), organismo americano criado em 1983 por Mike Farris e Mike Smith, cujo site<sup>120</sup> informa tratar-se de uma “organização sem fins lucrativos, religiosa”. Em seu site, a HSLDA oferece auxílio jurídico e suporte pedagógico, a fim de auxiliar na confecção do currículo pedagógico de seus associados. A instituição disponibiliza, ainda, bolsa para famílias que não possuem recursos para arcar com os custos da filiação, possibilitando o acesso aos serviços oferecidos. Assim como a ANED, a HSLDA não revela sua lista de parceiros.

Segundo os dados levantados pela ANED, o ensino domiciliar é legalizado em 60 países. No Brasil, esta modalidade de ensino é praticada por 7.500 famílias. Ressaltando que em nosso país não houve nenhuma condenação de pais por abandono intelectual, a ANED identifica o

---

<sup>117</sup> Não conseguimos encontrar informações.

<sup>118</sup> Formado em Direito pela Universidade Federal da Bahia, atua como diretor da Global Home Education Exchange, GHEX. Disponível em: < <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>>. Acesso em 23/05/2021

<sup>119</sup> Disponível em: <https://www.aned.org.br> Acesso em: 11/05/2021

<sup>120</sup> Disponível em: <https://hsllda.org> Acesso em: 11/05/2021

índice de 100% de aprovação na avaliação destes alunos na prova do Enceja, modalidade por meio da qual se obtém o diploma do ensino médio.

A defesa desta modalidade de educação é baseada, segundo o site da ANED, na Declaração Universal de Direitos Humanos, cujo artigo 26, parágrafo 3º diz que “os pais têm prioridade na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos”<sup>121</sup>. A instituição defende que, nesta modalidade de ensino, poderá ocorrer um melhor desenvolvimento da criança, enfatizando que se trata de um currículo personalizado, ao invés do padronizado oferecido tanto nas escolas públicas quanto privadas.

Nesta modalidade, defende a ANED, poderá haver a diminuição dos custos, pois, ao invés de arcar com os gastos de uma instituição privada, a família poderá pagar por um currículo personalizado. De acordo com a ANED, a socialização das crianças é melhor desenvolvida nesta modalidade de ensino. Essa premissa é defendida por meio do trabalho de Robert Epstein, autor que contesta a tese de que o adolescente deva passar pela fase da rebeldia. Para esse pensador, este não é o processo natural.

Em geral, as culturas pré-industriais, onde o adolescente passava a maior parte do tempo com adultos, não havia sequer uma palavra para designar a adolescência e a maioria dos rapazes dessa cultura não exibia comportamento antissocial. Estudos mostram que, a partir dos anos de 1980, a delinquência dos países não ocidentais aumentou à medida que neles se foi introduzido a escolarização, a televisão e os filmes não ocidentais (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DOMICILIAR, n.p, s.d.)

Esta ideia é divulgada por meio do texto “O melhor tipo de socialização”, disponibilizado no site da ANED. Segundo a obra, a educação presencial apresentaria um aspecto negativo, ao desencadear comportamentos considerados impróprios. O texto conclui que a educação domiciliar promoveria o melhor desenvolvimento, destacando que a socialização seria realizada em outros espaços.

Proporcionar aos nossos adolescentes a oportunidade de ficarem expostos a exemplos positivos, representados por nós e outros adultos da nossa família, igreja e comunidade, dará bons frutos - assim como ajudá-los a fazer escolhas que limitem a sua suscetibilidade à pressão dos pares e os indesejáveis modelos vendidos pela comunicação de massa (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DOMICILIAR, n.p, s.d)

Nota-se que os espaços de socialização serão definidos pelos pais e restritos aos considerados como modelo de bons exemplos, provavelmente não contemplando as diferenças. Acrescentamos que esta modalidade não seria disponibilizada a todos, tendo em vista os custos da padronização dos currículos, da contratação de professores ou do pacote a ser comprado de

<sup>121</sup> Disponível em: <https://www.unidosparaosdireitoshumanos.com.pt/course/lesson/articles-26-30/read-article-26.html>. Acesso em: 11/05/2021

educação a distância, e que este modelo de política fomentaria o crescimento do mercado, com a venda de apostilas e planos de educação.

Em 2018, em votação realizada pelo Supremo Tribunal Federal, foi estabelecido que o ensino domiciliar não fere a Constituição. De acordo com a reportagem de Luiza Tenente<sup>122</sup>, em reportagem ao G1, a intenção do governo Bolsonaro era implementar este modelo até julho de 2021.

No ano de 2020, marcado pela pandemia do coronavírus, a discussão sobre o ensino domiciliar e educação a distância ganhou notoriedade no debate público, devido à importância do isolamento. Nesse contexto, o ensino domiciliar tem avançado em âmbitos legais. De acordo com Saviani e Galvão (2020), o contexto após a pandemia exigirá grandes lutas, tendo em vista que a atitude de setores que lucraram com a educação a distância será de manter esta modalidade de ensino. A conclusão dos autores sobre o ensino remoto pode ser por nós entendida para as modalidades de ensino a distância e ensino domiciliar.

O “ensino” é empobrecido não apenas porque há “frieza” entre os participantes de uma atividade síncrona, dificultadas pelas questões tecnológicas. Seu esvaziamento se expressa na impossibilidade de se realizar um trabalho pedagógico sério com aprofundamento do conteúdo de ensino, uma vez que essa modalidade não comporta aulas que valham de diferentes formas de abordagem e que tenham professores e alunos com os mesmos espaços, tempos e compartilhamentos da educação presencial (Saviani; Galvão, 2021, n.p).

Em um balanço realizado nos últimos cinco anos de atuação do MBL, Marcelo Carrantu divulgou uma listagem de “conquistas” realizadas pelo movimento. Dentre elas, identificamos para o campo da educação a reforma do ensino médio, o fim das “invasões” nas escolas, o Escola Sem Partido e a PEC do teto dos gastos públicos.

Consideramos a atuação do MBL como um movimento social regressivo que propõe políticas baseadas em cidadania regressiva. Estes modelos foram elaborados por Martins (2018) em sua análise sobre a atuação do MBL. O autor identifica três modalidades de cidadania: cidadania liberal, cidadania progressiva e cidadania regressiva. Este último tipo visa à retirada de direitos já conquistados. Segundo Martins (2018), o MBL atua como um movimento social regressivo.

Apesar de terem interesses bem definidos que não são “populares”, eles se organizaram e ganharam proeminência no país a partir das Jornadas de Junho de 2013 e visam a promover ações que resultem não na manutenção, conquista ou ampliação de direitos, mas na regressão deles, limitando a posse de bens materiais, simbólicos e sociais às classes subalternas - para utilizar uma expressão gramsciana (Martins, 2018, p 58)

<sup>122</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/04/04/homeschooling-entenda-o-modelo-de-aprendizagem-domiciliar-que-o-governo-quer-regulamentar-ate-julho.ghtml>. Acesso em: 11/05/2021

Martins (2018) sintetiza a cidadania regressiva do MBL em três pontos.

- atuação pela antipraxis, isto é, a participação efetiva nos processos sociais para reduzir direitos e, assim, o acesso universal aos bens materiais, simbólicos e sociais, recorrentemente propondo a privatização generalizada de serviços e bens públicos oferecidos pelo Estado;
- a militância pela redução do Estado e ampliação do mercado, que deve ser uma dinâmica a perpassar toda a vida social, reivindicando a propriedade privada como seu elemento basilar;
- a defesa da individualismo extremado e da liberdade total à livre iniciativa, com elogio à meritocracia e ao empreendedorismo pessoal, que devem ser ensinados a todos e todas por processos que se desenvolvem na escola e fora dela (MARTINS, 2018, p.61)

Embora o caráter regressivo do MBL possa ser evidenciado em todas as políticas educacionais propostas pelo movimento, percebemos medidas ultraconservadoras materializadas em dois projetos políticos em específico: o projeto de militarização das escolas em áreas que não são interessantes para o mercado, o PL 01-00273/2019, de autoria de Fernando Holiday e o Escola Sem Partido. Analisaremos ambos nos próximos tópicos.

### **3.2- Projeto de Militarização das escolas.**

Dentre o conjunto de propostas aprovadas no primeiro congresso nacional do MBL, destacamos o projeto de militarização das escolas em locais considerados de risco ou nas escolas em que a iniciativa privada não tem interesse de trabalhar. Nesses casos, o MBL recomenda uma escola militarizada, formando e conformando os futuros trabalhadores. Essa proposta é difundida a partir de que, em um ambiente pacífico o desenvolvimento educacional será maior.

Guimarães (2018) identifica que as primeiras aproximações da escola pública com a polícia militar são mapeadas a partir dos anos 1990, no contexto histórico da reforma gerencial do Estado que possibilitou a reforma educacional. A reforma gerencial do Estado foi formulada por Bresser-Pereira (1995). Segundo este autor, ela tinha por objetivo promover a “administração por resultados”, e, a fim de maximizá-los, visava a “transferir as atividades não exclusivas do Estado para o setor público não estatal” (BRESSER-PEREIRA, 1995, p.199). Foi por meio deste contexto histórico que Guimarães (2018) mapeou as primeiras aproximações do policial nas escolas, estabelecidas por meio de parcerias com as secretarias de Educação.

Essa primeira aproximação com a Secretaria de Educação é materializada por meio de suas políticas denominadas Programa Estadual de Integração de Segurança (PROEIS) e Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD). Segundo Guimarães (2018), o

PROEIS foi implementado por meio de parceria entre a Secretaria Estadual de Segurança (SESEG-RJ) e a Secretária Estadual de Educação (SEEDUC-RJ), instituída por meio do Decreto n° 42.875, de 15 de março de 2011 (GUIMARÃES, 2018, p.68). Segundo o Diário Oficial, o decreto se baseia, dentre outros pontos, em:

Que a manutenção, restauração e promoção de medidas de ordem pública nos espaços urbanos são meios reconhecidamente eficazes de redução dos índices de criminalidade (Rio de Janeiro,2011)

Objetivando manter a ordem pública para reduzir a criminalidade, o decreto (2011) estabelece alguns critérios para admissão do policial militar no programa: ele deve voluntariamente se inscrever para participar, e precisa ter sido aprovado no Teste de Avaliação Médica (TAM) e no Teste de Aptidão Física (TAF). Segundo o decreto, o programa funciona nos turnos adicionais, ou seja, fora do horário de serviço do policial. Logo, o pagamento do programa é realizado por meio de gratificação de encargos especiais, dividida em dois valores. Para oficiais, o valor é de R\$ 175; para praças, de R\$ 150. De acordo com Guimarães (2018), o programa é implementado a partir do pedido realizado pela escola à SEEDUC. Segundo esta autora, o trabalho policial é realizado de forma preventiva, e os agentes trabalham nas escolas vestindo farda e armados.

A segunda iniciativa que permitiu a inserção do policial militar nas escolas antes do processo de militarização, identificado por Guimarães (2018), é o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD). De acordo com a autora, este programa foi instituído por meio do Decreto n° 3.696 de 21 de dezembro de 2000, em seu artigo 5°, pela Política Nacional Sobre Drogas (PNSD), e pelo artigo 18 do Regimento Interno do Conselho Nacional Antidrogas (CONAD).

Guimarães (2018) aponta que esta é uma adaptação do programa norte-americano Drug Abuse Resistance Education (DARE), que surgiu em 1983, com a finalidade de permitir a entrada dos policiais militares dentro das escolas públicas e privadas para ministrar palestras sobre drogas. Comparando os dois modelos implementados, a autora ressalta que, neste projeto, o policial militar não realiza as palestras armado. Segundo ela, existem outras diferenciações, como:

O PROERD se diferencia do PROEIS, pois o objetivo do programa o torna mais palatável, na medida em que atuam os policiais no programa se autointitulam como “educadores sociais”, onde até a indumentária usada por eles se diferencia do PROEIS. O fardamento, no caso do Rio de Janeiro, é o uniforme de passeio, ou seja, uma forma de causar menos desconforto, com o intuito de distanciamento do repúdio social que o outro uniforme da corporação causa à população carioca (GUIMARÃES, 2018. p.67)

Conclui-se, portanto, que o primeiro programa (PROEIS) tinha por objetivo assegurar a segurança dos docentes e discentes em torno e dentro do ambiente escolar. Trata-se, pois, de um projeto afinado com a proposta política aprovada pelo MBL, tendo em vista que se procura implementá-lo em áreas consideradas de risco, complementando a formulação e permitindo a militarização em áreas que não são de interesse do capital. Ou seja, nestes casos admite-se este modelo de educação, um modelo que permite manter o controle social e a formação para o consenso, possibilitando a manutenção do status quo.

Outra diferença entre os projetos, segundo Guimarães (2018), remete à permanência do policial militar nas escolas. Enquanto no primeiro a presença do agente era constante, no segundo ele atuava como palestrante. Esta segunda modalidade de parceria, de acordo com a autora, passa por um processo mais criterioso de avaliação. A inscrição, de modo semelhante ao primeiro projeto, é realizada de modo voluntário. É disponibilizado um material próprio sobre drogas, e esses agentes passam também por uma avaliação de personalidade.

Segundo o site do PROERD, a implementação do programa é resultado da ação conjunta de “escola”, da “família” e do “policial militar<sup>123</sup>”. O site identifica que o público mais vulnerável ao vício são as crianças e adolescentes, pois, segundo o texto, ainda não sabem como resistir a ele. Dessa forma, o policial militar buscará intervir, baseando-se nos seguintes objetivos.

Desenvolver nos jovens estudantes habilidades que lhes permitam evitar influências negativas em questão afetas às drogas e violência, promovendo os fatores de proteção.

Estabelecer relações positivas entre alunos e policiais militares, professores, pais, responsáveis legais e outros líderes da comunidade escolar.

Permitir aos estudantes enxergar os policiais militares como servidores, transcendendo a atividade de policiamento tradicional e estabelecendo um relacionamento fundamentado na confiança e humanização.

Estabelecendo uma linha de comunicação entre a Polícia Militar e os jovens estudantes.

Abrir diálogo permanente entre a Polícia Militar e a família”, para discutir questões correlatas à formação cidadã de crianças e adolescentes.<sup>124</sup>

Os objetivos listados visam à prevenção às drogas e à melhoria da visão do policial militar. Guimarães (2018) ressalta que, apesar do procedimento mais criterioso para o treinamento do policial militar, falta preparação didática, haja vista que o agente irá trabalhar dentro do ambiente escolar ministrando palestras.

---

<sup>123</sup> Disponível em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portalm/proerd/conteudo.action?conteudo=1561&tipoConteudo=itemMenu> Acesso em: 13/05/2021

<sup>124</sup> Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portalm/proerd/conteudo.action?conteudo=1561&tipoConteudo=itemMenu>>. Acesso em: 11/05/2020.

Segundo o site do PROERD, o currículo implementado pelo D.A.R.E chama-se “Keepin’ it REAL”, o que, no Brasil, foi traduzido para “Caindo na real”. Ainda de acordo com a página, o currículo implementado por estes policiais leva em consideração a faixa etária do aluno e o nível de ensino. Ao todo, ficam disponíveis no site cinco currículos, destinados aos ensinos infantil e médio, e um para os pais.

A partir de 2013, Guimarães (2018) identifica um novo processo de aproximação da escola com as forças armadas. Nesse período, a autora identifica a implementação de escolas militarizadas (defendidas pelo MBL). Segundo o levantamento realizado pela pesquisadora, este modelo de escola já existe em Minas Gerais, Bahia, Manaus e, sobretudo, em Goiás, objeto de estudo da autora. De acordo com Guimarães (2018), as escolas militarizadas em Goiás atuavam como uma espécie de “laboratório” do programa.

O Estado de Goiás é vanguarda no processo de militarização. O número de escolas tem crescido vertiginosamente a cada ano: em 2015 eram 26 (vinte e seis) escolas em atividade, hoje o quantitativo é de 54 (cinquenta e quatro) unidades criadas em lei, sendo 36 (trinta e seis) em funcionamento e 18 (dezoito) aguardam para entrarem em atividades, dessas, 10 (dez) com previsão para entrarem em funcionamento no próximo ano. A rede estadual possui cerca de 1.300 (mil e trezentas escolas), dentro desse universo as escolas estaduais militares representam cerca de 5% (cinco por cento da rede). Em termos de números, não é considerado um número expressivo, contudo, essas escolas se destacam dentre as demais por sua excelência de ensino alardeada pelo governo do estado (GUIMARÃES, 2018. p.70)

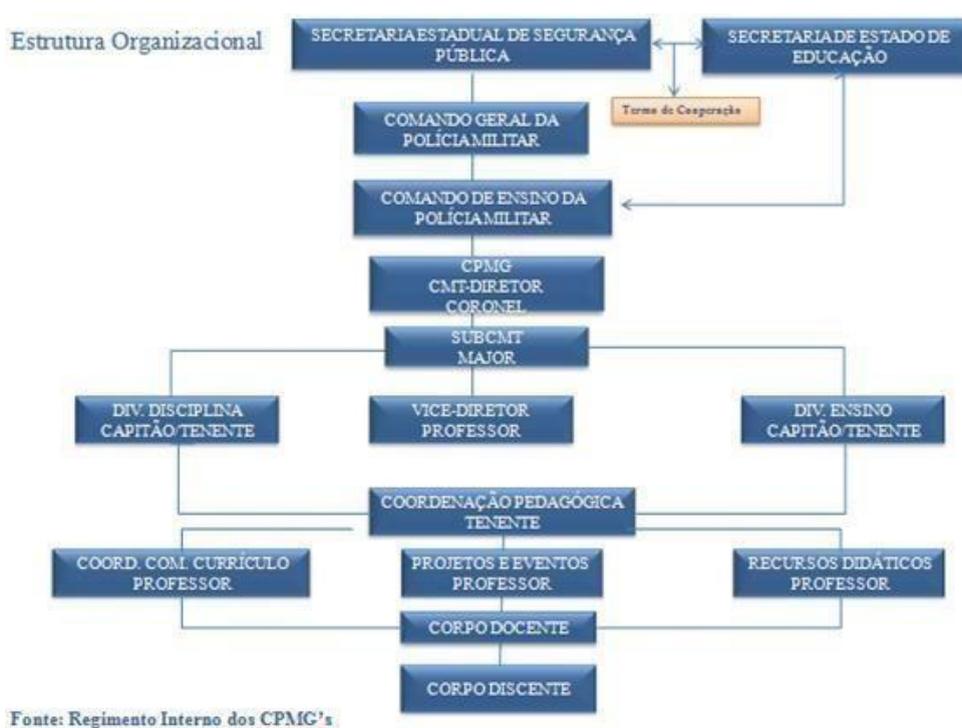
Segundo Guimarães (2018), o processo de ampliação das escolas do tipo militar se apoia nos resultados das avaliações das provas padronizadas (IDEB e ENEM), embasando-se no discurso de estabelecer a proteção dos alunos e docentes no ambiente escolar, ressaltando nesse quesito que a segurança influencia no processo de aprendizagem. No entanto, Guimarães (2018) analisou que as escolas em que realizou a pesquisa se concentravam em zonas de classe média, e que a implementação destas escolas produziu a valorização da área, devido à queda no número de roubos. Ou seja, a primeira constatação produzida pela pesquisadora é que a implementação destas escolas não foi realizada em áreas consideradas de risco.

Guimarães (2018) identifica que o processo de militarização dos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMG’S) se diferencia dos colégios geridos pela rede pública e do Sistema de Colégio Militar do Brasil (SCMB). Segundo a autora, a primeira diferença reside na “finalidade da educação”: apesar de ambos manterem uma estrutura hierárquica rígida, ressalta ela, o colégio militar tem por finalidade a formação de futuros membros da corporação, o que não necessariamente acontece nas escolas militarizadas.

Outra diferença identificada por Guimarães (2018) diz respeito a estruturas de prédios. Enquanto os colégios militares foram criados para aquela finalidade, os colégios da CEPMG’S

foram implementados por meio do processo de privatização das escolas públicas, por meio de uma parceria realizada pela Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás (SEDUCE-GO) com a Secretária de Segurança Pública (SSP-GO).

Um das principais diferenças entre as escolas militarizadas e as escolas públicas, segundo a autora, é o modo como se estrutura a gestão escolar. Na escola pública militarizada, a função do diretor escolar é assumida por um militar, com o único requisito de que este tenha alguma formação pedagógica. A pesquisadora produz um fluxograma que nos permite ter ideia das modificações produzidas nas gestões do espaço.



Fonte: Regimento Interno dos CPMG's, apud Guimarães, 2018, p.86.

Como podemos evidenciar pelo fluxograma realizado por Guimarães (2018), pela escala hierárquica, o docente tem pouco poder para propor modificações. A divisão de ensino, a divisão de disciplina e a coordenação pedagógica são atribuídas a militares. A tentativa de silenciar os professores e os pais de alunos, segundo Guimarães (2018), fica nítida ao analisar a forma de gestão da Associação de Pais e Mestres e Funcionários (APMF). De acordo com a autora, esta associação está subordinada ao comando e à direção, e não ao sindicato, impossibilitando a existência de espaços de discussão crítica nas/sobre as escolas.

Guimarães (2018) identifica três medidas de exclusão dos estudantes presentes nas escolas militarizadas. A primeira, lembra ela, ocorre por meio de “contribuições voluntárias”.

Trata-se de doações realizadas pelos pais de alunos para o financiamento das despesas com o ensino e outros gastos gerais do colégio. De acordo com Guimarães (2018), os colégios militares em que a pesquisa foi produzida possuem estruturas modernas.

Segundo Guimarães (2018), 10% dos recursos arrecadados pelas “contribuições voluntárias” são destinados a alunos que não têm a possibilidade de arcar com as despesas. Entretanto, como sinaliza a autora, a escola conseguiria manter a estrutura com os repasses de verbas realizados pelo governo. Sobre estas contribuições, Guimarães (2018) disserta:

A questão paradoxal do projeto de militarização é a cobrança de taxa realizada por essas escolas e que se tornou alvo de inúmeras críticas por parte da comunidade escolar, professores e associações de pais e alunos. Nesse sentido, por se tratar de instituições custeadas com dinheiro público, essas cobranças se tornam indevidas, pois os prédios das escolas já estão construídos, a manutenção também é feita pelo Estado, que também paga os professores, ferindo também os dispositivos legais da Lei de Diretrizes e Bases- LDB/ 1996, Lei nº9394, de 20 de dezembro de 1996, que versa sobre o ensino público e gratuito como uma das responsabilidades do Estado (GUIMARÃES, 2018. p.87)

Logo, a primeira medida que produziu a separação dos alunos, identificada por meio destas contribuições voluntárias, como aponta Guimarães (2018), contrário ao caráter público estabelecido pela LDB. A segunda forma localizada pela autora que produz o distanciamento do aluno destas instituições de ensino é identificada no processo de seleção para estas escolas: 50% das vagas são destinadas aos filhos de policiais, restando 50% para os demais alunos, privatizando parte destas vagas escolares.

A terceira forma de separação é identificada por meio da seleção dos uniformes obrigatórios na escola, que apesar de militarizada, ressalta a autora, continua sendo pública. Segundo Guimarães (2018), para ingressar na escola, tanto os alunos quanto os professores devem adquirir o uniforme da escola que deve ser padronizado. De acordo com ela, este uniforme chega a custar R\$700,00.

Além disso, o propagado desempenho nas avaliações externas produzidas pelas escolas militarizadas pode ser modificado. Segundo a autora, essa estratégia é observada por meio do regimento interno do colégio: o aluno deverá seguir um padrão rígido de comportamento e desempenho escolar, pois são analisados não apenas o currículo do aluno, como também sua disciplina (a disciplina é um ponto importante, e, ao nosso ver, é o principal objetivo da escola no pensamento do MBL).

Guimarães (2018) ressalta que as duas notas são importantes para a permanência do aluno dentro deste modelo de escola. Nesse sentido, mesmo que o estudante possua no currículo um desempenho exemplar, se lhe faltar disciplina, no final do ano, ele é “voluntariamente” transferido para outra escola.

Ademais, a autora relata que a transferência do aluno é realizada por meio de um acordo entre a escola e ele, da seguinte maneira: quando o aluno atinge nota 5,0, é chamado à diretoria e assina o Termo de Adequação de Conduta (TAC), onde é assegurado o acordo. Se, ao final do ano, ele possui nota 3,0, é “voluntariamente” retirado do colégio. Desta forma, os índices das provas padronizadas são elevados, pois as escolas mantêm como alunos apenas os considerados melhores.

Guimarães (2018) chama a atenção para o fato de as escolas possuírem graus de infração, classificadas como “leve”, “média” e “grave”. De acordo com cada infração, o aluno é conduzido a uma determinada ação disciplinar. Nessa perspectiva, a autora dá um exemplo de grau de infração leve: não cortar o cabelo ou tingi-los. Como neste modelo de escola não há espaços para a diferença, tudo deve ser padronizado. A autora destaca como uma última diferença entre as escolas militarizadas e públicas a inclusão de duas matérias, “Noção de Cidadania” e “Ordem”, ambas ministradas por militares.

Embora o MBL não tenha sistematizado como ocorrerá a gestão das escolas militarizadas, o levantamento realizado por Guimarães (2018) nos permite dimensionar como este projeto está ocorrendo nas escolas públicas Estaduais de Goiás. Sem representar garantias de melhores desempenhos acadêmicos, ressaltamos, como já foi demonstrado por Guimarães (2018), que as escolas possuem mecanismos para modificar estes resultados. Entretanto, identificamos que a implementação desta política funcionaria para silenciar professores e assegurar a formação para o consenso.

Identificamos o Projeto de Lei 01-00273/2019, elaborado pelo vereador Fernando Holiday (DEM), que visa a delimitar o comportamento dos alunos nas escolas públicas municipais de São Paulo. Este projeto possibilita a expulsão dos alunos que cometam graves atos de indisciplina. Dentre esses, identificamos aqueles repetidos no período de até dois anos, sendo eles:

- I- Atrapalhar o andamento da aula ou das demais atividades escolares;
- II- Qualquer forma de agressão verbal ou por escrito, inclusive virtual, a colegas, professores ou funcionários;
- III- o uso de álcool ou cigarros nas dependências da escola;
- IV- Ofensa à bandeira, ao hino, às armas e ao selo nacional ou municipal. (SÃO PAULO, 2019)

Este projeto de lei visa à expulsão dos alunos caso se comprovem os atos considerados graves. Com a expulsão, argumenta-se que há melhoria na qualidade do ensino; entretanto, para isso, este modelo permite a retirada, ainda que temporária, dos alunos que mais necessitam de

educação. No próximo tópico, será analisado o projeto do Escola sem Partido, defendido pelo MBL.

### **3.3- Movimento Escola sem Partido.**

A partir da análise de Colombo (2018), compreendemos a existência de duas frentes de ação, que têm projetos de educação distintos: a Frente Liberal Social e a Frente Liberal Ultraconservadora. Analisando os projetos aprovados no primeiro congresso nacional do MBL, identificamos propostas de ambas as frentes de ação. A primeira identificamos pelo compartilhamento das propostas do movimento com aquelas formuladas pelo BM (pertencentes à Frente Liberal Social).

A segunda é representada pelo MESP e pelo projeto de militarização. O MBL demonstrou apoio ao MESP adicionando este projeto político em suas propostas educacionais. Segundo Colombo (2018), o movimento realizou no dia 15 de agosto de 2017 a “Marcha Escola Sem Partido”. De acordo com Ricardo Almeida<sup>125</sup>, o grupo organizou manifestações em “mais de 100 cidades” e foi responsável por conduzir o protocolo do ESP em vários lugares. Além disso, o movimento justifica a criação do MBL Estudantil, sob o argumento de preparar os estudantes contra os professores doutrinadores presentes nas salas de aula.

O MESP foi criado por Miguel Nagib, em 2004, e, segundo seu site<sup>126</sup>, é inspirado no movimento “NoIndoctrination.org”, que surgiu nos Estados Unidos. O mito de fundação, segundo Moura (2017), remonta ao ano de 2003, quando um professor de história teria comparado Che Guevara a São Francisco de Assis, afirmando que ambos desistiram de tudo em prol de sua ideologia, sendo São Francisco motivado pela ideologia religiosa e Che Guevara, pela ideologia política.

Este caso de fundação, no site, é chamado de “caso sigma”<sup>127</sup>. Segundo a narrativa da página, Nagib teria escrito uma carta destinada ao professor de sua filha, questionando a comparação realizada em classe e o caráter político e ideológico de suas aulas. Após entregar a carta ao professor, o homem teria entregue cerca de 300 cópias a outros pais e alunos da escola. Eis os resultados, segundo Nagib:

<sup>125</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q-6EUX3B1Aw>. Acesso em: 13/07/2020.

<sup>126</sup> Disponível em: <http://escolasempartido.org/quem-somos/> Acesso em: 13/05/2021

<sup>127</sup> Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/blog/caso-sigma/> Acesso em: 13/05/2021

Como já era esperado, nada aconteceu. Um dos diretores do colégio, Prof. Ronaldo, que me convidara para uma conversa, dizendo-se surpreso quando informei que alguns de seus professores faziam propaganda política em sala de aula, negou simplesmente, a veracidade das minhas informações. Ao que parece, não tomou qualquer providência, ou se tomou, não me informou coisa alguma. O mais grave, porém, foi a reação dos pais. Ou melhor: a não reação, já que nenhum deles me procurou para comentar, apoiar ou criticar a iniciativa. Silêncio total. Em comparação, no dia seguinte ao da distribuição da carta, alunos do tal professor promoveram no pátio do colégio uma grande passeata de desagrado, com cartazes do tipo “Iomar é o Rei”. (ESCOLA SEM PARTIDO,2021)

Como podemos verificar, a ação de Nagib resultou numa movimentação escolar em apoio ao professor. Apesar de não gerar os efeitos desejados pelo pai, este caso, segundo Moura (2017), teria motivado o surgimento do Movimento Escola Sem Partido (MESP). De acordo com Moura (2017) e Miguel (2016), o MESP tinha por objetivo combater a “doutrinação” nas escolas. No site, o movimento é apresentado como uma iniciativa de “estudantes e pais” que estariam preocupados com o ensino nas escolas de nível básico e superior.

Entretanto, segundo Colombo (2018), é possível identificar outra história de origem a partir da análise das ligações com organismos “liberais-ultraconservadores”. A autora constata que, desde 2002 — portanto, um ano antes do caso sigma —, é possível verificar a conexão de Miguel Nagib, Nelson Lehmann da Silva, Bráulio Porto e Olavo de Carvalho. Colombo (2018) chega a esta conclusão a partir da análise de Penna e Sales (2007):

Primeiramente, os autores analisam alguns artigos presentes na página oficial do ESP que foram publicados anteriormente à fundação do movimento (2014), de autoria de Nelson Lehmann da Silva e Olavo de Carvalho, revelando a influência das ideias dos mesmos na trajetória de sua criação, sendo os precursores de sua retórica (PENNA e SALLES, 2007, p.24, apud Colombo, 2018, p.138)

Os autores, segundo Colombo (2018), prosseguem a investigação e identificam a ligação de Olavo de Carvalho e de Nelson Lehmann com o Instituto Liberal de Brasília:

Os autores remontam às relações entre Lehmann e Olavo de Carvalho do extinto Instituto Liberal de Brasília, onde já havia na página do Instituto artigos de Lehmann sobre “doutrinação ideológica nas escolas” e as “propagandas comunistas em livros didáticos” antes de 2004 que teriam, segundo o próprio Olavo de Carvalho, inspirado Miguel Nagib a fundar o movimento Escola sem Partido (COLOMBO, 2018, p.138-139.)

As origens do MESP remontam ao Instituto Liberal de Brasília e não à iniciativa de “pais” preocupados com a educação de seus filhos. Segundo Colombo (2018), o MESP atua como “marca propagandista” dos organismos liberais ultraconservadores, dentre os quais está presente o MBL, que adotou o projeto enquanto projeto político. É possível identificar a “virada” do MESP a partir de 2013 (COLOMBO, 2018), momento das jornadas de junho, em que o movimento ganha grande visibilidade.

Colombo (2018) identifica o desenvolvimento do MESP a partir de três marcos político-temporais. O primeiro, como já ressaltamos, é apresentando a partir das reais origens do MESP, através da vinculação de Miguel Nagib (seu criador) a Olavo de Carvalho, Nelson Lehmann, Bráulio Porto e ao Instituto Liberal de Brasília.

O segundo marco temporal apresentado pela autora ocorre com a expansão da pauta do MESP. Nesse segundo momento, o movimento adota a pauta de “combate à ideologia de gênero” e forma a aliança com a bancada cristã no Parlamento. Por fim, o terceiro marco é apresentado nas jornadas de junho de 2013.

Inicialmente, o MESP tinha como objetivo único o combate à “doutrinação marxista”, realizada supostamente por professores dentro do ambiente escolar. Segundo Miguel (2016) e Colombo (2018), o movimento se fortalece com a adoção da pauta de combate à “ideologia de gênero”. Colombo (2018) afirma que o movimento compreendia que a ideologia de gênero era instrumentalizada para acabar com o sistema do capitalismo.

O termo ganhou proporção dentro das trincheiras de ação do movimento, sob a lógica dedutível de que os doutrinadores comunistas usavam como estratégia de combater o capitalismo a “ideologia de gênero” em sua “guerra cultural marxista”. Nesta narrativa, tal “ideologia” visava destruir o modelo familiar nuclear, heterossexual e patriarcal para criar o caos moral que abriria portas para a difusão do marxismo e assim destruir o capitalismo para instaurar a ditadura comunista (nota-se que, dentro desta lógica, assumem o fato de que o modelo de família burguesa é nuclear e patriarcal, sendo uma de suas bases de sustentação do próprio capitalismo) (COLOMBO, 2018, p.140)

Quanto ao argumento de que a “ideologia de gênero” causaria o caos moral e poria fim a este modelo de família, houve a adesão ao movimento de igrejas evangélicas e da bancada cristã, ambos em combate à introdução da chamada ideologia de gênero nas escolas. É possível verificar a adesão da bancada cristã no contexto de criação do material “Kit Escola Sem Homofobia”. De acordo com Miguel (2016), o MESP passou a defender uma educação que não interferisse no direito da família.

O terceiro marco temporal que, segundo Colombo (2018), nos possibilita compreender a “virada” do MESP é identificado no contexto das jornadas de junho de 2013. Nesse momento, é modificada a forma de ação do movimento, que passa, de acordo com a autora, a representar uma ampla frente de rede de APHs da ofensiva liberal ultraconservadora.

Colombo (2018) identifica duas formas de ação do movimento: a primeira na sociedade civil, buscando o consenso e aprovação desta pauta por meio do discurso com ênfase na destruição das famílias e contra a doutrinação marxista, e da sociedade política, expressa nas formulações do projeto de lei, por meio da adesão da bancada cristã. A ênfase, nesta fase, recai

sobre a ideologia de gênero, e não o combate à ideologia marxista, embora este tema ainda esteja presente.

É possível verificar a tentativa de intimidação e criminalização do trabalho docente a partir de 2015, ano em que o MESP disponibiliza em seu site uma notificação extrajudicial. De acordo com Miguel (2016), a “campanha pela notificação” surgiu com o procurador Guilherme Schelb, após a divulgação de um vídeo no qual ensinava a emitir a notificação extrajudicial, enfatizando na filmagem a possibilidade de as famílias conseguirem uma indenização por parte dos docentes e das escolas. A fundamentação desta notificação baseia-se supostamente no artigo 12 da Convenção Americana dos Direitos Humanos.

Ainda de acordo com Miguel (2016), foi após a divulgação do vídeo do procurador que o MESP passou a disponibilizar no site modelos mais amplos de notificações extrajudiciais. Segundo o autor, constava também um aconselhamento aos pais, para que mintam sobre os filhos estarem cientes das notificações, dando a entender que os filhos fiscalizaram os professores nas aulas. Em visita ao site<sup>128</sup>, encontramos disponíveis três modelos de notificação extrajudicial, sendo dois deles destinados à notificação individual (direcionada ou à direção ou ao professor) e um, à notificação coletiva.

Como medida de convencimento, são divulgadas na sociedade civil as ações do MESP, e é disponibilizado no site um espaço para a divulgação dos depoimentos dos alunos que passaram por “doutrinação ideológica”. Além disso, encontramos a categoria “livros didáticos<sup>129</sup>” que tem por objetivo realizar denúncias quanto aos aspectos ideológicos e morais dos livros didáticos utilizados nas escolas de nível fundamental e médio. Localizamos, também, a categoria “Síndrome de Estocolmo”, que tem por objetivo evidenciar o “sequestro intelectual” de alunos que não se reconhecem como vítimas do “professor doutrinador” em sala de aula. Nesta categoria, encontramos o caso que supostamente originou o movimento “caso sigma”, no qual os alunos, ao invés de reivindicar a retirada da suposta doutrinação, teriam se reunido em apoio ao professor.

Segundo as investigações de Moura (2017), o primeiro projeto de lei do ESP foi escrito por encomenda de Flávio Bolsonaro (PSC-RJ, na época deputado estadual) a Miguel Nagib, em 2014, e posteriormente disponibilizado no site do MESP como anteprojeto, para ser reproduzido nos âmbitos estadual e municipal. Atualmente, o site<sup>130</sup> dispõe anteprojetos de lei

<sup>128</sup> Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/blog/notificacao-extrajudicial-arma-das-familias-contradoutrinacao-nas-escolas/> Acesso em: 17/05/2021

<sup>129</sup> Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/blog/category/livros-didaticos/> Acesso em: 17/05/2021

<sup>130</sup> Disponível em: <http://escolasempartido.org/anteprojeto/> Acesso em: 17/05/2021

para as esferas federal, estadual e municipal, e adiciona um anteprojeto para decreto em nível estadual e municipal.

Como já identificamos, o segundo marco temporal do movimento se relaciona à adoção da pauta de combate à ideologia de gênero, sendo realizada, aqui, a aliança com a bancada religiosa. Segundo Colombo (2018), esse movimento é datado do ano de 2011. Entretanto, identificamos a tentativa de fortalecê-lo no âmbito político a partir de 2016, ano eleitoral, no qual o MESP disponibiliza em sua página candidatos que se responsabilizam com a adoção de suas pautas, ou seja, do projeto Escola Sem Partido. Ainda segundo Colombo (2018), essa estratégia será reproduzida nas eleições de 2018, porém abrangendo candidatos para cargos de prefeitos, governador, senador, deputado estadual e federal (COLOMBO, 2018. p.146).

Moura (2017), a partir de uma ampla análise dos projetos de lei do Escola Sem Partido e outros projetos de lei que tenham a mesma finalidade, no recorte de 2014 a 2016 identifica o protagonismo religioso nas formulações destes textos, por meio de líderes evangélicos e católicos atrelados à frente parlamentar evangélica, que se baseavam, como identificamos, no pavor marxista e na defesa da família.

Em 2019, um novo projeto de lei foi criado, denominado como “Programa Escola Sem Partido”, em que constam como autores: Beatriz Kicis, advogada, deputada federal (PSL-DF), cunhada de Miguel Nagib (criador do MESP); o deputado federal pelo DEM-SP Kim Kataguiri (fundador e coordenador do MBL); e o deputado federal Pr. Marco Feliciano (Republicanos-SP), dentre outros.<sup>131</sup>

O PL 246/2019 foi apensado ao PL 867/2015, de autoria de Izalci Lucas Ferreira (deputado federal pelo PSDB-DF), que tinha como proposta “incluir o programa Escola Sem Partido nas diretrizes e bases da educação” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015, p.1). Paiva (2020), analisando ambos os projetos de lei, identifica que o PL 246/2019 tem por objetivo “ampliar as práticas de fiscalização, controle e perseguição ao trabalho docente (PAIVA, 2020, p.120).

O PL de 2019, assim como o de 2015, se baseia no artigo 12, inciso 4 da Convenção Americana dos Direitos Humanos. No entanto, como lembrou Paiva (2020), o PL não contempla o “Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais” (Protocolo de San Salvador). Segundo Paiva (2020), no artigo 13, inciso 2:

---

<sup>131</sup> Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_autores?idProposicao=2190752](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_autores?idProposicao=2190752), acessado em: 18/05/2021

A educação deve capacitar todas as pessoas para participar efetivamente de uma sociedade democrática e pluralista, conseguir uma subsistência digna, favorável à compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos e promover as atividades em prol da manutenção da paz (EL SALVADOR, 1988, n.p apud PAIVA, 2020. p.122-123)

Paiva (2020) identificou uma modificação no PL de 2019 quando comparado ao de 2015. No novo PL, ao invés do uso do termo “doutrinação ideológica” no artigo 3, emprega-se o termo “manipulação ideológica”. O autor observou a tentativa de controlar, fiscalizar e, ao mesmo tempo, intimidar o trabalho docente ao propor a gravação em sala de aula, com a justificativa de melhorar o desempenho do aluno e, concomitantemente, permitir que os pais “avaliem” os conteúdos ministrados em sala de aula. Entretanto, como enfatiza o autor, esse mecanismo de fiscalização interferiria no direito autoral da aula do docente, além de não levar em conta que a escola possui meios de avaliação internos, como “conselhos escolas e conselhos de classe” (PAIVA, 2020.p.123)

O PL de 2019 visa a abranger os “conteúdos curriculares”, “materiais didáticos”, “provas de concurso para carreira docente”, e tem por objetivo instituir um canal de denúncias ao descumprimento do texto. Visa também a proibir a atuação de grêmios estudantis de “atividades político-partidárias” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019, n.p). Paiva (2020) identifica a continuidade, nos dois PLs, da permanência de cartazes identificando os deveres do professor.

O que identificamos por meio da política idealizada pelo MESP é a materialização de uma leitura equivocada em nome do combate à ideologia de gênero que resultaria no fim da família. Miguel (2016), analisando criticamente o slogan “Meus filhos, minhas regras”, chega a duas conclusões: primeiro, da negação da escola a promover o ensino plural em detrimento da família; segundo, da destruição do direito à aprendizagem. O ensino almejado pelo MESP, inserido por meio de uma pretensa neutralidade, tem como resultado a repolitização, ao omitir as lutas de classe.

Miguel (2016) identifica o caráter conservador do MESP analisando o PL 867/2015, onde, segundo o autor, a educação era compreendida apenas como fatos transmitidos aos alunos.

Percepções críticas sobre o mundo social, que apontam suas injustiças e contradições, certamente não passam pelo crivo da neutralidade. Mas a visão que se quer apenas descritiva tampouco é neutra: ela é ativa e colaboradora do esforço de invisibilização das contradições e da naturalização da ordem vigente, que é crucial para reprodução. Disciplinas de ciências humanas, como história, filosofia, sociologia, geografia ou literatura, ficam inviabilizadas, a não ser que recuem a práticas vigentes – por exemplo – no regime militar, quando o ensino de história nos colégios era quase que limitado a lista de nomes de personalidades e data de eventos. Por não assumir expressamente juízos de valor, tal ensino pode parecer neutro. Porém, ao negar ao aluno as condições

de situar processos históricos e de compreender os interesses em conflito, cumpre um inegável papel conservador (MIGUEL, 2016, p. 608)

Dentro desta concepção, não restaria espaço para questionamento das diferenças ou da discussão da violência causada por gênero. Por essa omissão, esses acontecimentos seriam naturalizados. Por fim, Miguel (2016), compreende a formatação deste projeto de lei como uma tentativa de criminalizar o trabalho docente, entendimento com o qual concordamos. Isso fica nítido no discurso proferido pela deputada Bia Kicis na apresentação da PL 246/2019, onde a parlamentar ressalta que estes professores doutrinadores merecem ser chamados de “molestadores de crianças”, conforme podemos verificar na citação a seguir.

É com profunda tristeza que tenho acompanhado hoje professores, que na verdade merecem muito mais o título de molestadores de crianças, invadirem o espaço da sala de aula, que deveria ser um local seguro, onde nossos filhos, os nossos netos, os nossos sobrinhos pudessem receber uma formação que lhes possibilitasse, mais tarde, adentrarem o mercado de trabalho e serem pessoas úteis para a sociedade, pessoas com valores que permitam que novas famílias sejam criadas e que nosso País seja uma nação. Nós assistimos com muita tristeza a essas crianças sendo doutrinadas, inclusive sendo iniciadas precocemente na chamada ideologia de gênero e sendo sexualizadas. (DIÁRIO DA CÂMARA DE DEPUTADOS, 2019, p. 49-50)

Em vídeo<sup>132</sup> disponibilizado no canal do YouTube do MBL Estudantil, Fernando Holiday, coordenador nacional do MBL, critica o texto formulado em 2019, enfatizando defender os primeiros projetos que originaram o movimento, ou seja, aqueles que pretendiam informar os alunos, por meio de cartazes, dos seus direitos. Entretanto, como já foi identificado, um dos autores do texto original é Kim Kataguirí, que, além de fundador do movimento, é um de seus coordenadores. No vídeo, Fernando Holiday critica a perseguição aos docentes: para ele, essa postura deveria ser direcionada aos sindicatos, identificados como partidários. Logo, enfatiza o parlamentar, este projeto de lei não representa todos os docentes. Holiday quer, nesse sentido, defender os professores que apoiam o MBL.

Como já identificamos, os projetos educacionais do MBL visam a garantir o lucro dos empresários liberais inseridos na educação, que, neste movimento, asseguram seus lucros em dois sentidos: primeiro, por meio da venda do serviço; segundo, por meio da formação ministrada para o consenso e a manutenção da hegemonia de classe. Nos casos em que é permitida a ação do Estado, este deve agir de modo a transmitir aos alunos o conteúdo de maneira factual, isto é, desprovida de interesse, sem remeter à problematização das desigualdades sociais. Isso deve acontecer seja por meio da implantação do ESP, seja por meio do processo de militarização. No último tópico, abordaremos as novas formas de consenso

---

<sup>132</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=UJRY\\_IXUbjQ](https://www.youtube.com/watch?v=UJRY_IXUbjQ) Acesso em: 27/05/2021

veiculadas pela “Nova Direita”, em especial pelo MBL, por meio do MBL Estudantil, projeto que foi recentemente modificado e deu origem à Academia do MBL e por fim identificamos um projeto similar ao MBL Estudantil denominado UniLivres.

### **3.4 Experimentos da Nova Direita: Estratégia de formação para o consenso.**

Antônio Gramsci (2011) apresenta uma nova formulação de Estado. Em sua análise, o Estado é composto pela “sociedade civil” e pela “sociedade política”. Nesta última, via de regra é materializada a força do Estado, por meio de seus aparelhos coercitivos, fazendo cumprir a lei. Já a sociedade civil é o espaço onde é moldado o consenso, por meio de “aparelhos privados de hegemonia” e seus intelectuais orgânicos, responsáveis por disseminar seus projetos falseados em interesses coletivos.

Compreendemos o MBL como um APH que, em seu primeiro congresso nacional, realizado em 2015, sistematizou um conjunto de propostas políticas para a sociedade, difundidas por meio da atuação do movimento. Para tanto, são construídos discursos a fim de transformar seus projetos em universais, visando ao “bem comum”. Como vimos, no campo da educação, este bem comum é restrito aos empresários de ensino.

O movimento se encarrega de encaminhar seus projetos para o âmbito político por meio de seus parlamentares eleitos, conforme foi demonstrado na análise da fonte “Manual para abertura de filiais municipais do MBL”. Ali, identificamos parte da estratégia do grupo de formação para o consenso, por meio das filiais, responsáveis por realizar eventos com o objetivo de divulgar sua criação e as ideias do movimento.

Reiteramos que o MBL foi criado, enquanto marca e grupo de Facebook, no contexto das manifestações de junho de 2013, por iniciativa do movimento EPL, que, como já identificamos, possui vínculos com organizações internacionais. Com o objetivo de investigar quem são os donos da marca, realizamos uma pesquisa no banco de dados do INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial). Como resultado do levantamento, identificamos cinco tentativas de registro, como podemos verificar abaixo.

Figura 2- Dados do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)

BRASIL Acesso à informação Participe Serviços Legislação Canais

Instituto Nacional da Propriedade Industrial Ministério da Economia

Consulta à Base de Dados do INPI [ Início | Ajuda? ]

» Consultar por: Pesquisa Básica | Marca | Titular | Cód. Figura ]

**RESULTADO DA PESQUISA** (03/02/2021 às 15:44:01)  
 Marca: "movimento brasil livre"  
 Foram encontrados 5 processos que satisfazem à pesquisa. Mostrando página 1 de 1.

Número	Prioridade	Marca	Situação	Titular	Classe
909101039	30/03/2015	M MOVIMENTO BRASIL LIVRE	✗ Pedido definitivamente arquivado	NCE SERVICOS DE FILMAGENS LTDA	NCL(10) 45
909958297	08/09/2015	M MOVIMENTO BRASIL LIVRE	✓ Migrados do SINPI (sub judice)	MOVIMENTO RENOVACAO LIBERAL	NCL(10) 45
916768201	18/02/2019	N MOVIMENTO BRASIL LIVRE	✓ Aguardando fim de sobrestamento	MOVIMENTO RENOVACAO LIBERAL	NCL(11) 35
916768516	10/02/2019	N MOVIMENTO BRASIL LIVRE	✓ Aguardando fim de sobrestamento	MOVIMENTO RENOVACAO LIBERAL	NCL(11) 41
916768597	18/02/2019	N MOVIMENTO BRASIL LIVRE	✓ Aguardando fim de sobrestamento	MOVIMENTO RENOVACAO LIBERAL	NCL(11) 45

Páginas de Resultados:  
1

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro - RJ - CEP: 20090-910

Fale conosco

Disponível em: <<https://busca.inpi.gov.br/pePI/servlet/MarcasServletController>>. Acesso em: 27/05/2021

A primeira tentativa de registro é datada de 30 de março de 2015, como pedido de natureza coletiva realizado pela empresa NCE Serviços de Filmagens LTDA, ou, como se apresenta na rede social Facebook<sup>133</sup>, NCE Filmes. Criada em 2013 (MMXIII, como expressa no logotipo do facebook), ano em que ocorreram as jornadas, a empresa tem como cofundador e diretor Alexandre Henrique Ferreira dos Santos, que produziu o filme documentário “Não vai ter Golpe!” em conjunto com outros vídeos do MBL. Alexandre é irmão de Renan Santos, fundador do MBL, e responsável por realizar uma série de análises no YouTube. Esse primeiro pedido não teve êxito devido à falta de documentos que comprovassem a natureza coletiva do movimento.

As demais tentativas são registradas no nome do Movimento Renovação Liberal (MRL). Segundo a reportagem publicada pelo El País<sup>134</sup>, o MRL é registrado no nome de quatro pessoas: Renan Santos, Alexandre Santos, Stephanie Ferreira dos Santos (os três irmãos, portanto) e, por último, Marcello Carratu Vercelino. De acordo com a matéria, consta na Receita Federal apenas o nome de Stephanie como presidente da associação. O texto afirma, ainda, que

<sup>133</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/2013filmes> Acesso em: 27/05/2021

<sup>134</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/26/politica/1506462642\\_201383.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/26/politica/1506462642_201383.html) Acesso em: 27/05/2021

todo dinheiro levantado pelo site do MBL, seja por arrecadação com filiados ou venda de produtos, é repassado para o CNPJ do MRL. Entretanto, no site, este repasse não é identificado.

Ambos os movimentos não disponibilizam sua arrecadação. Ao ser questionado pelo El País, o MBL justifica a falta de transparência nas doações com a proteção de seus membros. Questionamo-nos, porém: quais são os riscos que esses membros estariam correndo? Por que seus parceiros teriam interesse em permanecer no anonimato? Ao ser indagado pela referida reportagem quanto à relação com o MRL, o MBL elaborou a seguinte resposta:

Antes de tudo há um erro na pergunta. O Movimento Renovação Liberal não é uma empresa, mas sim uma associação civil sem fins lucrativos. A relação entre o Movimento Renovação Liberal e o Movimento Brasil Livre precisa ser compreendida a partir da natureza jurídica de cada um deles. Não se deve confundir um com o outro. O MBL é uma associação de fato, que congrega milhares de indivíduos de diversas localidades do país identificados com causas de natureza política, social e econômica. Para não perder sua essência de movimento cívico compreendido como reunião espontânea de pessoas, optou-se por esta formatação. O Movimento Renovação Liberal presta apoio formal ao MBL, por exemplo em relação à realização de eventos, tendo inclusive registrado perante o INPI e cedido o uso da marca MBL, evitando-se que pessoas de má fé pudessem se aproveitar de todo trabalho realizado por indivíduos que lideraram o movimento. Atualmente, os ataques sofridos pelo MBL apenas confirmam o acerto da medida (EL PAÍS, 2017)

De acordo com o posicionamento do MBL, o MRL presta apoio nas realizações de eventos promovidos pelo movimento e permite a mobilização financeira. Como estratégia de convencimento e divulgação das ideias, o MBL realiza lives semanais de análises políticas e publicação de textos no portal do MBL News. Por meio da identificação do quarto integrante dono da marca MBL, Marcelo Carratu Vercelino, mapeamos a principal estratégia de alinhamento de projetos políticos, que é realizada por meio das aulas de alinhamento, ministradas pelo professor Ricardo Almeida.

Marcelo Carratu atua como coordenador nacional do MBL e, segundo o site<sup>135</sup> da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, trabalha no gabinete de Arthur do Val, onde ocupa o cargo de assistente parlamentar V. Começou a trabalhar no dia 13 de janeiro de 2021 (fato não disponibilizado nas redes sociais). Carratu é responsável por disponibilizar um conjunto de aulas de alinhamento em seu canal do YouTube. Neste canal, são disponibilizadas apenas estas aulas, o que não permite concluir que esta seja a finalidade da conta.

As aulas de alinhamento são realizadas por Ricardo Almeida Mota Ribeiro (Professor Ricardo Almeida), um dos responsáveis pela criação da cartilha “O que é iluminismo?”,

---

<sup>135</sup> Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/servidor/?matricula=30155> Acesso em: 29/05/2021

disponibilizada para os alunos do MBL Estudantil. Segundo o currículo Lattes<sup>136</sup>, Ricardo possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (2011) e em Direito pela Universidade Salvador — UNIFACS (2010), e trabalhou como professor substituto na Instituto Federal da Bahia (IFBA). Foi um dos fundadores da filial do movimento na Bahia e, segundo o site da ALESP, trabalha como auxiliar parlamentar no gabinete do deputado Arthur do Val desde 19 de março de 2019, mesmo ano em que começaram a ser disponibilizadas as aulas de alinhamento no YouTube.

Na aula de alinhamento do dia 12/09/2019, ao ser questionado por um aluno sobre o porquê de não concorrer a um concurso público para tornar-se professor universitário e, assim, constituir-se como referência de uma pós-direita na universidade, Ricardo deixou clara sua trajetória no movimento.

Mas eu fiz, eu fui professor da Bahia, aqui não, fui professor do Instituto Federal da Bahia durante um tempo. Fiz concurso para professor substituto porque na época não tinha aberto para professor efetivo. Quando abriu concurso para professor efetivo, pra vocês verem como é a burocracia brasileira, daí eu fui fazer concurso para professor efetivo da UFBA e do IFBA antes de vir pra cá pra São Paulo, aí eu não podia porque eu tinha sido professor substituto, eu tinha que esperar, olhe só, eu tinha que esperar porque, de acordo com a legislação lá, dois anos porque a legislação lá, entre o tempo que fui substituto e o concurso, eu fui substituto dois anos. O contrato pra professor substituto, para quem não sabe, são 6 meses, renova, renova, renova, então dá dois anos, quatro semestres, e aí eu queria fazer o concurso pra efetivo mas não podia, eu tinha que esperar dois anos para poder. Aí eu disse ah não, não vou fazer esta bosta e de fato, não fiz, depois disso fui trabalhar com política na campanha de doutora Mônica Bahia, candidata a vice-governadora no Estado da Bahia. Deu um tempo, fiquei sem emprego de novo e fui chamado pelo MBL, tô aqui mas atualmente eu não pretendo fazer concurso nenhum porque eu tô trabalhando muito no MBL. As coisas aqui, não tem como eu fazer as duas coisas, né, mas no futuro farei sim, e tenho muito interesse em publicar artigos na USP. No final de outubro, vou apresentar um artigo na USP. Quando tiver perto eu aviso a vocês, vai ser na jornada de filosofia oriental.<sup>137</sup>

Nota-se pela citação que Almeida encontrava-se desempregado quando foi convidado para trabalhar para o MBL e se mudou da Bahia para São Paulo. Omite-se, em sua apresentação, a relação trabalhista como parlamentar. Questionamo-nos se o cargo parlamentar foi a forma que o movimento encontrou para remunerar seus funcionários, tendo em vista que em nenhuma das aulas assistidas até o momento o professor informa sobre seu trabalho comissionado. Esta mesma omissão se repete com Marcelo Carratu.

O pesquisador João Miranda (2020) elabora a hipótese de que existem tipos de APHs da Nova Direita. Os primeiros, segundo o pesquisador, são aqueles criados e protagonizados pela burguesia. Os segundos, identificados pelo pesquisador a partir dos anos 2000, são

<sup>136</sup> Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4431900A7> Acesso em: 29/05/2021

<sup>137</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=k\\_rrAE-qBV8](https://www.youtube.com/watch?v=k_rrAE-qBV8). Acesso em 15/04/2020.

aparelhos criados por pessoas externas à burguesia, mas que defendem os interesses burgueses. Miranda(2020) evidencia como exemplo deste segundo tipo o MBL. Segundo sua hipótese, esse crescimento na quantidade de APHs foi possibilitado pela disponibilização da internet, por meio de blogs e pelo Orkut, e favorecido pelo contexto político, pois, como lembra o autor, os governos de Lula e, posteriormente, Dilma optaram pela conciliação, o que permitiu a criação de novos APHs.

Com o lançamento do manual que regulamenta as novas filiais, o MBL possibilitou a abertura delas em diversos municípios. Como estratégia para manter a conformidade ideológica, oferece as aulas de alinhamento, disponibilizadas por meio do canal de Marcelo Carratu. O canal em que são disponibilizadas as aulas possui 174 inscritos e um conjunto de 29 videoaulas, ministradas por Ricardo Almeida, com suporte técnico do próprio Marcelo Carratu, nas quartas-feiras, às 22 horas. Foram analisadas aulas compreendidas no período de 14 de agosto de 2019 a 29 de junho de 2020.

As aulas ministradas não possuem uma ementa com a descrição dos conteúdos que serão trabalhados no decorrer do ano. O critério para a escolha dos assuntos deriva das oportunidades apresentadas pelo contexto atual, ou seja, os conteúdos são escolhidos conforme a necessidade. Mapeamos quatro tipos de aulas em 2019, que serão reproduzidas em 2020. O primeiro são as aulas teóricas; o segundo destina-se à militância prática do movimento; a terceira, ao treinamento de debate dos membros; a quarta, à discussão de questões da atualidade.

A primeira aula disponibilizada no canal data do dia 14 de agosto de 2019<sup>138</sup>. Entretanto, antes dessa aula já haviam outras, não foi possível identificar o período exato em que elas começaram. No vídeo, Ricardo Almeida caracteriza o MBL enquanto movimento de militância política. Em outro vídeo disponibilizado no canal do MBL Estudantil<sup>139</sup>, denominado “Iluminismo - perguntas e respostas”, Ricardo compreende a formação da Nova Direita a partir de dois marcos: a criação do Instituto Liberal em 1983 e os trabalhos realizados por Olavo de Carvalho, formando a direita por meio do “Seminário de Filosofia”.

O primeiro tipo de aula ministrada para as filiais é de cunho teórico. Isso fica nítido a partir da primeira aula disponibilizada (14/08/2019), onde se é apresentado o capítulo 1 do livro “Sociedade do Espetáculo”, de Guy Debord. A aula parte da leitura de trechos, seguidos de uma pequena explicação. O objetivo, segundo Almeida, é explicar a complexidade da leitura de um texto filosófico. Almeida, a partir da obra, faz uma crítica ao MBL, com referência aos

<sup>138</sup> Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=-OqgmQ5WZyE&t=231s>>. Acesso em 15/04/2020.

<sup>139</sup> Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=sk--8gSZTbI>>. Acesso em: 29/05/2021

conteúdos de seus vídeos, ressaltando que são pouco aprofundados, ao mesmo tempo que atribui a atuação desses vídeos à tecnologia que está inserida.

Nesse conjunto de aulas teóricas realizadas em 2019, são debatidos, ainda, os textos de José Guilherme Mérquior<sup>140</sup>(28/08/2019) e Robert Alexander Nisbet<sup>141</sup> (25/09/2019), trabalhando como temática o conservadorismo. Os textos das aulas são todos disponibilizados no grupo da turma. Por este motivo, em algumas aulas só foi possível tomar nota do nome do capítulo ou do autor trabalhado.

A aula do dia 12/09/2019 <sup>142</sup>é realizada sem aporte de texto-base. O objetivo deste encontro é realizar a crítica das pautas elaboradas pela direita. Segundo Ricardo Almeida, as pautas da direita são elaboradas a partir de “antítese” das da esquerda. O professor dá o exemplo da pauta de defesa ao meio ambiente: segundo ele, este assunto sempre foi preocupação da direita; entretanto, não como pauta política. Nesta aula, Ricardo enfatiza a necessidade de trazer todas as pautas da esquerda para a direita, fazendo as modificações necessárias quando houver necessidade.

As últimas aulas no formato teórico desenvolvido no ano de 2019 abordaram o texto de Martin Varques da Cunha <sup>143</sup>(09/10/2019), autor que já apareceu em vídeo publicado pelo movimento<sup>144</sup>. O último texto analisado é o caderno de tese do PT (04/12/2019)<sup>145</sup>. O objetivo desta aula é identificar quais são as leituras que a corrente do partido realiza sobre os erros cometidos e quais são os próximos passos para a reparação do erro. Ricardo enfatiza nesta aula “que é importante conhecer o inimigo”. Segundo ele, as chapas identificam que os principais erros cometidos pelo partido no governo foi a implementação da política de conciliação, o excesso de burocratização e o distanciamento com a base. A partir desse entendimento, o professor identifica o perigo para a direita, pois, caso a esquerda volte ao poder, a opção política que será desenvolvida será diferente do estilo de conciliação.

Mapeamos três aulas disponibilizadas no ano de 2019 que remetem à ação prática de militância política. A primeira é identificada na aula datada de 21/08/2019<sup>146</sup>, onde Almeida

<sup>140</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=InJqA5QEEXs> Acesso em: 20/05/2020

<sup>141</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U0grHJxbDMs> Acesso em: 20/05/2020

<sup>142</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=k\\_rrAE-qBVs&t=2138s](https://www.youtube.com/watch?v=k_rrAE-qBVs&t=2138s) Acesso em: 20/05/2020

<sup>143</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=1l1jb3zpwKo&ab\\_channel=MarceloCarrat%C3%BA](https://www.youtube.com/watch?v=1l1jb3zpwKo&ab_channel=MarceloCarrat%C3%BA). Acesso: 15/04/2020.

<sup>144</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pXWz11Ivcbw> Acesso em: 20/05/2020

<sup>145</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Xu7h2e\\_WVnM&t=1s&ab\\_channel=MarceloCarrat%C3%BA](https://www.youtube.com/watch?v=Xu7h2e_WVnM&t=1s&ab_channel=MarceloCarrat%C3%BA). Acesso em: 21/05/2020

<sup>146</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1ZkUbQaEaEY&t=3404s> Acesso em: 21/05/2020

identifica 15 dicas para manter uma vida intelectual, tais como o número de páginas de um livro que se deve ler por dia.

As outras duas aulas de militância prática remetem à mesma temática de como montar uma manifestação. Para esta discussão, são destinadas as aulas dos dias 23/10/2019 e 04/12/2019<sup>147</sup>. A primeira se destina à sistematização de todas as ações que os membros precisam realizar para montar uma manifestação. Almeida enfatiza estes pontos a partir da experiência do MBL nas manifestações que foram realizadas. Este tema de aula foi escolhido devido à possibilidade de o movimento realizar uma nova manifestação em favor da prisão de segunda instância. A segunda aula com a mesma temática tinha por objetivos lembrar os pontos principais para a manifestação, visto que o movimento iria realizar um novo ato. Entretanto, não conseguimos identificar qual a pauta dele.

Nessas aulas, são abordados minuciosamente os pontos necessários que devem ser observados pelas filiais, tais como os procedimentos para divulgação na rede social, ressaltando os métodos de impulsionamento da plataforma, a fim de atingir o maior número possível de pessoas. Nesse quesito, Ricardo Almeida identifica que, ao impulsionar, os membros das filiais devem selecionar o perfil que o evento deseja atingir, para que o impulsionamento obtenha maior retorno. Almeida identifica nesta aula que, no ato pró-impeachment, o movimento contratou uma empresa privada para mandar mensagens de celular sobre as manifestações.

As aulas abordam, ainda, os procedimentos necessários para a criação e protocolo do ofício a ser entregue à polícia e o limite de tempo necessário para a montagem de uma manifestação. Aqui, Almeida enfatiza o período de preparo de um mês e meio no qual será realizada a divulgação, a confecção de faixa “lambe-lambe”, a divulgação na imprensa, a preparação de discursos e músicas para a manifestação e a arrecadação de verbas com apoiadores, ressaltando que o movimento tem que se mobilizar.

O terceiro estilo de aula identificado no ano de 2019 acontece por meio de debates promovidos entre os alunos. Segundo Almeida, o objetivo deste modelo era preparar os filiados para a competição anual realizada no congresso nacional do movimento. Neste tipo de aula, não é frequente o posicionamento do professor, que entendemos ser o posicionamento do MBL. O conjunto de debates realizados no ano de 2019 foram em torno dos seguintes temas:

---

<sup>147</sup> Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=xZG8dfDAYsI&ab\\_channel=MarceloCarrat%C3%BA](https://www.youtube.com/watch?v=xZG8dfDAYsI&ab_channel=MarceloCarrat%C3%BA)> e [https://www.youtube.com/watch?v=Xu7h2e\\_WVnM&t=1s&ab\\_channel=MarceloCarrat%C3%BA](https://www.youtube.com/watch?v=Xu7h2e_WVnM&t=1s&ab_channel=MarceloCarrat%C3%BA). Acesso em: 21/05/2020.

“Legalização das drogas” (06/11/2019), “Limites da ação do Estado” (11/12/2019), e, por fim, “Imposto é roubo?” (27/11/2019).<sup>148</sup>

Em 2019, houve apenas uma aula sobre política atual. Datado do dia 23/10/2019<sup>149</sup>, este vídeo não se baseia em textos acadêmicos, mas é conduzido a partir das impressões do professor e da perspectiva do MBL. Neste dia, Almeida analisa o governo do presidente Jair Bolsonaro, elencando alguns pontos em que acredita ser possível o encaminhamento de uma ruptura institucional. As aulas de análise ao governo serão frequentes em 2020.

Na aula do dia 11/12/2019<sup>150</sup>, Almeida realiza o balanço dos encontros no período de 2019, em conjunto com os alunos. Neste dia, o professor identifica que as aulas teóricas não funcionam, visto que a maioria dos alunos não leem os textos passados. No entanto, observa que nas aulas de debates os alunos mantêm a participação. Com base nesta análise e na composição da turma (muitos filiados concorreram às eleições), foi acordado que as reuniões de 2020 iriam ser conduzidas de três formas: a primeira teria a permanência dos debates; a segunda abordaria questões da política atual; e a terceira seriam aulas teóricas, porém, aqui, o professor será responsável por estabelecer o tema e apresentá-lo sem disponibilizar aos alunos o texto, ou abordando um texto menor.

Em suma, as aulas do ano de 2020 seguiram quatro modelos: aulas teóricas sem textos, debates, assuntos da atualidade e militância dos filiados. A ideia inicial era que o módulo atualidades disponibilizasse um pequeno texto, mas no conjunto de aulas que assistimos não identificamos texto algum.

Ao todo, foram ministradas seis aulas do tipo teóricas no ano de 2020. A primeira delas data do dia 29/01/2020<sup>151</sup>, apresentando como tema “Comunismo, Revolução Soviética e alguns aspectos”. Esta aula é baseada na explicação fornecida por Almeida. Nela, são destacadas algumas características do comunismo soviético. Como uma espécie de continuação, ocorreu a aula do dia 05/02/2020<sup>152</sup>, que tinha por objetivo comparar o comunismo

<sup>148</sup>

Disponível

em:

<[https://www.youtube.com/watch?v=I4Rbnv0Arxc&ab\\_channel=MarceloCarrat%C3%BA](https://www.youtube.com/watch?v=I4Rbnv0Arxc&ab_channel=MarceloCarrat%C3%BA)>;<  
<[https://www.youtube.com/watch?v=kyel7BiAXH4&ab\\_channel=MarceloCarrat%C3%BA](https://www.youtube.com/watch?v=kyel7BiAXH4&ab_channel=MarceloCarrat%C3%BA)>e<[https://www.youtube.com/watch?v=T5SwBsKcZE4&ab\\_channel=MarceloCarrat%C3%BA](https://www.youtube.com/watch?v=T5SwBsKcZE4&ab_channel=MarceloCarrat%C3%BA)>. Acesso: 21/05/2020.

<sup>149</sup> Disponível: [https://www.youtube.com/watch?v=xZG8dfDAYsI&ab\\_channel=MarceloCarrat%C3%BA](https://www.youtube.com/watch?v=xZG8dfDAYsI&ab_channel=MarceloCarrat%C3%BA). Acesso: 22/05/2020.

<sup>150</sup> Disponível: [https://www.youtube.com/watch?v=kyel7BiAXH4&ab\\_channel=MarceloCarrat%C3%BA](https://www.youtube.com/watch?v=kyel7BiAXH4&ab_channel=MarceloCarrat%C3%BA). Acesso: 22/05/2020.

<sup>151</sup>

Disponível

em:<

[https://www.youtube.com/watch?v=ThssFJCqDIY&t=9s&ab\\_channel=MarceloCarrat%C3%BA](https://www.youtube.com/watch?v=ThssFJCqDIY&t=9s&ab_channel=MarceloCarrat%C3%BA)>. Acesso em: 23/05/2020.

<sup>152</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=IO9pjEWp5wk&ab\\_channel=MarceloCarrat%C3%BA](https://www.youtube.com/watch?v=IO9pjEWp5wk&ab_channel=MarceloCarrat%C3%BA). Acesso em 23/05/2020.

atual com o que foi implementado na Revolução Russa em 1917. Esta aula se baseia na apresentação do professor, e não são disponibilizados os dados da pesquisa realizada.

A terceira aula de cunho teórico foi disponibilizada no dia 12/02/2020<sup>153</sup>, e teve como tema o “radicalismo islâmico”. Novamente, a exposição foi realizada sem aporte de texto. Nesta aula, foi enfatizado o radicalismo islâmico enquanto fenômeno moderno, que se intensificou, a partir da interpretação literal do Alcorão. A quarta aula teórica trabalhou a temática da “política medieval cristã”, identificando-se que, na Idade Média, não havia separação entre a Igreja e o Estado.

A quinta aula teórica disponibilizada no canal trabalhou como temática o “Iluminismo”. Publicado no dia 01/07/2020<sup>154</sup>, este vídeo tem como objetivo esboçar uma prévia da aula que será ministrada por meio do aplicativo desenvolvido pelo MBL, denominado “Academia do MBL”, local onde serão preparados os novos militantes do movimento para propor mudanças na sociedade política e na sociedade civil. Esse também foi o tema desenvolvido na primeira apostila lançada pelo MBL Estudantil.

Almeida identifica a importância da compreensão do período histórico do “Iluminismo”, enfatizando que as ideologias do “conservadorismo”, “liberalismo” e do “comunismo” surgiram a partir do Iluminismo. A sexta aula é baseada no livro “Ensaio sobre a história da sociedade civil”, de Adam Ferguson. Aqui (29/07/2020)<sup>155</sup>, é enfatizado como se deve realizar a leitura do texto. Almeida o lê parando ocasionalmente para fazer algumas considerações.

No primeiro semestre de 2020, foi ministrada apenas uma aula debate, com o tema “Protecionismo”, no dia 12/02/2020<sup>156</sup>. Identificamos duas aulas de militância política: a primeira foi disponibilizada no dia 18/02/2020<sup>157</sup>, com objetivo de ensinar os afiliados “como criar memes”. Esta lição foi ministrada por outro professor, não identificado no vídeo. Aqui, foi produzido um meme em conjunto com os alunos. Segundo o professor, o objetivo do meme é satirizar a notícia para chamar atenção, enfatizando, contudo, a necessidade de mencionar o lugar de onde a notícia foi retirada.

<sup>153</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=y1agp\\_Ug0Rc&ab\\_channel=MarceloCarrat%C3%BA](https://www.youtube.com/watch?v=y1agp_Ug0Rc&ab_channel=MarceloCarrat%C3%BA). Acesso em 24/05/2020.

<sup>154</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V1IeZcSskOY&t=120s>. Acesso: 22/02/2021.

<sup>155</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q66nxQ7I9Ds>. Acesso: 23/02/2021.

<sup>156</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=y1agp\\_Ug0Rc&ab\\_channel=MarceloCarrat%C3%BA](https://www.youtube.com/watch?v=y1agp_Ug0Rc&ab_channel=MarceloCarrat%C3%BA). Acesso: 24/05/2020

<sup>157</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=2WOo2YGXlXg&ab\\_channel=MarceloCarrat%C3%BA](https://www.youtube.com/watch?v=2WOo2YGXlXg&ab_channel=MarceloCarrat%C3%BA). Acesso: 15/12/2020

A segunda aula de cunho político foi disponibilizada no canal no dia 20/02/2020<sup>158</sup> e tem por finalidade explicar os procedimentos para montar e aprovar os projetos de lei nos municípios onde as filiais estão inseridas. Esta aula é ministrada por Fernando Holiday, Marcio Colombo e pelo chefe de gabinete de Fernando Holiday.

No ano de 2020, identificamos cinco aulas destinadas a abordar assuntos da atualidade, em geral analisando ou comentando o governo do presidente Jair Bolsonaro. Nelas, evidenciamos o rompimento do MBL com o governo. A primeira aula identificada foi disponibilizada no dia 15/04/2020<sup>159</sup>. Aqui, Ricardo Almeida realiza um balanço do avanço da direita, identificando seu crescimento a partir de 2015 e 2016, mas constatando que o avanço parou. Essa estagnação, em sua análise, seria resultado do governo Bolsonaro. Segundo esta perspectiva, a direita parou de tecer críticas ao governo Bolsonaro, temendo que, ao fazê-las, produzisse a valorização da esquerda. Nesse sentido, a direita deixou de criticar propostas importantes para não se associar ao presidente e a Olavo de Carvalho.

Para exemplificar a perda de protagonismo da Nova Direita, Almeida utiliza como exemplo as pautas da guerra cultural e as críticas ao sistema educacional, assuntos que eram levantados pela direita, identificando a inclusão do MBL com as manifestações a favor do Escola sem Partido. No entanto, por receio de ser associada ao governo, a própria direita parou de realizar essas críticas. A recomendação feita aos afiliados por Almeida é retomar as críticas ao governo e manter as críticas às pautas que, segundo o professor, foram aprisionadas por Olavo e Bolsonaro.

Na aula do dia 03 de junho de 2020<sup>160</sup>, o tema foi sobre um possível retorno das esquerdas ao poder, caso ocorra a “cassação” da chapa do presidente, pois, neste caso, a direita não teria tempo de preparar um novo candidato. No entanto, Almeida enfatiza a necessidade de manter as críticas à gestão, ressaltando a importância de não se utilizar nelas o termo “fascista”, que ele entende não qualificar o atual governo. O professor esclarece que este é um termo utilizado pelas esquerdas, e recomenda aos filiados a adjetivação do governo como autoritário.

As últimas três aulas abordam o assunto da atualidade, baseando-se em impressões do professor. Nessas aulas, já é possível identificar o objetivo da implantação da Academia do

<sup>158</sup> Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=IylCFJWleT8&t=385s>>. Acesso em: 25/05/2020

<sup>159</sup> Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=q-6EUX3B1Aw&t=4s&ab\\_channel=MarceloCarrat%C3%BA](https://www.youtube.com/watch?v=q-6EUX3B1Aw&t=4s&ab_channel=MarceloCarrat%C3%BA)>. Acesso: 01/06/2020.

<sup>160</sup> Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=vMIXJBG4ZN4&ab\\_channel=MarceloCarrat%C3%BA](https://www.youtube.com/watch?v=vMIXJBG4ZN4&ab_channel=MarceloCarrat%C3%BA)> Acesso: 20/12/2020.

MBL. As aulas dos dias 17 e 24 de junho de 2020<sup>161</sup> insistem na temática da crítica ao governo do presidente Jair Bolsonaro. Aqui, novamente são ressaltados os riscos da cassação da chapa do presidente, já que nem a direita nem o MBL possuem um candidato capaz de receber os votos dos eleitores de Bolsonaro. Em contraposição, a esquerda já possui uma base de candidatos desde as eleições de 2018. Importa ressaltar que a recomendação encaminhada por Almeida aos filiados do MBL é a defesa do impeachment em vez da cassação.

A última aula de alinhamento disponibilizada no canal, no dia 22 de julho de 2020<sup>162</sup>, versa sobre os problemas educacionais. De acordo com Almeida, existem alguns consensos tanto no campo da direita quanto da esquerda sobre as dificuldades da educação. Dentre os problemas consensuais identificados na educação pública, Almeida identifica dois: a falta de segurança e o problema com os recursos nas escolas públicas. Entretanto, ele aponta uma questão comum tanto às instituições públicas quanto às privadas, apesar destas disporem de melhores infraestruturas: em ambas, falta a produção de sentido, isto é, o estudante não compreende a razão do ensino, o que se agrava com a rigidez e extensão dos conteúdos.

Segundo Almeida, a falta de produção de sentido leva os alunos a procurar cursos externos que ministram o mesmo conteúdo da sala, numa busca pelos sentidos da educação. Como exemplo, ele aponta a procura de universitários pelo curso de Olavo de Carvalho, e a demanda por conteúdos disponibilizados pelo MBL. Almeida, então, introduz o aplicativo denominado Academia do MBL. O objetivo dele é apresentar ao estudante o sentido da educação, sem, no entanto, visar a substituir a escola.

Dentre os debates provocados nesta aula, Almeida enfatiza que a educação, a seu ver, necessita de uma reforma, sobretudo nos currículos, que ele entende serem muito amplos. Essa ideia é melhor desenvolvida na aula debate sobre o tema "Limites da ação do Estado (11/12/2019)", na qual Almeida afirma que a oferta de ensino disponibilizada pela iniciativa privada promoveria a diversidade de currículo. Nessa lógica, as melhores escolas com os melhores currículos seriam identificadas a partir do desenvolvimento individual dos alunos, e teriam conteúdos privilegiados.

Como podemos evidenciar, o MBL é um movimento de militância política, extremamente organizado, que elabora o alinhamento do posicionamento de suas filiais por

---

<sup>161</sup>

Disponível

em:<

[https://www.youtube.com/watch?v=\\_ReObqM0cRg&ab\\_channel=MarceloCarrat%C3%BA](https://www.youtube.com/watch?v=_ReObqM0cRg&ab_channel=MarceloCarrat%C3%BA)>,<[https://www.youtube.com/watch?v=SeAZCKr9quI&ab\\_channel=MarceloCarrat%C3%BA](https://www.youtube.com/watch?v=SeAZCKr9quI&ab_channel=MarceloCarrat%C3%BA)>

[ehttps://www.youtube.com/watch?v=SeAZCKr9quI&ab\\_channel=MarceloCarrat%C3%BA](https://www.youtube.com/watch?v=SeAZCKr9quI&ab_channel=MarceloCarrat%C3%BA). Acesso:21/12/2020.

<sup>162</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=-wF8rxIPqkk&ab\\_channel=MarceloCarrat%C3%BA](https://www.youtube.com/watch?v=-wF8rxIPqkk&ab_channel=MarceloCarrat%C3%BA). Acesso em:21/12/2020.

meio de um conjunto de aulas. Identificamos que, durante as aulas de debate, o professor Almeida não costuma expressar seu posicionamento. Através da colocação dos alunos durante os debates, o professor faz indicação de livros, conforme o posicionamento ideológico de cada membro. Portanto, se o aluno apresentar um discurso mais conservador, é indicado determinado livro<sup>163</sup>.

Para Almeida, há uma guerra cultural em que a Nova Direita atuou como protagonista, no período de 2015 a 2017, momento em que ocorreram diversas manifestações pelo impeachment. Compreendemos a criação do MBL Estudantil como parte da estratégia para compor esta frente de guerra cultural. O MBL Estudantil foi oficialmente lançado durante o quarto congresso nacional do MBL, promovido em São Paulo, nos dias 23 e 24 de novembro de 2018; entretanto, já estava realizando inscrições antes desse período.

A ideia para a construção do MBL Estudantil <sup>164</sup>partiu de Maria Fernanda (Nanda Xie). Segundo seu perfil na rede social<sup>165</sup>, Maria cursa Direito e Ciências Sociais. De acordo com as informações contidas no site<sup>166</sup>, o movimento foi criado para representar estudantes nas universidades e colégios que não o estão sendo pela União Nacional de Estudantes (UNE). O vídeo disponibilizado no canal oficial do MBL Estudantil afirma que o estudante atrelado ao movimento não tem por objetivo concorrer às eleições da UNE, mas ressalta que, caso o movimento se candidate, será para tornar público o balanço financeiro da instituição e posteriormente promover seu encerramento<sup>167</sup>.

O processo para inscrição na organização é realizado por meio do site do movimento. Ao se inscrever, os estudantes montam um núcleo do movimento na escola ou filiam-se, caso ele já exista. De acordo com as informações extraídas do site, em abril de 2019 constavam mais de “3.000 escolas cadastradas” e mais de “11.000 inscritos” em “1000 cidades pelo Brasil”. A página na web afirma que o primeiro passo para conter o avanço de militantes por meio da UNE e a ação do professor doutrinador dentro das escolas é a formação de núcleos. Com o desenvolvimento deles, ocorrerão as reuniões com conteúdo que serão disponibilizadas pelo

---

<sup>163</sup> Além destas aulas, foram destinadas outras para questões gerais de encontros passados e uma aula disponibilizada para palestra com psicólogas, no contexto da pandemia mundial da covid-19, com objetivo de ajudar seus afiliados.

<sup>164</sup> Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=sk--8gSZTbI>>. Acesso em :20/05;2020

<sup>165</sup><https://www.instagram.com/nandaxxie/?fbclid=IwAR0bYtF8JEk3IUECxIHM8qWYeOeCthmMl6FLPbhMrggnbgU872FPpzOwyI> Acesso em: 03/06/2021

<sup>166</sup> Atualmente esta página não se encontra disponível. As informações sobre o movimento foram recuperadas pela plataforma archive.

<sup>167</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=qITy-Fm44k4&t=2s&ab\\_channel=MBLEstudantil](https://www.youtube.com/watch?v=qITy-Fm44k4&t=2s&ab_channel=MBLEstudantil). Acesso em:15/12/2020.

MBL Estudantil, em conjunto com algumas missões. Após a estruturação dos núcleos, estes poderão concorrer aos centros acadêmicos.

De acordo com o vídeo <sup>168</sup>disponibilizado no canal, existem dois critérios para ser aceita a implantação do núcleo nas escolas. Primeiro, é permitida a inscrição de alunos a partir do 5º ano do ensino fundamental; segundo, eles têm que estar obrigatoriamente vinculados a alguma instituição de ensino, do ensino básico ou superior. Não há limite máximo de idade para filiação. Segundo o vídeo disponibilizado no dia 18 de dezembro de 2018<sup>169</sup>, o MBL Estudantil tem a finalidade de oferecer aos estudantes cursos de política. Além disso, pretende disponibilizar no site uma lista para denunciar<sup>170</sup> professores doutrinadores.

Em uma live<sup>171</sup>publicada no canal do MBL Estudantil, ao serem questionados por uma professora de ensino médio se ela mesma poderia montar um núcleo do MBL Estudantil na escola onde trabalhava, Almeida e Carmelo Netto (coordenador do MBL estudantil) ressaltam que não, uma vez que os núcleos devem ser formado por estudantes. No entanto, identificam que a docente poderá incentivar os alunos a montarem um núcleo. Evidenciamos, assim, a contradição do movimento, pois, de acordo com a pauta defendida pelo MBL, o professor não pode usar de suas funções para influenciar em pautas políticas. Almeida prossegue enfatizando que a professora deverá fazer isso fora da sala de aula. Entretanto, ressaltamos que o MESP compreende o professor como uma figura de autoridade.

Nesta live, Almeida enfatiza que o novo movimento criado não entraria em contradição com as políticas defendidas pelo MESP, pois a implementação dos núcleos seria de iniciativa dos estudantes, que, a partir do material disponibilizado pelo MBL Estudantil, promoveriam a “desdoutrinação”. Nesse argumento, Almeida enfatiza que a criação do movimento não seria providenciada por professores ou pela instituição de ensino, já que estes são, supostamente, os responsáveis pela dita doutrinação identificada pelo MESP. Todavia, nos questionamos se a doutrinação não seria realizada pelo próprio MBL, considerando que um de seus objetivos é a formação de base. Por fim, acrescentamos que estes núcleos careceriam de fiscalização escolar.

Em um outro vídeo disponibilizado no canal, produzido por Fernando Holiday, o movimento sinaliza os procedimentos que deverão ser tomados pelos alunos em caso de impedimento de implantação dos núcleos estudantis nas escolas. Nesse caso, a orientação dada é levantar provas sobre a restrição de liberdade dos alunos, a partir das quais são identificados

<sup>168</sup> Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=yObvP9sBQ2Q&t=1456s>. Acesso 21/12/2020.

<sup>169</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yObvP9sBQ2Q> Acesso em: 03/06/2021

<sup>170</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mNBq1Jo2hO4&t=1s> Acesso em: 03/06/2021

<sup>171</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yObvP9sBQ2Q> Acesso em: 03/06/2021

os modelos de ação. A primeira é a divulgação dessas evidências; caso isso não resolva, a situação pode ser levada à justiça. Fernando Holiday<sup>172</sup> indica como uma solução possível a emissão de documentos extrajudiciais disponíveis no site do MESP.

Como identificamos, o MBL estudantil foi criado como parte da estratégia de ação do MBL para a “guerra cultural”. O movimento começou demonstrando grande adesão, o que é evidenciado pelo número de núcleos implementados. Contudo, Almeida revela nas aulas de alinhamento que a proposta perdeu grande parte desse engajamento. Por este motivo, localizamos apenas uma missão produzida pela nacional.

A primeira missão, disponibilizada no canal de YouTube do movimento no dia 16 de janeiro de 2019,<sup>173</sup> consistia em questionar alunos de esquerda sobre o que é fascismo. Segundo a explicação enfatizada no vídeo, muitos estudantes reproduzem termos sem compreender seu significado histórico. Após a gravação, a segunda etapa da missão é a gravação do aluno filiado ao núcleo explicando o real significado da palavra. O passo seguinte é a disponibilização desse material na página do núcleo, enfatizando que, dependendo do conteúdo, esse material poderá ser reproduzido pela nacional.

Para o MBL Estudantil e, dessa maneira, para o MBL, a função dos centros acadêmicos remetiam à ação prática e imediata da instituição de ensino, tais como resolver problemas na gestão, promover melhoria nas condições estruturais e dos livros disponíveis na biblioteca, por exemplo, não se atendo às questões políticas. Esse mesmo argumento é utilizado pela UniLivres. No entanto, esse discurso que visa à neutralidade pode (e assim compreendemos) repolitizar de acordo com a ideologia defendida pelo MBL, o que foge, portanto, da “imparcialidade” presumida por ele.

No ano de 2019, segundo um vídeo<sup>174</sup> disponibilizado no canal do YouTube, oito núcleos criados pelo MBL Estudantil já haviam vencido as eleições para grêmios estudantis. Estavam presentes no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo e no Maranhão. Contudo, como o MBL não publiciza a relação das escolas inclusas no movimento ou o nome dos grêmios vencedores associados ao MBL Estudantil, não temos como verificar a veracidade das informações.

O MBL Estudantil tem sido promovido com base na justificativa da pouca representatividade dos Centros Acadêmicos (CA) e do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

---

<sup>172</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=wn\\_A3QeIL6s](https://www.youtube.com/watch?v=wn_A3QeIL6s) Acesso em: 03/06/2021

<sup>173</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xzro66mJYIg>. Acesso 21/12/2020.

<sup>174</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=89kLEjwCHL0> Acesso em: 05/06/2021

A pouca expressão do DCE é exemplificada em um vídeo produzido por Julia Machado, disponível no canal do movimento, que aborda o exemplo das votações que elegeram a chapa Nossa Voz para o DCE.

Um balanço das eleições de DCE da USP de 2018. A chapa Nossa Voz foi eleita com 4811 votos, chapa essa que, durante as eleições, organizava grupo de estudos para panfletar para o Haddad. Para completar a informação, o anuário estatístico da USP de 2018 relata que nós temos 98 mil alunos matriculados, incluindo a graduação e a pós-graduação, mas tivemos uma eleição onde apenas quatro mil e oitocentos alunos votaram pra eleger um DCE que representa todos os campus da universidade. Durante a campanha, uma das pautas trazidas pela chapa era a resistência democrática ao fascismo e junto o slogan “ele não cala a nossa voz”, em referência ao presidente eleito Bolsonaro<sup>175</sup>.

Como estratégia de formação, além das missões, o movimento tinha a pretensão de elaborar cartilhas com conteúdo que permitiriam aos estudantes debater em sala de aula. A primeira e única cartilha disponibilizada intitulava-se “O que é iluminismo”. Este material foi elaborado pelo intelectual do MBL Ricardo Almeida em conjunto com o Movimento Neoiluminista.

Segundo Paulo Almeida<sup>176</sup>, o Movimento Neoiluminista tem como diretor Jean Batisti, apresentado por Paulo como coordenador do SFL e graduando de Ciências Econômicas pela UFRGS. O movimento tem como vice-diretor Israel Russo, graduando em Filosofia pela UNITER. Mapeamos o surgimento do movimento em 2018, momento em que foi publicado o Manifesto Neoiluminista, no mesmo ano de surgimento do MBL Estudantil.

O Movimento Neoiluminista defende, segundo as informações contidas no site, os valores do liberalismo clássico, e tem como objetivo transformar-se em referência sobre as produções acadêmicas, por meio dos artigos disponibilizados na página. Apesar do nome, o movimento não defende todas as ideias do neoiluminismo. A composição do corpo teórico, segundo o site, é identificada por temporalidades distintas, tais como Immanuel Kant, Friedrich Hayek, Adam Smith, dentre outros. Assim como o MBL, o movimento não disponibiliza a lista de seus apoiadores.

A primeira cartilha formulada por Ricardo Almeida e o Movimento Neoiluminista apresentou como temática o iluminismo, pois este marco histórico possibilitou o desenvolvimento do conservadorismo, do liberalismo e, posteriormente, segundo a cartilha, o libertarianismo. O material disponibilizado abordava os seguintes aspectos do iluminismo, de acordo com seu sumário: “opinião pública”, “singularidade do iluminismo”, “iluminismo na

<sup>175</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SMqdiLj-EHM>>. Acesso 21/12/2020.

<sup>176</sup> Disponível em: <https://diplomatizzando.blogspot.com/2019/05/manifesto-do-neoiluminismo-jean.html>, Acesso em: 05/06/2021

ciência”, “iluminismo na arte” e “iluminismo na política”. Ao final da cartilha, o movimento sinalizou que as próximas a serem formuladas teriam como tema o “liberalismo, o conservadorismo e o socialismo<sup>177</sup>”.

Entretanto, o MBL Estudantil teve pouco tempo de duração. Identificamos sua última publicação na rede social Facebook no dia 02 de abril de 2020<sup>178</sup>, contexto da pandemia do coronavírus. Nesta conjuntura, o movimento divulgou duas sugestões para a educação, em virtude do isolamento social. A primeira solução apresentada é o desenvolvimento das aulas por meio de videoconferência. Nesta modalidade, o docente ministraria as aulas no mesmo período em que deveriam ser ministradas as aulas presenciais, não acarretando em mudanças na vida do professor e dos alunos. Como complemento desta primeira proposta, o movimento identifica que o professor poderia passar as atividades por e-mail.

A segunda proposta formulada pelo MBL Estudantil são as videoaulas. Nesta modalidade, o professor previamente produziria e disponibilizaria aos alunos a matéria completa das aulas. Nesta proposta, é sugerida a implementação de provas digitais e a possibilidade de canais de comunicação direta com o docente para tirar dúvida dos alunos.

Entretanto, como foi constatado por Almeida, durante as aulas de alinhamento para filiais, os membros do movimento que voluntariamente compareciam não costumavam ler os textos. Por este motivo, ele reduz a maioria das aulas em apresentações temáticas sem a disponibilização das fontes. Seria possível supor que o mesmo aconteceria com estudantes de nível fundamental, que estariam presentes em sala de aula de modo imperativo, apenas para não perder o ano letivo. Logo, o ensino sugerido forneceria pouca capacidade crítica, além de produzir a exclusão de alunos que, devido à falta de equipamentos, teriam seu acesso limitado.

Com objetivo semelhante ao do MBL Estudantil, identificamos a constituição da Associação Estudantil Universidade Livres (UniLivres), que também visa a representar estudantes que não se sentem representados pelo movimento estudantil atual, ou seja a UNE. Segundo seu manifesto, a UniLivres é composta por “liberais, libertários e conservadores”. Dentre seus fundadores, identificamos Guericke Sergio de Abreu, Bruno Kaiser Ross Ortiz e Nicholas Leviski.

---

<sup>177</sup> Disponível em: <https://www.mblestudantil.com/materiais/#carta>. Acesso em: 27/07/2019.

<sup>178</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/MBLestudantil/photos/pcb.835803476922603/835803446922606>  
Acesso em: 05/06/2021

Guericke Sergio de Abreu<sup>179</sup>, segundo seu perfil no LinkedIn, é estudante de bacharelado em Ciências e Humanidades na Universidade Federal do ABC em São Paulo (UFABC). Atuou como coordenador sênior do SFL em São Paulo no período de 2016 a 2020 e como embaixador da Foundation For Economic Education (FEE). Trabalha na UniLivres como diretor de recursos humanos e coordenador nacional. É, também, um dos fundadores do grupo *Ágora pela Liberdade*.

Bruno Ortiz possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná (2015-2019). Atuou como coordenador estadual da UFPRLivre (2016) e como coordenador nacional e diretor financeiro da UniLivres. Segundo seu perfil no LinkedIn<sup>180</sup>, foi cofundador do Instituto Liberal do Paraná e do MBL, atuou como coordenador local da SFL Brasil, realizou curso de formação política no EPL, filiou-se ao partido Novo em 2016, e, em 2018, concorreu para deputado federal pelo partido Novo, mas não foi eleito.

O último identificado como cofundador da UniLivres é Nicholas Leviski, que, além disso, também atuou como presidente da organização. Foi o primeiro embaixador da Foundation for Economic Education (FEE). Atuou como coordenador local do SFL em 2016, sendo promovido a coordenador estadual em 2017. Foi eleito pelo movimento entre outros 50 coordenadores. Segundo seu perfil no LinkedIn<sup>181</sup>, recebeu treinamentos e viagens para atuar na conferência nacional de São Paulo. Foi coordenador e fundador do grupo *Ágora da Liberdade*. Segundo seu perfil na rede social, atualmente estuda Negócios Imobiliários na Universidade Federal do Paraná.

Como podemos evidenciar pelo currículo dos fundadores, todos os três atuaram como coordenadores da SFL no Brasil, filiada à organização americana de mesmo nome; além disso, dois dos fundadores (Guericke e Nicholas) atuam como representantes da FEE no Brasil. Segundo o site da FEE, esta foi a primeira instituição criada nos Estados Unidos para divulgar os estudos do pensamento liberal.

De acordo com a página na web, a FEE foi criada em 1946 por Leonard E. Read. Segundo o artigo escrito por Henry Hazlitt<sup>182</sup> e disponibilizado no site, esta organização teria influenciado na criação da Mont Pelerin Society, pois a experiência de Read teria motivado

<sup>179</sup> Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/guericke-sergio-de-abreu-a47a435b/?originalSubdomain=br> Acesso em: 05/06/2021

<sup>180</sup> Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/brunokaisernovo/?originalSubdomain=br> Acesso em: 05/06/2021

<sup>181</sup> Informações retiradas em: <https://www.linkedin.com/in/nicholasleviski/> e <https://www.facebook.com/NicholasLeviski1> Acesso em: 05/06/2021

<sup>182</sup> Disponível em: <https://fee.org/articles/the-early-history-of-fee/> Acesso em: 07/06/2021

Friedrich Hayek a formar na Suíça uma conferência, na qual estiveram presentes, como evidenciamos no primeiro capítulo, Ludwig Von Mises e Milton Friedman.

De acordo com o texto, a instituição teve um importante papel, pois, a partir de sua experiência, outras começaram a surgir. Como exemplo, o artigo cita o Institute for Humane Studies (1963). A criação de Leonard teria incentivado, ainda, Antony Fisher, que, como identificamos, foi o responsável pela fundação da Atlas Network e por fomentar o surgimento de diversos outros APHs.

Como ressaltamos, a FEE foi responsável por divulgar o pensamento liberal. De acordo com seu site, a instituição promoveu a publicação de diversas obras, como “Roofs of Ceiling?”, de Milton Friedman, e “The Law” (“A lei”), de Frédéric Bastiat. O ponto que evidencia o grau de importância desta instituição é datado de 1950, quando o Congresso dos Estados Unidos atribuiu a ela a defesa do livre mercado e das ideias liberais, que, segundo o site, deveriam combater as ideias socialistas.

Mapeamos o primeiro artigo com referência ao Brasil no site da FEE em 04 de junho de 2015<sup>183</sup>. Escrito por Lawrence W. Reed, presidente da FEE, o texto destaca o protagonismo de Kim Kataguirí em defesa da liberdade. Outro artigo do mesmo autor, datado do dia 04 de maio de 2017, identifica a participação de membros da FEE em eventos promovidos pelo IEE. Em visita ao site do IEE, identificamos que a participação destes membros se deu no “30º Fórum da Liberdade - O futuro da democracia”, no qual estiveram presentes Lawrence W. Reed, palestrando sobre o tema “Economia: Liberdade ou intervenção”, e Jeffrey Tucker, diretor de conteúdos da FEE, compondo a mesa “Os limites da democracia”.

Ainda segundo o artigo escrito por Lawrence, o protagonismo do Brasil é destacado por meio da tradução de reportagens e conteúdos produzidos pela FEE, enfatizando que o Brasil só perde nesse quesito para os Estados Unidos. Por meio desses dois textos, percebemos a atenção da FEE para com o Brasil. Como podemos identificar, trata-se de uma instituição ímpar no desenvolvimento e na divulgação do pensamento liberal.

Encontramos a história da fundação por meio de uma entrevista concedida por Guericke Sergio de Abreu ao canal de YouTube “Clube Anarcoze<sup>184</sup>”. Segundo Guericke, a UniLivres surgiu no contexto das ocupações, manifestações e paralisações estudantis organizadas contra a PEC do teto dos gastos públicos. Para o entrevistado, o DCE estaria abusando de seu poder para impor pautas políticas e incentivar as manifestações. A primeira iniciativa criada, ressalta

<sup>183</sup> Disponível em: <https://fee.org/articles/millions-in-brazil-follow-a-teen-leader-to-freedom/> Acesso em: 07/06/2021

<sup>184</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=l6L0Jxmz\\_A](https://www.youtube.com/watch?v=l6L0Jxmz_A) Acesso em: 09/06/2021

Guericke, foi um movimento contrário às manifestações denominado “Vem pra aula”, que ele teria iniciado em conjunto com dois amigos. Outra tentativa de mudança se deu após a constatação de que, nas assembleias, as eleições eram realizadas por uma minoria de “no máximo 40 a 60 pessoas”, quando a universidade possuía “mais de 10 mil alunos”. Enfatizando a pouca representatividade dos estudantes nas assembleias, a iniciativa criada foi o estabelecimento de votações online.

Nesse processo, segundo Guericke, foram identificados discentes que se afinavam com as mesmas ideias. Em 2017, formulou uma chapa para concorrer às eleições para o DCE, mas não conseguiu vencer as eleições. Entretanto, é neste contexto de desocupação da universidade e formação da chapa, quando foi possível localizar alunos de outras instituições que também comungavam destas ideias, que Guericke identifica a formulação da ideia de criação da UniLivres. Neste momento, porém, o desenho da organização não estava completo.

A UniLivres foi criada em 30 de julho de 2017. Segundo a entrevista de Bruno Kaiser à Gazeta do Povo<sup>185</sup>, este movimento foi fundado em conjunto com os discentes das universidades de São Paulo, Pará, Pernambuco, Paraná, Bahia e Minas Gerais. O objetivo, segundo a reportagem, seria produzir movimentos descentralizados; logo, cada universidade formaria seu núcleo de atuação. Dentre os projetos políticos para educação elencados na reportagem, ressaltamos o homeschooling e a expansão do PROUNI para todos os níveis de ensino. Como identificamos anteriormente, essas iniciativas fazem parte de um amplo conjunto de propostas aprovadas pelo MBL

Segundo uma entrevista de Bruno Keiser ao Conexão Política, a UniLivres se trata de uma organização da sociedade civil, que mantém o seu funcionamento por meio de doações. Entretanto, a instituição não disponibiliza seu balanço financeiro, e foi encontrado apenas um link para realização de doações. De acordo com a entrevista, a UniLivres possui os seguintes objetivos:

- Representar os estudantes universitários do Brasil em prol de uma academia mais livre e uma sociedade mais livre;
- Atuar como entidade democrática estudantil, repudiando as associações estudantis centralizadoras e monopolistas;
- Propor alternativas e buscar soluções para os problemas estudantis e educacionais brasileiros;
- Disseminar e defender os ideais de liberdade no ambiente acadêmico;
- Promover debate e incentivar o aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e da extensão no Brasil;
- Fornecer ideias e auxiliar os projetos de ativismo estudantil;

---

<sup>185</sup> Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/grupos-se-juntam-para-formar-uma-de-direita-57h084fxrppnrj7465t485grt/?ref=link-interno-materia> Acesso em: 09/06/2021

Auxiliar na criação e gestão de grupos de estudos, ligas, empresas juniores e demais organizações estudantis nas universidades;  
Congregar e formar líderes estudantis que defendam um ambiente acadêmico mais plural, justo e livre;  
Defender a liberdade de expressão nos campi universitário brasileiros;  
Lutar pelo fim do aparelhamento de partidos políticos na formulação de aparelhos pedagógicos e na e na tomada de decisões do ambiente universitário;  
Manter relações e promover atividades conjuntas com associações congêneres, sempre que necessário e conveniente aos interesses e aspirações dos estudantes<sup>186</sup>

Analisando o texto, consideramos importante ressaltar que, dentre os objetivos propostos pela organização, se encontra o desaparelhamento político dentro da universidade. Contudo, verificamos o avanço conservador dentro dessas instituições. No caso da Unilivres, é possível constatar sua dimensão política a partir das relações tecidas por seus membros com organizações internacionais e nacionais, como a FEE, a SFL e o IMB. Além disso, assim como o MBL, verificamos a participação de um cofundador do movimento no processo eleitoral: é o caso de Bruno Kaiser, filiado ao partido Novo desde 2016, portanto antes da formação da UniLivres.

Em 2019, a instituição possuía representações em todas as regiões do Brasil, sempre presididas por estudantes. No Centro-Oeste, identificamos Vinicius Osowski<sup>187</sup>, graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Na região Norte, atua Arthur Fonseca<sup>188</sup>. Na região Nordeste, encontramos Mateus Siqueira. Na região Sudeste, localizamos Tatiana Alvarez, que estudou na Universidade Anhembi Morumbi. Por fim, na região Sul, identificamos Vinicius Moraes.

Vale analisar, aqui, o congresso estadual da UniLivres, realizado no dia 16 de março de 2019. O evento contou com os seguintes palestrantes: Vladimir Pershin, que, segundo informações extraídas do currículo Lattes<sup>189</sup>, possui graduação em Física, doutorado em Física Teórica e pós-doutorado em Física pela Tomsk State University (1988), trabalha como docente na UFABC e apresentou o tema “O declínio e o fim do sistema soviético”; Dennys Xavier, que palestrou sobre “Breves lições sobre a liberdade”; Paulo Cruz<sup>190</sup>, graduado em Filosofia pelo Centro Universitário Assunção (UNIFAI), mestre em Ciência da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), professor de filosofia e colunista semanal da Gazeta do

---

<sup>186</sup> Disponível em < <https://www.conexao politica.com.br/ultimas/entrevista-unilivres/>>. Acesso em: 09/06/2021

<sup>187</sup> Disponível em: <https://twitter.com/viniciosowski> Acesso em: 09/06/2021

<sup>188</sup> Não foi possível encontrar informações sobre Arthur Fonseca, Mateus Siqueira e Vinicius de Moraes.

<sup>189</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/693436355573390> Acesso em: 09/06/2021

<sup>190</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2664358154749150> Acesso em: 09/06/2021

Povo, que debateu sobre o tema “Racismo e Liberdade”; e, por fim, André Assi Barreto<sup>191</sup>, graduado em Filosofia pela Universidade São Judas Tadeu (USJT), mestre em filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), e, segundo o folder do evento, docente da Burke Instituto Conservador. Em visita ao site desta instituição<sup>192</sup>, identificamos que Barreto ministra o curso “Raízes filosóficas sobre o Globalismo”. Importa ressaltar que o congresso recebeu apoio da SFL, da LVM Editora e do IMB.

Atualmente, a UniLivres atua somente por rede social. Em 2021, seu site foi retirado da internet, assim como o do MBL e do MBL Estudantil. Como vimos, a atuação da UniLivres, segundo defende o movimento, deve se concentrar nas demandas internas dos estudantes. A organização compreende que um dos possíveis caminhos para a resolução dessas demandas poderá ser construído por meio da parceria com a iniciativa privada.

Por meio da reportagem escrita por Gabriel e Aguiar (2018) para a revista *Época*, podemos evidenciar o crescimento da ofensiva liberal dentro das universidades. A matéria faz um levantamento de chapas criadas para concorrerem às eleições para o DCE, e identifica as seguintes chapas: “Aliança pela Liberdade”, da Universidade de Brasília (UNB), eleita em 2011-2016, a Chapa Zero da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e a chapa UFPR Livre, da Universidade Federal do Paraná.

Identificamos objetivos em comum entre estas chapas e a UniLivres, que englobam o apartidarismo e a pluralidade de ideias. Estas chapas se propõem a resolver os problemas internos da universidade que influenciam diretamente na formação dos estudantes. Podemos exemplificar esse fenômeno através das medidas desenvolvidas pela chapa Aliança pela Liberdade, presentes na UNB, que elencou como uma das principais medidas desenvolvidas a implantação de bicicletário e toldos nos pontos de ônibus, a partir da parceria com a iniciativa privada. Outra medida estabelecida pelo grupo foi a implantação do Centro de Integração Empresa- Escola (CIEE).

O que verificamos por meio de tais iniciativas é a tentativa de silenciamento de professores, como identificamos anteriormente com o projeto de lei Escola sem Partido e com a atuação do MBL Estudantil, que visava a disponibilizar em seu site a lista de professores doutrinadores. Com a UniLivres, a partir do discurso de defesa da pluralidade de ideias, vemos a tentativa de repolitização sobre a ideologia liberal conservadora, apresentando como uma de

---

<sup>191</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8961544733568539> Acesso em: 09/06/2021

<sup>192</sup> Disponível em: <https://www.burkeinstituto.com/produto/as-raizes-filosoficas-do-globalismo/> Acesso em: 09/06/2021

suas estratégias o discurso unipartidário, cujo objetivo é silenciar as pautas políticas nas universidades.

A principal estratégia de formação do alinhamento ideológico dos membros do MBL se deu por meio das aulas de alinhamento. Esta estratégia foi atualizada e ampliada com a criação da Academia do MBL, que aparentemente funciona nos mesmos moldes de atuação da Atlas Network Academy (ANA), já que ambas têm por finalidade a formação de lideranças. Dessa maneira, identificamos o alinhamento das ações de ambos os movimentos.

Ressaltamos que o MBL, desde 2016, tem atuado no âmbito político, lançando coordenadores do movimento e apoiando a candidatura de simpatizantes nas eleições. Esta estratégia é reproduzida nas eleições de 2018 e 2020, com sucesso: em todas elas, o movimento elegeu candidatos para cargos políticos. Como identificamos por meio do manual para abertura de novas filiais, este é um dos objetivos do movimento.

O desenvolvimento da plataforma da Academia do MBL, no final do ano de 2020, segundo vídeo <sup>193</sup>de Renan dos Santos disponibilizado no canal do MBL, deu-se por dois motivos. Primeiro, devido ao isolamento das lideranças do MBL no cenário político: segundo Renan, apesar de o movimento ter apoiado candidatos que foram eleitos, estes mesmos abandonaram as pautas ideológicas da organização. A esse conjunto de parlamentares, Renan denomina “falsa direita”. O segundo argumento é identificado nas aulas de alinhamento promovidos por Almeida, onde ele próprio identifica os perigos de uma cassação de chapa em um cenário em que a direita não teria candidatos políticos para as possíveis eleições. Renan retoma este argumento ao enfatizar que o movimento não está formando o número de lideranças suficientes. O aplicativo foi criado tendo em vista estes dois fatores, para que a formação de novas lideranças seja realizada por meio dele.

Logo, o objetivo da Academia do MBL é formar as lideranças para as eleições de 2022 e militantes do movimento. Isso ocorrerá a partir da transmissão das experiências das principais lideranças do movimento. Segundo o vídeo<sup>194</sup>, o curso abordará as seguintes disciplinas: Formação Política I, História e pensamento do MBL, Fundamentos de Memística e Redes sociais, História de Política do Brasil, Teoria do Estado e Fundamentos Básicos de Direito, A Arte do Debate, Lideranças e Coordenação de Equipe, Economia e Administração Pública, Petismo: Uma análise introdutória, Introdução ao pensamento de Leo Strauss, A Arte de Refutar, Linguagem Visual, Organização e Militância e Marketing político.

<sup>193</sup> Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=DKkaXwTng0>>. Acesso 10/06/2021.

<sup>194</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UYJ1ERbnOs4&t=218s>>. Acesso 10/06/2021

O período do curso é dividido em quatro partes. Segundo o ficheiro do MBL<sup>195</sup>, as aulas serão disponibilizadas a cada 15 dias, com duração de 3 horas cada. Além das videoaulas, o MBL disponibiliza materiais de leituras. O primeiro período do curso é destinado às matérias obrigatórias. Como “docentes”, identificamos as principais lideranças do movimento.

Quadro 2- Quadro de “docentes” da Academia do MBL.

Pedro Augusto Ferreira Deiro	Fundador e coordenador do MBL. Segundo site do MBL, é produtor musical. Atualmente trabalha em cargo comissionado como assessor chefe de gabinete de liderança no Patriota, que tem como liderança o Deputado Arthur do Val. <sup>196</sup>
Renan Antônio Ferreira dos Santos	Fundador do MBL, colunista do jornal Gazeta do Povo. Segundo o filme documentário “Não vai ter golpe”, abandonou a faculdade de Direito.
Kim Patroca Kataguiri	Fundador e coordenador do MBL, estudante de Direito pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e deputado federal de SP.
Arthur Moledo do Val	YouTube e deputado federal em SP, eleito em 2018
Ian Garcez	Coordenador do MBL.
Paulo Bueno <sup>197</sup>	Possui graduação em Direito e especialização em Direito Eleitoral. É chefe de gabinete do vereador Rubens Nunes.
Rubens Alberto Gatti Nunes	Fundador e coordenador nacional, formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, possui pós-graduação em Direito e é vereador de São Paulo, eleito em 2020
Adelaide Oliveira	Segundo o filme documentário do MBL, é fundadora do Vem pra Rua.
Alexandre Santos	Fundador da NCE Serviços de Filmagens. Segundo o site do MBL, é cineasta.
Luiz Felipe Panelli <sup>198</sup>	Assistente parlamentar do deputado Kim Kataguiri. Possui mestrado e doutorado em Direito.
Andreas de Araújo Barbeiro <sup>199</sup>	Trabalha como assessor especial parlamentar no gabinete do deputado Arthur Moledo do Val.
Marcelo Castro	Não encontramos informações.

Fonte: listagem dos nomes dos professores <<https://www.youtube.com/watch?v=UYJ1ERbnOs4&t=218s>>

Como identificamos, a maioria dos “docentes” não possui formação acadêmica, algo que já foi explicado por Ricardo Almeida durante as aulas de alinhamento. Segundo ele, as aulas não visam a substituir o ensino regular, mas têm objetivo estritamente político. De acordo com o site, ao final do curso será emitido um certificado. Compreendemos a atuação destes intelectuais como importantes difusores da ideologia liberal ultraconservadora. A Academia, nesse sentido, representa uma importante estratégia de “doutrinação” para os futuros militantes deste movimento.

<sup>195</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UYJ1ERbnOs4&t=218s>>. Acesso 10/06/2021

<sup>196</sup> Informação sobre a liderança do partido disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/deputado/liderancas/>. Acessado em: 19/09/2021. Informação do cargo comissionado disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/servidor/lista/?nome=&cargo=&idUA=31243&idRegime=&tpSituacao=.A>. Acesso em: 19/09/2021

<sup>197</sup> Disponível em: <https://mblnews.org/colunista/paulobueno/> Acesso em: 10/06/2021

<sup>198</sup> Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/lpanelli/?originalSubdomain=br> Acesso em: 10/06/2021

<sup>199</sup> Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/servidor/?matricula=28948> . Acesso em: 10/06/2021

No ato de inscrição, os alunos passam por um teste psicológico, a fim de identificar a personalidade marcante de cada um. Este teste visa a dividir os alunos em três tipos, que na Academia denominam-se três casas, todas compostas por subdivisões. A primeira casa intitula-se Atenas. Aqui, é permitida a entrada de alunos com forte traços de comunicação.

Quadro 3- Atenas, Subdivisões

Tribuno	Alunos com capacidade de lidar e solucionar os problemas
Trovador	Alunos com fortes traços de retóricas
Contraditor	Alunos com pontos para debates.
Arauto	Alunos com fortes traços para apresentar as mensagens

A segunda casa é Esparta. Aqui, são ingressos alunos com forte tendência para liderança.

Quadro 4- Esparta, subdivisões.

Comandante	Alunos com fortes habilidades de delegar funções.
Legionário	Alunos com traços de persistência
Argonauta	Alunos com traços marcantes de inovação
Paladino	Alunos com traços de motivação

A terceira casa denomina-se Alexandria, e tem como característica marcante a intelectualidade.

Quadro 5- Alexandria, subdivisões

Ministro	Alunos com traços fortes em aconselhamento
Visionário	Alunos com capacidade de antecipar movimentos
Sábio	Alunos com forte conhecimento histórico
Juiz	Alunos com fortes traços em analisar e julgar as ações

Fonte: informações disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=UYJ1ERbnOs4&t=218s>. Acesso em: 10/06/2021.

Notamos que estas casas e suas subcategorias contêm nomes atrativos, buscando a adesão de um público jovem. O movimento enfatiza que cada casa possuirá material próprio. O objetivo delas é a formação de grupos que competirão entre si. Parte da estratégia de formação ocorrerá por meio de missões, conforme se foi pensado para o MBL Estudantil. O movimento apresenta como exemplo de missão a elaboração e protocolo de um projeto de lei<sup>200</sup>, tarefa esta que será dividida nas casas de acordo com suas subcategorias. A formatura dos alunos está prevista para ser realizada no congresso nacional do MBL, e, após o encerramento do curso, o aluno passa a ser considerado para entrar no MBL como um de seus representantes.

As primeiras aulas<sup>201</sup> do aplicativo já foram disponibilizadas ao público. A aula inaugural, ministrada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, foi publicada no dia 03 de março de 2020. A segunda aula foi realizada por Henrique Meirelles<sup>202</sup>. Formado em Engenharia pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Economia e Administração pela

<sup>200</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UYJ1ERbnOs4&t=218s>>. Acesso 10/06/2021

<sup>201</sup> Disponível em: <https://academia.mbl.org.br>. Acesso em: 10/06/2021

<sup>202</sup> Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/orgaos-e-entidades/secretarias/fazenda/>. Acesso em: 10/06/2021

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ele trabalhou como presidente do Banco Central (2003-2011) e foi Ministro da Fazenda (2006-2017). Esta aula foi disponibilizada no dia 04 de março de 2020. Por fim, a última aula disponibilizada teve como palestrante João Dionísio Figueiredo Barreto Amoêdo<sup>203</sup>, ex-presidente do partido Novo, graduado em Engenharia Civil na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio).

A implementação da Academia do MBL, nesse sentido, representa uma tentativa do movimento de manter o engajamento de seus militantes políticos, haja vista sua pouca representatividade nas eleições de 2020. Como evidenciado pela própria organização, a Academia visa a preparar os possíveis candidatos do movimento para as eleições de 2022. O êxito ou fracasso da iniciativa só será possível avaliar no futuro. Por ora, é possível afirmar que este tipo de atividade tem se alastrado pelo país, impulsionada nos últimos anos pela escalada ultraconservadora e pela eleição de um governo que é a expressão dessa conjuntura.

---

<sup>203</sup> Disponível em: <http://joaoamoedo.com.br/quem-e-joao/historia/>. Acesso em: 10/06/2021

## CONCLUSÃO

Verificamos que o crescimento da frente liberal ultraconservadora, a partir da versão atualizada da crise estrutural do capital, se caracteriza pela difusão de um conjunto de organizações que vêm formando uma frente forjada numa rede associativa com grande penetração no interior da sociedade civil e do Estado restrito. Dentre essas organizações, destaca-se o MBL, movimento que vem sendo capaz de capitanear adeptos em todo país, difundir ramificações e eleger parlamentares, numa intensa disputa pela hegemonia.

No Brasil, os efeitos da crise de 2008 começaram a ser percebidos nos anos seguintes, com a dissolução do projeto de conciliação social liberal que caracterizou o período anterior. As tensões catalisadas pela crise se materializaram inicialmente numa série de manifestações de rua, canalizadas pela atuação de organizações como o MBL, até o golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff. Os protestos, inicialmente desencadeados pelo aumento no preço dos transportes públicos, tendo sido convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL), tiveram progressivamente suas pautas disputadas por organizações que surgiram no período, como foi o caso do Movimento Brasil Livre (MBL).

Nessa dissertação a compreensão desse período histórico e, sobretudo, do exercício realizado pelo MBL para incidir sobre a conjuntura e disputar os rumos da insatisfação foi fundamental para chegarmos às conclusões aqui apresentadas. Nós compreendemos as jornadas de junho a partir de três fatores: o primeiro, o esgotamento do projeto social liberal adotado desde 1990 e, sobretudo, a partir de 2003, baseado numa proposta de conciliação de classes; o segundo, a Copa das Confederações e toda a agenda de megaeventos, onde observou-se o deslocamento de recursos públicos que deveriam promover melhorias nos serviços e, além disso, um conjunto de medidas para a realização dos megaeventos no país, que incluiu um aumento substancial da militarização das cidades; o terceiro, o cenário internacional, com a ascensão de protestos mundiais após a crise de 2008 (ANTUNES, 2020).

Identificamos o protagonismo dessa frente na segunda onda de protestos ocorrida entre 2015 e 2016, que resultou no golpe contra o governo da presidenta Dilma Rousseff. Neste contexto, identificamos o protagonismo de três grupos: Vem Pra Rua (2014), MBL (2013) e Revoltados Online (2006). Identificamos alguns projetos em conjunto desses movimentos, tais como a “Marcha pela Liberdade”, ato criado pelo MBL. Entretanto, este evidencia sua diferença para com o Movimento Revoltados Online, visto que enfatiza não apoiar o retorno da ditadura

militar. Identificamos maiores conexões do MBL com Vem pra Rua, já que uma das fundadoras do grupo atua como “professora” da Academia do MBL.

Compreendemos o termo nova direita como uma tática de ação para atrair novos seguidores e se diferenciar da velha direita. Entretanto, concordamos com Casimiro (2016), compreendendo que a mudança estabelecida entre a velha e a nova direita remete apenas à nova forma de atuação. A “nova direita” investe sua atuação de forma intensiva nas redes sociais. Optamos por caracterizar o MBL como uma organização que compõe uma ofensiva liberal ultraconservadora, caracterização utilizada por Colombo (2018) para evidenciar o avanço conservador com aliança ao ultraconservadorismo cristão.

Os aparelhos da “nova direita” não surgiram em 2013, assim como a estratégia de construção do consenso realizado por meio da “instrução” não surgiu com o MBL. Identificamos o primeiro APH criado no Brasil, em 1983, denominado Instituto Liberal, que tinha por objetivo inicial a divulgação de textos liberais. Trata-se de um importante aparelho de divulgação das ideias liberais, tanto que é atribuído ao seu trabalho a criação do IMB, do Instituto de Formação de Líderes (IFL), do Instituto Ordem Livre e do EPL.

Verificamos a aproximação desta organização nas universidades por meio do projeto denominado Núcleo de Formação Liberal (NFL), desenvolvido em 2020. Esse curso é produzido a partir de uma parceria com três grupos sediados em universidades. Ao investigar a atuação desses grupos, constatamos conexões com outros APHs. Através dos colunistas do Instituto Libercracia, identificamos a participação de graduandos e graduados que atuaram como coordenadores do SFL, do Movimento Neoiluminista ou como representantes do MBL.

O segundo grupo identificado denomina-se Dragão do Mar e é vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC). Constatamos conexão deste grupo com o IMB e com a Rede Liberdade, e verificamos que membros do movimento atuaram como coordenadores da SFL. O último grupo identificado denomina-se Projeto Pragmata, e é sediado na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), onde identificamos a atuação de Dennys como coordenador de pesquisas da UniLivres e coordenador da SFLB.

O segundo APH mapeado denomina-se Instituto de Estudos Empresariais (IEE), e tinha por objetivo a formação de classe. Neste sistema, eram selecionados jovens prestes a assumir cargos de lideranças. Desde 1988, o IEE passa a elaborar o Fórum pela Liberdade, evento responsável por divulgar as ideias do movimento.

Além destas duas instituições nacionais, identificamos duas instituições internacionais que tiveram grande protagonismo na criação do MBL. A primeira denomina-se Atlas Network,

criada em 1981 por Antony Fisher, e tem por finalidade auxiliar a criação e desenvolvimento de outros APHs de cunho liberal. Esse auxílio é fornecido por meio de doações e treinamento. Atualmente, constatamos a existência do curso denominado Atlas Network Academy (ANA-2020). Em 2018, a organização cria um centro apenas para os trabalhos desenvolvidos na América Latina.

A segunda instituição denomina-se Students for Liberty (SFL), criada em 2008. Sua história de fundação é identificada após um seminário realizado na Universidade de Columbia. Seu objetivo é formar estudantes para a ideologia da liberdade. Esta instituição atua de três modos, inicialmente formando os jovens, posteriormente formando militantes e, por fim, disponibilizando infraestrutura para desenvolvimento dos trabalhos nas diversas localidades.

Por meio do trabalho de Silva (2016), localizamos duas outras histórias de fundação, a primeira muito semelhante à disponibilizada no site, onde McCobin, ao se sentir sozinho na universidade com relação às ideias liberais, identifica um grupo de pessoas com a mesma ideologia e cria o movimento após um seminário. No entanto, a partir do diagnóstico de que a SFL realiza um amplo treinamento com estudantes, e da indicação na página da SFL para a formação na Institute for Humane Studies Koch Summer Fellow Program, Silva (2016) identifica uma outra história de fundação, e a participação dos irmãos Koch na criação do movimento.

No Brasil, uma filial do SFL foi criada em 2010, denominada Estudantes pela Liberdade, contendo 737 líderes formados. Em entrevistas, ao se questionar a partição da SFL nas definições políticas, alguns membros enfatizaram a autonomia política, afirmando que as parcerias eram realizadas com treinamentos e doações.

Entretanto, a partir da pesquisa de Silva (2016), identificamos três funcionários da SFL realizando trabalhos no Brasil. Provavelmente, estes seriam os responsáveis por promover o alinhamento ideológico de ambas as instituições. Além disso, é possível identificar vínculos de membros do EPL com outras organizações nacionais, como constatamos com a ligação de Fábio Ostermann com a Atlas, o IEE, o IL, o Instituto Ordem Livre e o MBL do qual se desvinculou em 2015.

A origem do EPL é datada em 2010, e se deu através de um blog no qual escreviam Juliano Torres e Anthony Ling. A nova estrutura foi implementada em 2012 por meio do seminário realizado pelo Instituto Ordem Livre. Em 2016, com o desentendimento de membros do EPL, o SFLB foi criado, explicitando a vinculação com a organização norte-americana.

Devido ao financiamento das instituições internacionais, o EPL não poderia participar de manifestações políticas. Por conta deste impedimento, criou-se a marca MBL, durante as manifestações de 2013. Podemos mapear o desenvolvimento do MBL em três fases: a primeira no contexto das manifestações em 2013, no qual o movimento era identificado como apartidário e tinha como principal objetivo a autopropaganda e a divulgação das manifestações

A segunda fase é identificada a partir da reformulação do movimento, no momento que a marca passa a ser administrada por Renan Santos e Kim Kataguiri. Nesta fase, o MBL passa a ser definido como suprapartidário, elencando durante as manifestações de 2015 e 2016 o antipetismo como bandeira. A nova tática de ação é identificada por meio do documento de abertura de novas filiais, onde identificamos a finalidade de formação de novos militantes do movimento. Como estratégia de hegemonia, constatamos a orientação da participação dos membros formados nas eleições municipais, uma vez que as mudanças desejadas seriam realizadas por estes membros em âmbito municipal.

A materialização deste objetivo é alcançada em 2016, momento em que o MBL apoiou as candidaturas de membros e simpatizantes. Neste ano, a organização consegue eleger 8 vereadores. Observamos a reprodução da mesma estratégia em 2018, no qual elegeu 11 candidatos, e em 2020, quando elegeu apenas quatro.

Para produzir o alinhamento de objetivos nas pautas políticas, em 2015, no primeiro congresso realizado, foi aprovado e disponibilizado um conjunto de propostas políticas. É por meio deste documento que analisamos as propostas idealizadas para o campo educacional. Foram analisadas as propostas nos aspectos teórico e prático. Concluímos que tais propostas visam a atender as demandas do mercado educacional.

O MBL defende a implementação do sistema de voucher para todos os níveis de ensino e a implementação do ensino domiciliar, políticas que visam a fomentar o crescimento do mercado do ensino com a venda de currículos e pacote educacionais. Além destas duas propostas, o Movimento defende a expansão do PROUNI, a redução dos impostos nas escolas privadas, a gestão privada das escolas públicas e a desburocratização para abertura de escolas, demandas que contemplam os objetivos do empresariado do ensino.

No tocante ao conjunto de propostas de cunho gerencialista (gestão privada, expansão do Prouni, competição entre as escolas), ressaltamos que tais propostas reduzem os problemas educacionais à má gestão, afirmando bastar a introdução de novas técnicas para que os problemas sejam resolvidos. Desta forma, o setor empresarial ganha de duas maneiras:

conformando a mão de obra segundo os padrões desejados pelo mercado e por meio das vendas de projetos educacionais.

Sob o argumento de liberdade familiar, tem-se defendido a introdução do sistema de voucher. Contudo, analisando a teoria, identificamos que a adoção deste modelo não leva em conta os custos adicionais do programa, que produzem o aumento dos gastos da família com os custos do ensino, da compra de livros à merenda. Acrescentam-se, aqui, os gastos do governo com todo levantamento necessário para implementação do sistema (COSSE, 2013). Nessa lógica, o único beneficiado seriam as instituições privadas, com possíveis novos alunos.

O mesmo argumento tem sido utilizado para defender o ensino domiciliar. Essa política tem crescido em âmbito parlamentar a partir de 2010, com a criação da ANED. Justifica-se que este modelo beneficiaria os alunos por meio de um currículo personalizado. Contudo, ressaltamos que, nesta modalidade de ensino, a socialização e a compreensão das diferenças estariam impossibilitadas. Acrescenta-se o fato de que esta política não poderá ser universalizada.

Incorporam-se a esta agenda duas propostas de cunho conservador: a primeira, a defesa de militarização de escolas em áreas de risco ou em áreas onde a iniciativa privada não tenha interesse; ou seja, onde não for possível a privatização ou medidas gerenciais, a formação de hegemonia se dará com a militarização. A partir de 2013, Guimarães (2019) identifica a ampliação de escolas militarizadas. A autora analisa a implementação deste modelo em Goiás, onde verifica uma reestruturação da hierarquia escolar, na qual o corpo docente fica submetido ao diretor, cargo assumido por um militar.

Este modelo de escola produz a exclusão do aluno de três modos: 1) por meio de contribuições “voluntárias”; 2) reservando 50% das vagas da escola pública a filhos de militares; e 3) com uniformes que chegam a custar 700,00 (GUIMARÃES, 2019). A defesa desta modalidade de ensino é embasada com os resultados emitidos nas provas padronizadas; contudo, enfatizamos que são retidos nas escolas apenas os melhores alunos. Identificamos um projeto político formulado por Fernando Holiday que visa à expulsão dos alunos nas escolas de São Paulo, apesar de enfatizar que a expulsão do aluno não é a resposta ao problema educacional.

A segunda proposta de cunho conservador é a defesa do Escola Sem Partido, movimento supostamente criado em 2004, por Miguel Nagib. Remontamos sua origem a 2002, por meio da conexão de Nagib com o Instituto Liberal de Brasília, portanto está longe de ser uma política neutra. O projeto tem por objetivo a intimidação de professores.

Desde 2013, este projeto atua como marca propagandista de um conjunto de APHs (COLOMBO, 2018). Ele ganha impulso a partir da adoção da pauta contra o combate de gênero, com a afirmação de que docentes estariam corrompendo o ensino nas salas de aulas. Identificamos a versão atualizada do PL, em 2019, que propõe a gravação das aulas.

A terceira fase de desenvolvimento é denominada por Fernando Holiday como MBL 3.0. Aqui, são constatados os erros cometidos em 2016 ao apoiar candidatos políticos que posteriormente se mostraram não comprometidos com as pautas do movimento. Nesta fase, o objetivo é investir nas instruções de membros, inclusive no meio universitário. Verificamos, nesse contexto, a implementação de três projetos: 1) as aulas de alinhamento realizadas por Ricardo Almeida, que constituem um conjunto de 29 videoaulas, compreendendo o período de 14 de agosto 2019 a 29 de junho de 2020, realizadas por meio de aulas teóricas (sem aporte de textos a partir de 2020), aulas de militância (onde eram ensinados os procedimentos necessários para montar uma manifestação e a confecção de memes), aulas de debate (como preparação para competição no congresso nacional) e assuntos da atualidade (onde eram comentados as principais ações do governo).

Por meio das aulas de alinhamento identificamos a leitura de crescimento da direita, crescimento este favorecido por meio de dois fatores: primeiro, devido ao surgimento do IL; e segundo, por meio do trabalho desenvolvido por Olavo de Carvalho no Seminário de Filosofia. A estagnação do crescimento é atribuída às políticas de Bolsonaro, já que a direita, por medo de ser associada a ele, não realiza o combate público das ideias políticas.

A leitura elaborada nas aulas é de que existe uma guerra cultural na qual a nova direita atuou como protagonista no período de 2015 a 2016. Compondo a frente desta guerra cultural, identificamos o segundo projeto do MBL, denominado MBL Estudantil. Criado em novembro de 2018, esta organização pretendia realizar a “desdoutinação” dos estudantes. Segundo o discurso, este movimento não entraria em contradição com o MESP, visto que não seria imposto pelas escolas ou professores. Contudo, esta doutrinação poderia ser realizada através do MBL, haja vista que não existia nenhum mecanismo de fiscalização.

Para a realização desta desdoutinação, foi produzida uma primeira cartilha em parceria com o Movimento Neoiluminista, cujo diretor atuou como coordenador do SFL. Trata-se de experimentos da nova direita que tiveram pouco tempo de duração. Identificamos uma organização similar ao MBL Estudantil denominada UniLivres, instituição criada em 30 de junho de 2017, que tem por objetivos representar estudantes universitários que não se sentem representados pelos DCE de esquerda.

Criado a partir do contexto de ocupação das escolas em 2016, identificamos três fundadores do movimento que são ligados a APHs tais como a FEE, SFL e MBL. Atualmente verificamos a nova estratégia estabelecida pelo MBL para a composição da frente da guerra cultural intitulada Academia do MBL, esta estratégia tem por objetivo preparar os membros e candidatos políticos do movimento para 2022. Ressaltamos que os “docentes” desta Academia são membros do movimento sem formação pedagógica.

Concluimos que o MBL atua por meio dos projetos educacionais como representante dos empresários liberais do ensino e que as novas estratégias de ação têm por objetivo silenciar professores. Como podemos identificar com a implantação do projeto MBL Estudantil e UniLivres, as atuais estratégias visam a fortalecer o movimento em âmbito político, formando as futuras candidatas e membros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Tiago e GABRIEL, Ruan de Souza. O liberalismo ganha espaço dentro da política estudantil das universidades brasileiras. **Época**. São Paulo, v.1068, p. 57-60, 17.12.18.

AMARAL, Marina. **A nova roupa da direita**. A Pública, 23.06.2015. Disponível em: <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>. Acessado em: 20.03.2020.

ANDERSON, Perry. O balanço do neoliberalismo. In GENTILI, Pablo, SADER, Emir (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.p 9-23.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DOMICILIAR. **O melhor tipo de socialização**, n.p, s.d. Disponível em:<<https://www.aned.org.br/index.php/conheca-educacao-domiciliar/socializacao>> Acessado em:20/02/2021.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **“Movimento Brasil Livre (MBL)” e “Estudantes pela Liberdade (EPL)”**: Ativismo político, think tanks e protestos da direita no Brasil. 41 ° Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 2017.

BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo**: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Banco Mundial. Vol. 1 Síntese, p.121-139, novembro, 2017.

BAGGIO, Kátia. **Conexões ultraliberais nas Américas**: o think tank norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas. Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC, MS, Campo Grande, 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e a perda de direitos**. 2 Ed, São Paulo: Cortez, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Os primeiros passos da reforma gerencial do Estado de 1995**. Disponível em: [http://bresserpereira.org.br/Papers/2010/Os\\_primeiros\\_passos\\_reformar\\_gerencial\\_estado\\_1995.pdf](http://bresserpereira.org.br/Papers/2010/Os_primeiros_passos_reformar_gerencial_estado_1995.pdf). Acesso em: 10/02/2020.

BRASIL, Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, ano LXXIV, n.13, 08 de fevereiro 2019, p.49-50. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020190208000130000.PDF#page=49>>. Acesso em:10/02/2020.Discurso da deputada Bia Kicis.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei nº 867, de 2015**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>>. Acesso em: 10/10/2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei nº 246, de 2019**. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190752>>. Acesso em: 10/10/2020.

CALIL, Gilberto. “**Decifra-me ou te devoro**”: a grande mídia e as manifestações. *A Voz das Ruas*, 2013. Disponível em: <http://a-voz-das-ruas.blogspot.com/search/label/Gilberto%20Calil>. Acesso em: 22/04/2020.

CALIL, Gilberto Grassi. Estado, Capitalismo e Democracia no Brasil recente. In: Silva, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Graça; SILVA, Marcio Antônio Both (org.). **Ditadura, transição e democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: FCM Editora, 2016.

CASIMIRO, Flavio. **A Nova Direita no Brasil**: aparelhos de ação político-ideológico e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014). Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, Instituto de ciências humanas e filosofia, Departamento de História, 2016.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COLOMBO, Luiza Rabelo. **A frente liberal-ultraconservadora no Brasil** – reflexões sobre e para além do “movimento” Escola Sem Partido. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-graduação em educação, contextos contemporâneos e demandas populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

COSSE, Gustavo. **Voucher educacional**: nova e discutível panaceia para a América Latina. *Cadernos de Pesquisa*, n ° 118, p. 207-246, março, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 2 Ed, Rio de Janeiro: EPSJV/ Editora UFRJ, 2010

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os reformadores empresariais**: na educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico da escola. *Educ. Soc.*, Campinas, V. 35, nº.129, p1985-1114, out/ dez, 2014.

FREITAS, Luiz Carlos. **Os reformadores empresariais da educação**: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v.33, n.119, p.379-404, abr./jun. 2012. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br/>.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalism and freedom**. 40 ed. Chicago: The University of Chicago Press. 2002

GALVÃO, Ana Carolina; SAVIANI, Demerval. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Síntese**, 2021. Disponível em: <https://www.sintese.org.br/2021/03/16/educacao-na-pandemia-a-falacia-do-ensino-remoto/>. Acesso em: 10.03.2021.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social democracia Rio de Janeiro: Record, 1999.

GIDDENS, Anthony. **O debate Global sobre a terceira via**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de junho de 2013**: novíssimos sujeitos em cena. Ver. Diálogo Educ., Curitiba, v.16, n. 47, p.125-146, jan./abr., 2016.

GRAMSCI, Antonio. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1891-1937. Organização e introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GUIMARÃES, Paula Cristina Pereira. **Os novos modelos de gestão militarizada das escolas públicas**: um estudo a partir da experiência na rede estadual de ensino de Goiás. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de pós-graduação em educação, contextos contemporâneos e demandas populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.

GURGEL, Claudio. **A Gerência do Pensamento**: gestão contemporânea e consciência neoliberal. São Paulo: Cortez, 2003.

INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS. **IEE 30 anos formando líderes**. Porto Alegre. 2014. Disponível em: [https://www.iee.com.br/arquivos/miolo\\_iee\\_final2.pdf](https://www.iee.com.br/arquivos/miolo_iee_final2.pdf). Acesso em: 10.03.2020.

JUNIOR, D. Brent Edwards; KLEES, Steven J. **Privatização da educação**: experiências dos Estados Unidos e outros países. Revista Brasileira de Educação, Vol.20, nº 60, p.11-30, jan./mar. 2015.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. 1973. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>. Acesso em: 10.01.2020.

MARTINS, Marcos Francisco. **Educação, cidadania regressiva e movimentos sociais regressivos: o MBL em questão**. Crítica Educativa, Vol. 4, n.2, p. 41-68, jul./dez. 2018.

MBL Estudantil. **O que é iluminismo?** Disponível em: <https://www.mblestudantil.com/materiais/#carta>. Acesso em: 27/07/2019.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MENDONÇA, Sônia Regina. **O estado ampliado como ferramenta metodológica**. Marx e Marxismo. Vol.2, nº 2, jan./jul. 2014

MIGUEL, Luís Felipe. **Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”** – Escola sem partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. Revista Direito & Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 07, nº 15, 2016, p. 590-621.

MIRANDA, João Elter Borges. Existe uma nova direita no Brasil contemporâneo? In: SANTOS, Maria Aparecida Machado Balestro dos; MIRANDA, João Elter Borges de (orgs.). **Nova Direita, bolsonarismo e fascismo**: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. Vol. 9, Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020.

MOURA, Fernanda. **“Escola sem partido”**: relações entre estado, educação e religião e os impactos no ensino de História. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, 2016.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Manual de instrução para filiais municipais**. 2015. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/277263728/Manual-de-Filiais-do-MBL>. Acesso em: 10.10.2019

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Propostas Aprovadas no primeiro congresso do Movimento Brasil livre em 2015**.2015. Disponível em: Acesso em: 10.10.2019.

NÃO VAI TER GOLPE!. Direção: Alexandre Santos e Fred Rauh. Produção Gabriel Sândalo, NCE Serviços de Filmagens,2019. Amazon Prime Video.

PAIVA, Gabriel de Abreu Gonçalves de. O movimento Escola Sem Partido (MESP) no Brasil: origens, articulações e o projeto ESP 2.0. In: SANTOS, Maria Aparecida Machado Balestro dos; MIRANDA, João Elter Borges de (orgs.). **Nova Direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo**. Vol. 9, Ponta Grossa: Texto e Contexto,2020.

RIO DE JANEIRO, D.O. **Decreto 42.875 de 15 de março de 2010**. Parte 1 Poder Executivo, nº 48, 16 de março de 2011.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. **Pedagogia do mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI**. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012.

SÃO PAULO, Câmara Municipal. **Projeto de lei 01-00273/2019**, 23/04/2019. D.O de24/09/2019, p.69. Disponível em:< <https://www.radarmunicipal.com.br/proposicoes/projeto-de-lei-273-2019>>. Acessado em: 10/12/2019.

SILVA, Dannel Gobbi Fraga da. **Identidade em ambiente virtual: uma análise da Rede Estudantes pela Liberdade**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Programa de pós-graduação do instituto de ciência política, Universidade de Brasília, 2016.

SOUZA, C. A; MESSIAS, G.M; ESPÍNEIRA, M.V. **Representando as ruas: uma análise (preliminar) do MBL nas eleições de 2016**. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, v. XVIII, n. 2, p.209-2030, 2017